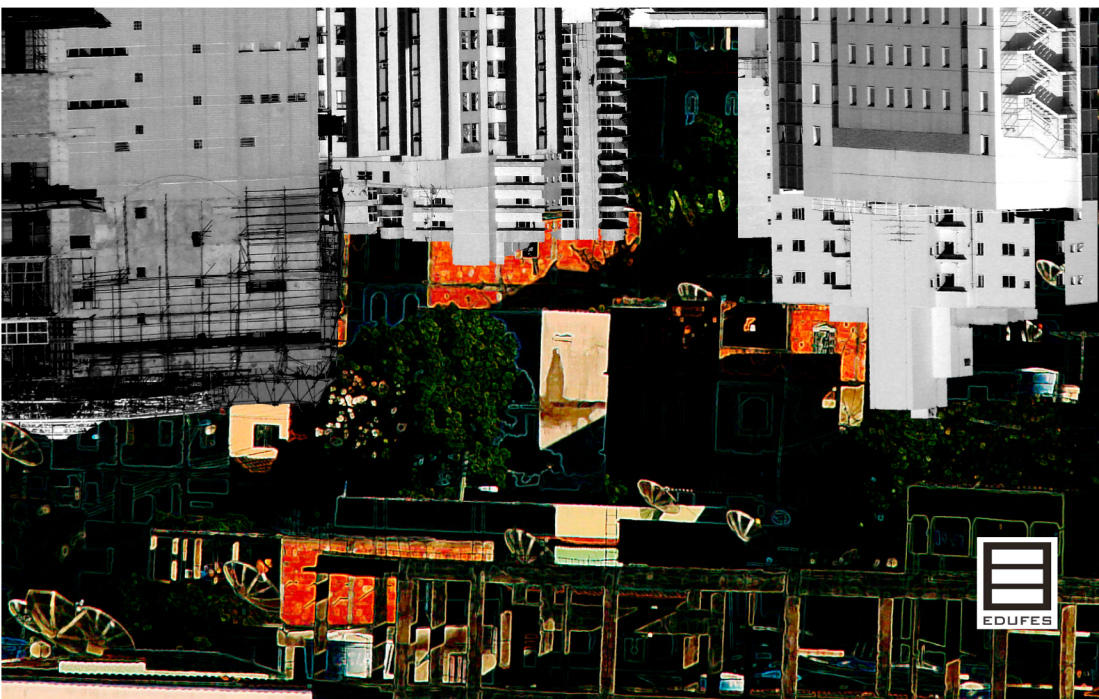




Rossana Mattos

Expansão urbana, segregação e violência

Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória



Rossana Mattos

Expansão urbana, segregação e violência

Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari - 514 - Campus de Goiabeiras
CEP 29 075 910 - Vitória – Espírito Santo, Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 - E-mail: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora | Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto

Superintendente de Cultura e Comunicação | Ruth de Cássia dos Reis

Secretário de Cultura | Orlando Lopes Albertino

Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial

Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Glicia Vieira dos Santos, José Armino Ferreira, Maria Helena Costa Amorim, Sandra Soares Della Fonte, Wilberth Claython Ferreira Salgueiro.

Revisão de Texto | Fernanda Scopel Falcão e Tânia Canabarro

Projeto Gráfico e Diagramação e Capa | Pedro Godoy

Foto de Capa | Pedro Godoy

Revisão Final | Autora

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Mattos, Rossana Ferreira da Silva.

M444e

Expansão urbana, segregação e violência : um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória / Rossana Ferreira da Silva Mattos. Vitória : EDUFES, 2013. 216 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-140-5

1. Urbanização. 2. Segregação urbana. 3. Violência urbana.
4. Vitória, Região Metropolitana de (ES) - Condições sociais. 5.
Vitória, Região Metropolitana de (ES) - Condições econômicas. I. Título.

CDU: 364.652.4:911.375.1

Rossana Mattos

Expansão urbana, segregação e violência

Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória



Vitoria
2013



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - 11

PREFÁCIO - 15

INTRODUÇÃO - 21

Capítulo I

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA - 27

A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E O PROCESSO
DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL - 29

O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
BRASILEIRO - 53

Capítulo II

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL E FORMAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - 81

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA
E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS - 83

A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - 117

Capítulo III

DESGUALDADE SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA
NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - 123

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, A PARTIR DA
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO SEM RENDIMENTOS - 125**

Análise da segregação espacial do município de Cariacica,
a partir da proporção da população sem rendimentos - **126**

Análise da segregação espacial do município de Serra,
a partir da proporção da população sem rendimentos - **128**

Análise da segregação espacial do município de Viana,
a partir da proporção da população sem rendimentos - **131**

Análise da segregação espacial do município de Vila Velha,
a partir da proporção da população sem rendimentos - **133**

Análise da segregação espacial do município de Vitória,
a partir da proporção da população sem rendimentos - **137**

Análise da segregação espacial do município de Guarapari,
a partir da proporção da população sem rendimentos - **141**

**ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, A PARTIR DAS
CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS - 143**

A segregação espacial nos municípios de Cariacica e Viana,
a partir das categorias sócio-ocupacionais - **152**

A segregação espacial no município de Guarapari,
a partir das categorias sócio-ocupacionais - **157**

A análise da segregação espacial no município de Serra,
a partir das categorias sócio-ocupacionais - **162**

A análise da segregação espacial no município de Vila Velha,
a partir das categorias sócio-ocupacionais - **167**

A análise da segregação espacial no município de Vitória,
a partir das categorias sócio-ocupacionais - **171**

**ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA NA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - 179**

A violência urbana no município de Cariacica - **185**

A violência urbana no município de Serra - **187**

A violência urbana no município de Viana - **188**

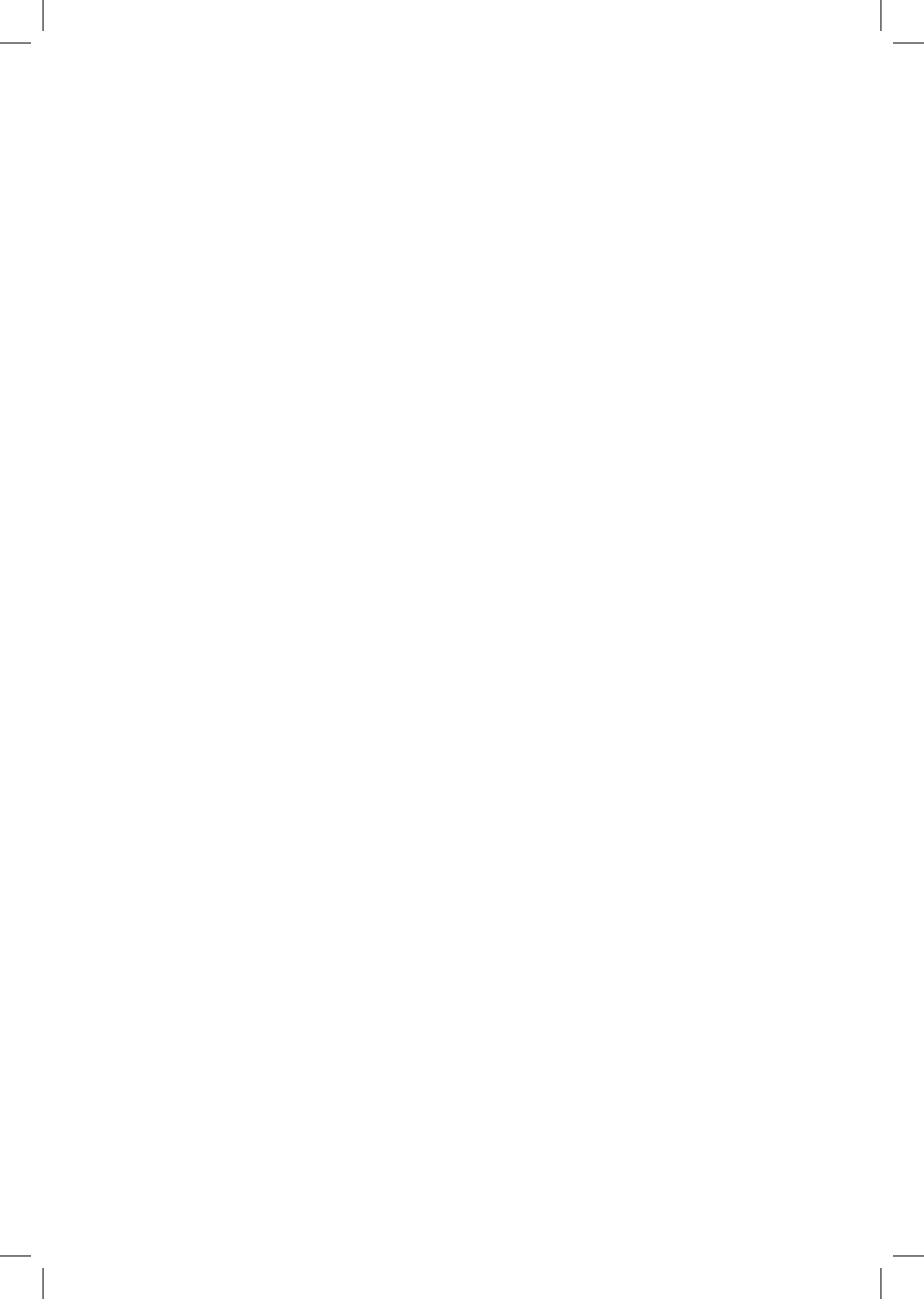
A violência urbana no município de Vila Velha - **190**

A violência urbana no município de Vitória - **192**

SEGREGAÇÃO X VIOLÊNCIA URBANA - 195

CONSIDERAÇÕES FINAIS - 207

REFERÊNCIAS - 213



A Mateus, Maria Elisa e João, que fazem a busca por uma vida mais justa valer a pena.

A Fábio, parceiro incondicional de todas as horas.



APRESENTAÇÃO

Lucia Maria Machado Bógus¹

As metrópoles brasileiras da atualidade produzem e reproduzem uma série de mecanismos de exclusão social que estão na base das relações de classe e são responsáveis pela agudização das desigualdades sociais, pela segregação espacial da pobreza e pelo crescimento da violência urbana.

Tais mecanismos compõem uma intrincada “questão social” que tem mobilizado, de modo crescente, amplos setores da sociedade civil que demandam uma gestão mais democrática e participativa das cidades e o estabelecimento de parcerias efetivas entre a sociedade e os governos locais na formulação e implementação de políticas públicas.

Nos debates daí decorrentes, a preocupação com a superação das condições de pobreza de grande parte dos moradores das grandes cidades brasileiras e com o combate às desigualdades sociais que se agudizam no urbano tem assumido importância central, contrapondo-

¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo – USP
Professora Titular da Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC/SP
Vice-coordenadora do PEPG em Ciências Sociais

se à lógica de mercado. Essa lógica que transformou o solo urbano em objeto de acumulação privada de riqueza reproduz no espaço as disparidades presentes na estrutura social e produz um quadro crescente de vulnerabilidades, no que se refere ao atendimento das necessidades básicas e aos direitos mínimos de cidadania.

Nesse contexto, a questão social materializa-se nas cidades e nas regiões metropolitanas, desnudando uma de suas faces mais dramáticas que é o crescimento da violência em suas múltiplas manifestações.

Neste livro, resultado de cuidadosa pesquisa de doutorado, por mim orientada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, Rossana Ferreira da Silva Mattos aborda as relações entre as desigualdades socioespaciais e as manifestações de violência, na Região Metropolitana da Grande Vitória, apontando seu caráter permanente e crescente.

A hipótese central que orientou a pesquisa e constituiu o fio condutor das análises indaga se o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e da conseqüente segregação no espaço da metrópole pode levar à fragmentação social e criar, no limite, um ambiente propício à violência e à desagregação social.

Discutindo as implicações de tal indagação e com base em evidências teóricas e empíricas, a autora aponta, ao longo do texto, como as desigualdades afetam a qualidade de vida dos contingentes populacionais urbanos pauperizados, fragilizando-os de modo crescente. Ressalta, ao mesmo tempo, os problemas gerados com a diminuição da capacidade do Estado de atender ao crescimento das demandas por serviços básicos e de enfrentar os desafios de governabilidade colocados pela cidade e seus territórios.

Como instrumentos de análises, foram utilizados

os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelo Observatório das Metrôpoles em pesquisas recentes sobre metrôpoles nacionais. O uso de tal metodologia favorece a comparação dos resultados com outros de contextos já estudados, permitindo identificar as relações entre estrutura social e espaço urbano, bem como analisar suas transformações em período recente. A análise da autora foi também complementada por meio de informações qualitativas e por ampla pesquisa bibliográfica.

No conjunto, tais procedimentos favoreceram a compreensão dos processos em curso e seus rebatimentos empíricos, na medida em que as análises realizadas pela autora apontam para os riscos crescentes e as mazelas da questão social nas metrôpoles. Tal quadro reforça as velhas formas de desigualdade social e favorece o surgimento de novas desigualdades, marcadas não só pela dificuldade de acesso aos bens materiais e culturais mas, principalmente, pelas barreiras de acesso à cidade e suas formas de convivência supostamente universais.

Nesse contexto, a conflitualidade e a violência, analisadas em profundidade para o caso da Região Metropolitana da Grande Vitória, surgem como sintomas da ruptura social engendrada pelas condições de vida na grande cidade, constituindo a um só tempo uma resposta e um pleito à formulação de políticas de combate à pobreza urbana e de garantias de cidadania. O tratamento dessas questões e dos aspectos salientados constitui, ademais, uma excelente contribuição deste livro às análises demandadas por outras metrôpoles brasileiras.

Expansão urbana, segregação e violência

PREFÁCIO

Maria da Penha Smarzaró Siqueira²

A partir das últimas décadas do século XX, os estudos acadêmicos relacionados ao processo de urbanização desigual e à complexidade social desta questão ganharam uma nova dinâmica, acompanhando os caminhos que a questão social percorre no espaço global, nacional e regional. Novos paradigmas expressam o perfil da desigualdade e a evidência da violência nos contextos metropolitanos, apresentando características diversas em íntima associação à problemática sociourbana. Com uma sensível percepção sobre essa questão, Rossana Ferreira da Silva Mattos buscou uma maior compreensão a respeito da metropolização/urbanização desordenada e da assimetria entre esse processo e as condições sociais que envolvem a complexidade do fenômeno da violência urbana.

Com um debate teórico muito bem fundamentado, a autora aborda as desigualdades socioespaciais versus violência, num processo crescente e contínuo que amplia

² Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP
Professora Titular do Centro Universitário Vila Velha – UVV
Vice-coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais do Centro Universitário
Vila Velha – UVV

sua abrangência, principalmente nas regiões metropolitanas brasileiras, levando a uma redefinição do problema como uma das principais questões sociais urbanas que marcou o final do século XX e início do XXI.

O foco central de análise, a Região Metropolitana da Grande Vitória, destaca-se como um processo ímpar: a região da capital do Espírito Santo, nesse contexto, apresenta-se como um laboratório para a análise das representações sociais da problemática urbana no Brasil. De um lado a modernização da economia, a hegemonia do grande capital e a expansão industrial aliada ao rápido crescimento econômico que mudou o perfil do Estado e de sua capital nas últimas décadas do século XX. Do outro, a acelerada urbanização desordenada, as migrações, o trabalho informal, a expansão das periferias e a segregação socioespacial.

Como observa a autora, no fenômeno da violência urbana, os espaços físicos da segregação social, introjetados no imaginário coletivo, correspondem a características impostas pela própria estrutura urbana que gera a segregação e que afeta principalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas, estabelecida a margem das oportunidades geradas pela “modernidade”. Historicamente a segregação socioespacial se firmou como uma marca recorrente na consolidação das periferias, onde a precariedade norteou as condições de vida de uma ampla camada da população urbana, exposta a uma grande vulnerabilidade e riscos sociais, que afetam principalmente os jovens.

Com um procedimento metodológico aliado ao método aplicado nas pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrôpoles, a autora, apoiada em uma análise qualitativa e quantitativa, desenvolveu uma valiosa pesquisa com indicadores socio-econômico e ocupacionais. Esse encaminhamento metodológico permitiu uma

análise mais ampla da questão em foco, acompanhando um período crítico de mudanças estruturais que estava mapeando as novas configurações sociourbanas da Região Metropolitana da Grande Vitória. A partir da década de 1970, marco do processo de modernização da economia estadual (antes agroexportadora, centrada na cultura cafeeira, passando para um novo padrão de acumulação – o industrial), intensifica-se o acirramento da segregação socioespacial, processo que se alargou evidenciando a forte correlação entre a desigualdade social e a violência urbana.

Muitos fatores devem ser levados em consideração por fomentar a criminalidade no meio urbano, tais como: a expansão urbana desigual, com a criação de espaços habitacionais periféricos caracterizados como subnormais, sem condições de proporcionar vida digna aos moradores – espaços segregados com ausência do poder público –; a desintegração dos laços sociais, que diante dos ideários predominantes de uma sociedade capitalista competitiva se fragilizam pela própria instabilidade social, pela agressividade e pela indiferença à ausência de raízes sociais.

A grandiosidade da tensão e dos conflitos sociais urbanos refletidos nas relações sociais fica demonstrada neste trabalho, evidenciando que o fenômeno da violência não se traduz apenas pelo viés econômico, muito embora prevaleça uma inter-relação entre essas situações.

Ao tecer uma relação entre desigualdade socioespacial e violência urbana na Grande Vitória, a autora expressa a complexidade e a diversidade da sociedade brasileira, que se reflete na relação estado-sociedade, e que tem provocado neste início do século XXI uma crise de paradigmas entre poder e justiça. É neste quadro conjuntural traçado como pós-moderno

que emerge o novo debate político sobre a violência no Brasil.

O desenvolvimento das cidades brasileiras a partir da década de 1960 se confunde com a própria configuração socioespacial metropolitana. A magnitude dos problemas sociurbanos das cidades diz respeito a sua própria população, que evoluiu em termos de aglomeração num ritmo celerado e contínuo, gerando a multiplicação dos problemas urbanos. Nesse contexto nacional, a cidade de Vitória e seus municípios vizinhos se incluem como referência no trabalho acadêmico da autora (tese de doutorado), que agora se apresenta em forma de livro, como obra de grande valor.

A autora coloca em discussão não apenas a problemática urbana da Região da Grande Vitória, trata-se de um debate maior que permeia a realidade brasileira e culmina com o questionamento sobre a questão do desenvolvimento e da modernidade nacional, noções tão divulgadas e determinantes na interpretação de nossa sociedade no final do século XX e início do XXI.

O valor desta obra, agora editada, coloca-nos diante do agravamento da questão social no Brasil e do fato de que a problemática urbana neste início de século não se inscreve apenas nas fragilidades e carências locais e/ou regionais. Assistimos a um agravamento em âmbito de uma economia globalizada e de novos paradigmas do desenvolvimento, de modernidade e de exclusão social.

No Espírito Santo, o projeto industrial implantado a partir dos anos de 1970, na lógica da desestruturação do tradicional modelo agrário-exportador associada a grandes projetos industriais urbanos, promoveu um amplo movimento migratório em direção à capital (Vitória). O processo acelerado de industrialização/urbanização sem planejamento estratégico do ponto de vista dos impactos sociais e ambientais mudou o perfil urbano da

cidade, deflagrando uma mudança socioespacial com a expansão da ocupação de espaços periféricos sem infraestrutura urbana e sem condições de habitação na região metropolitana da Grande Vitória. Fato que multiplicou os efeitos da desigualdade social e reproduziu também de forma acelerada os efeitos de exclusão e de marginalização de uma considerável parcela da população da Grande Vitória.

Na perspectiva dessas questões, a autora demonstra em sua análise que essa dinâmica social favoreceu o aumento dos índices de violência, expressos na situação de insegurança vivenciada pela população da Região Metropolitana da Grande Vitória, em sua totalidade. A análise do contexto histórico, econômico, social e espacial dos municípios da região, aliada a dados quantitativos é reveladora para a compreensão do processo de mudança socioespacial e do fenômeno da violência, que passou a se colocar na percepção social como um dos maiores problemas da cidade e de enfrentamento do poder público no âmbito da elaboração e do encaminhamento de políticas públicas.

Tratar da violência urbana nas cidades brasileiras nos leva a estudar um tema de muita complexidade, pois indica uma realidade muito próxima, concreta e reconhecida que tem ultrapassado e rompido os limites da rotina cotidiana no sentido da passividade e da urbanidade. Com essa oportuna publicação, Rossana Ferreira da Silva Mattos traz uma reflexão sobre a questão da desigualdade/segregação/violência e enriquece a produção científica na área de ciências sociais, trazendo uma valiosa contribuição para o entendimento da realidade social da Grande Vitória, enfocando principalmente um período que marca a passagem do século XX para o XXI. Leitura indispensável na área de Ciências Sociais e Humanas e consulta obrigatória para quem se ocupa do tema em questão.

Expansão urbana, segregação e violência

INTRODUÇÃO

A formulação deste livro teve como estímulo um conjunto de fenômenos sociais que têm sido a marca do final do século XX e início do século XXI. De um lado, evidências empíricas, resultantes de pesquisas científicas, que caracterizam as metrópoles: empobrecimento da população com aumento da desigualdade de renda, precarização do trabalho e vulnerabilidade do trabalhador e, ainda, o fenômeno da violência que se transformou em uma das mais importantes questões sociais no Brasil. Do outro, transformações no sistema produtivo com predomínio do modo de produção capitalista, em curso desde o final de 1970, com grandes consequências sobre a dinâmica urbana, aliadas a um desenvolvimento acelerado e extensivo, que se traduz em uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital.

Avanços na eletrônica e nas telecomunicações, mobilidade dos fluxos de capital, alto grau de concentração das atividades econômicas nos núcleos urbanos e seus impactos na organização socioespacial das metrópoles fazem parte da agenda científica do mundo acadêmico que, em diversos ângulos, tem se interrogado sobre os seus efeitos no processo de segregação que vem se configurando ao longo dos últimos anos. Nesse caso, apenas uma parte da estrutura urbana assume o

papel de economia de aglomeração para as empresas, surgindo fortes tendências à dualização da estrutura socioespacial.

No contexto sócio-histórico deste trabalho, nosso marco referencial, 2000, evidencia as desigualdades socioespaciais versus violência, num processo permanente e crescente, que marcaram a sociedade urbana brasileira, notadamente a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, nosso objeto de estudo.

Para compreender melhor esse processo, adotamos como metodologia a análise histórica conjuntural, que permitiu ocupar vazios no contexto do desenvolvimento e das mudanças estruturais que foram se processando na RMGV, no final do século XX e início do XXI, assegurando um maior rigor na análise dos fenômenos em questão.

Esse procedimento metodológico, aliado ao método de análise aplicado nas pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrôpoles, permitiu-nos identificar e posteriormente analisar o espaço metropolitano e a estrutura sócio-ocupacional da RMGV em 2000. Para tanto, foram utilizados dois métodos complementares: em primeiro lugar, foi feita uma análise fatorial e, a partir dessa análise, cada uma das 59 Áreas de Expansão dos Dados da Amostra – AEDs – da RMGV, foi incluída numa tipologia de área, permitindo a construção de nosso objeto de análise numa abordagem qualitativa e quantitativa.

A abordagem qualitativa, apoiada em uma ampla pesquisa bibliográfica, possibilitou o aprofundamento teórico e uma maior contextualização das questões que envolvem a problemática urbana, o complexo e desigual universo social das cidades e a violência urbana, bem como o tratamento de noções e conceitos no contexto de nosso tema.

A abordagem quantitativa, apoiada em uma pesquisa estatística dos dados do Censo 2000 do IBGE, referentes à renda, ocupação e educação, por AEDs, utilizados para definição da segregação socioespacial na RMGV, permitiu que se tivesse uma noção razoavelmente precisa da distribuição da riqueza e da desigualdade na região e foi de grande relevância para nossa análise, como fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa.

Nessa perspectiva, o livro discute a questão de que o aprofundamento das desigualdades socioespaciais pode levar à fragmentação social e, conseqüentemente, gerar um ambiente social pouco propício à construção da estratégia da convenção e criar um ambiente propício à violência urbana.

O livro se divide em quatro partes. A primeira – “Reestruturação econômica segregação sócioespacial e violência urbana” – é de cunho teórico conceitual e aborda os fenômenos da reestruturação econômica, da segregação socioespacial e da violência urbana, que serviram de subsídio à problemática aqui construída em torno da desigualdade socioespacial. Dessa forma, procede-se à análise da reestruturação espacial brasileira, principalmente a partir da sua inserção na economia globalizada, e dos novos padrões de segregação, tendo como ponto de partida a crise econômica e social da década de 1980, que permitiu identificar que as regiões metropolitanas brasileiras possuem novos arranjos espaciais, com uma enorme complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão. Também discute o fenômeno da violência urbana, numa múltipla abordagem, na qual a caracterização de um ato como violento depende das condições históricas e sociais em que o mesmo ocorre. Assim, podemos constatar que no Brasil a miséria aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência

e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana.

Na segunda parte – “Desenvolvimento estadual e formação da Região Metropolitana da Grande Vitória” –, é feita uma contextualização da região objeto do estudo empírico, apresentando o histórico da sua formação e o desenvolvimento do seu espaço metropolitano. São enfatizadas as especificidades locais, particularmente o desenvolvimento industrial tardio, resultado de uma economia dependente basicamente da produção agrícola, mais especificamente da cafeicultura, o que gerou uma sociedade predominantemente agrícola até meados do século XX. Em seguida, é apresentado o processo de industrialização, centralizado na região metropolitana, bem como o alto grau de concentração populacional, das atividades econômicas e da infraestrutura urbana nesse núcleo, e o padrão de distribuição da população pobre na metrópole, o que acirrou o processo de segregação socioespacial.

A terceira parte – “Desigualdade socioespacial e violência urbana na RMGV” – analisa a segregação socioespacial e a violência urbana, na RMGV, com base em um conjunto de informações quantitativas. A análise da segregação espacial foi centrada nas categorias sócio-ocupacionais, agrupadas a partir das ocupações discriminadas no censo demográfico e construídas com base em alguns princípios gerais que se contrapõem, e que estão na base da organização da sociedade capitalista tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual versus não manual e atividades de controle e de execução. Também foi considerada a diferenciação entre setores da produção, como o secundário e o terciário, e foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria. O perfil da população foi

definido a partir dos rendimentos. A análise da violência urbana foi realizada com base no Índice de Violência Criminalizada - IVC- definido como um indicador síntese. Pela frequência dos indicadores apresentada na região e com base nos objetivos deste trabalho, foi utilizado o Indicador de Crimes Letais Contra a Pessoa – ICLCP. A tipologia desenvolvida por Lira (2007) subsidiou o cálculo das taxas de violência criminalizada por 1.000 habitantes dos Crimes Letais Contra a Pessoa, que embasa a análise da violência apresentada por esta pesquisa. As taxas foram calculadas na escala dos bairros dos municípios que compõem a RMGV, excetuando Guarapari, que não possuía dados populacionais necessários para o cálculo proporcional das taxas e dados criminais agregadas por bairros.

Finalmente, é apresentada uma síntese geral do trabalho com as principais conclusões, destacando-se que as alterações na organização socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória consolidam tendências de segregação e acirramento da violência urbana.

Rossana Mattos³

3 Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

Professora Titular do Centro Universitário Vila Velha – UVV

Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Coordenadora do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais – NEUS – do

Centro Universitário Vila Velha – UVV

Professora do Centro Universitario do Espírito Santo - UNESC.

Expansão urbana, segregação e violência

Capítulo I

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA

Expansão urbana, segregação e violência

A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A complexidade que envolve os estudos mundiais sobre a segregação e exclusão social, dentre outros fatores, está relacionada aos conteúdos dos conceitos, em função das especificidades de cada ambiente sociopolítico envolvido. A análise da segregação requer uma discussão sobre a trajetória das políticas e processos de exclusão no cenário mundial.

O predomínio do modo de produção capitalista, aliado a um desenvolvimento acelerado e extensivo, traduz-se em uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital. Essa dinâmica, a partir do fim do século XX, “[...] adquire características propriamente globais de forma avassaladora” (IANNI, 1996, p.140).

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, desenvolvem-se muitas fronteiras entre os mercados nacionais e internacionais, tanto financeiras quanto de produção, emergindo uma nova reprodução ampliada do capital em um ilimitado mercado global, transformador e modernizador das mais diversas formas sociais de organização do trabalho e da produção (IANNI, 1996).

Sobre o tema da globalização e suas ações transformadoras, Bógus e Taschner, em suas reflexões, destacam esse processo e seus efeitos sobre o

desenvolvimento e a morfologia das cidades, evidenciando duas questões gerais sobre o impacto da globalização no tecido urbano:

hipóteses sobre os impactos econômicos, nas quais se distinguem a perda significativa da função polarizada das atividades industriais, com a fuga de indústrias portadoras de processos produtivos baseados na exploração de mão-de-obra intensiva, e a concentração de atividades terciárias, em particular as especializadas em serviços;

hipóteses sobre o impacto territorial, ligado a um aumento de desigualdade e exclusão no tecido urbano, uma vez que no território coexistiriam duas cidades, uma global e outra local. A primeira, a cidade global, se estrutura ligada a uma lógica de desenvolvimento específica, como sede para as finanças e para as empresas transnacionais, como centro de comando e controle da economia mundial, como local de produção e consumo de inovações e tecnologias; já a segunda, a cidade local, mantém-se estagnada, ou se encontra em decadência, crescentemente marginalizada dos investimentos (BÓGUS e TASCHNER, 2001, p.88).

Nesse contexto, nos países centrais, a partir da década de 1980, algumas análises sobre esse tema apresentam a tese da “cidade global” (SASSEN, 1991) como resultado das transformações econômicas e alterações no mercado de trabalho, geradas pela crise do modelo de produção fordista, com mudanças na estrutura de empregos – caracterizada pela existência de empregos qualificados com alta remuneração ao lado de empregos de baixa qualificação, mal remunerados. Paralela a esses fatores está a crise do estado do bem-estar social, resultando em uma intensificação da dualização social e urbana.

Nesse modelo, ocorre a substituição da estrutura socioespacial da cidade industrial por uma estrutura

polarizada entre segmentos pobres e ricos. De acordo com Ribeiro:

[...] o ovo é substituído pela ampulheta como metáfora da nova estrutura espacial, o que se expressa na existência de um grande contingente de trabalhadores dos serviços de pouca qualificação e baixa remuneração e de desempregados vivendo de 'viração', e de um pequeno segmento constituído pelos profissionais da economia de serviços e financeira (corretores, advogados, analistas de sistemas, especialistas em marketing, etc), altamente qualificados e muito bem remunerados (RIBEIRO, 2000, p.16).

Assim, as mudanças na economia mundial, resultado da globalização e reestruturação produtiva, são entendidas neste trabalho como pano de fundo para a análise das mudanças socioespaciais, na medida em que desencadearam transformações no mercado de trabalho com o deslocamento das atividades do setor secundário para o terciário, criando novas formas de expressão da pobreza, aprofundando o processo de exclusão de grande número de pessoas do mercado assalariado e de crescimento da economia informal.

Em sua análise sobre a realidade urbana de Nova York, Marcuse (1989) propõe o conceito de "cidade fragmentada" (quartered cities), no qual a divisão espacial se dá de acordo com o tipo de moradia, que corresponde a áreas que se caracterizam por serem moradias: de luxo (luxury housing spots)⁴, dos yuppies⁵ (gentrified city)⁶, da classe média e pequena burguesia

4 Áreas de moradia de luxo.

5 Yuppies: derivação da sigla YUP — Young Urban Professional, ou seja, Jovem Profissional Urbano. Termo usado para referir-se a jovens profissionais entre 20 e 40 anos, geralmente de situação financeira intermediária entre a classe média alta e a classe alta.

6 Cidade gentrificada.

(suburban city)⁷, de operários e empregados informais (tenement city)⁸ e dos excluídos (abandoned city)⁹.

De acordo com o tipo de residência, surgem áreas definidas por seu caráter econômico, onde novas formas espaciais se consolidaram e houve um acirramento dos conflitos e dos processos de segregação “[...] numa relação na qual o bem-estar e poder de alguns dependem da pobreza e subordinação de outros” (MARCUSE, 1989, p.706).

É nesse cenário que nas duas últimas décadas do século XX diversos estudos apontam mudanças significativas no processo de urbanização das metrópoles e sinalizam para a emergência de novos padrões de segregação espacial.

Nessa perspectiva, ao analisar a vulnerabilidade socioeconômica e civil nos Estados Unidos e França, a partir da identificação dos processos de exclusão em curso, Kowarick (2003) faz um paralelo entre as principais posições assumidas nos debates e nas políticas nos dois países em função das especificidades do ambiente sóciopolítico da cada um.

Nos Estados Unidos, apesar da oposição de alguns estudiosos, a posição que prevalece é a visão conservadora “[...] centrada na questão da welfare dependency¹⁰ e, em última instância, em blaming or not blaming the victim¹¹” (KOWARICK, 2003, p.69). Essa corrente tem seu foco nos componentes culturais e ignora as dimensões estruturais dos problemas que reforçam a vulnerabilidade de grandes contingentes populacionais,

7 Cidade dos subúrbios.

8 Cidade operária.

9 Cidade abandonada.

10 Dependência da proteção social.

11 Culpar ou não culpar a vítima.

como: a precarização do trabalho, o desemprego de longa duração, a falta de moradia e a desagregação dos laços de solidariedade e das proteções do trabalho.

Assim, as críticas dos conservadores às políticas de bem-estar social, e seu posterior encolhimento, foram baseadas no que Kowarick classifica de “darwinismo social”, em que se afirma que essas políticas “[...] fomentavam a ociosidade e o pauperismo, na medida em que o subsídio público tornava desnecessário o trabalho regular” (KOWARICK, 2003, p.65).

A vitória do discurso que culpava os pobres por sua situação de vulnerabilidade pode ser identificada na trajetória do programa americano Aid to Families with Dependent Children – AFDC¹². O programa, criado em 1935, foi ampliado durante a década de 1960, com a implantação da War or Poverty¹³, que atendia as famílias com um ou mais desempregados e as monoparentais, principalmente com mães solteiras.

Em 1988, no governo de George Bush, é promulgada a lei conhecida como Family Support

12 O Aid to Families with Dependent Children (Ajuda às famílias com crianças dependentes) – AFDC –, foi o mais significativo programa assistencial americano e tinha como escopo garantir recursos para crianças pobres cujos pais tinham perdido a capacidade de sustentá-las. O AFDC era administrado pelos estados e pelas municipalidades, os quais estabeleciam os seus próprios parâmetros tais como: faixa de renda para usufruir do plano e limites de pagamentos de benefícios. Tinha como público-alvo as crianças de baixa renda com pais já falecidos, incapazes ou desempregados, buscando, em última instância, garantir o mínimo necessário a seu sustento. Para se qualificar para o programa AFDC, seja qual for o Estado da Federação, a criança deveria ter menos de 18 anos e, concomitantemente, deveria estar estudando.

13 Guerra à pobreza.

Act¹⁴. Aqui, o princípio do welfare¹⁵ é substituído pelo do workfare¹⁶ e learnfare¹⁷, que se tornam condições prévias para obtenção dos auxílios.

Em contrapartida, em 1994, no primeiro governo Clinton, a AFDC é substituída pela Temporary Assistance for Needed Families¹⁸ – TANF. Na TANF, a ajuda só pode ocorrer por dois anos consecutivos, ou cinco no total. Por fim, em agosto de 1996, é aprovado o Personal Responsibility and Work Opportunity Reconciliation Act¹⁹ – PROWORA, tornando a concessão de benefícios mais rígida e gerando um deslocamento do objetivo da rede de seguridade social americana, no qual as famílias pobres com filhos não têm mais a assistência pública garantida, e o trabalho, em contraposição ao bem-estar, é considerado central. “Sua finalidade, ao extinguir a prerrogativa de direitos, é combater a assim designada welfare dependency” (KOWARICK, 2003, p.68-69).

Essa análise nos permite identificar os valores subjacentes aos programas de assistência social dos EUA, em curso, que operam em um contexto cultural no qual prevalece a ideologia do individualismo resistente à ideia de responsabilidade social coletiva. E é assim que, nos Estados Unidos, a partir da década de 1980,

14 Lei de Apoio à Família. Com esta lei houve considerável modificação no programa, buscando-se uma reforma com o intuito de garantir emprego para os pais das crianças do programa, garantindo que os mesmos provessem o sustento dos seus filhos sem a ajuda estatal. Desta forma, o ato estatal normativo exige que os Estados criem programas de emprego e qualificação profissional para os pais desempregados. Tal programa objetivava a diminuição dos custos do AFDC, mediante programa sistêmico que valoriza a atividade laboral dos pais que tinham potencial para sustentação dos seus filhos.

15 Bem-estar.

16 Trabalho.

17 Aprendizado.

18 Assistência Temporária para Famílias Necessitadas.

19 Ato de Reconciliação da Responsabilidade Pessoal e da Oportunidade de Trabalho.

o estado mínimo sobrepõe-se ao estado do bem-estar social.

Stiglitz (2003)²⁰, apesar de economista e de seu trabalho se concentrar nessa área, reconhece que a influência e as consequências das variáveis econômicas extrapolam os limites das instituições financeiras e têm impactos significativos fora delas.

Com o processo de globalização, o discurso da nova ordem internacional, baseado em valores americanos, prometia justiça social e democracia em escala global na esteira de benefícios como: a redução do custo de vida, o estímulo ao crescimento econômico e a criação de novos empregos. Entretanto, ao olhar para as realizações do período em que atuou no governo americano, Stiglitz constata que os resultados não foram os pretendidos, ao contrário: “A distância entre os que têm e os que não têm – tanto entre os Estados Unidos e o mundo em desenvolvimento como entre os ricos e os pobres no interior dos países em desenvolvimento – estava crescendo” (STIGLITZ, 2003, p.49).

Nesse contexto, assume sua parcela de culpa na postura adotada pelo governo Clinton, no qual o Estado assume um papel minimalista na busca por mais justiça social.

A avaliação do autor sobre o período do boom econômico, na década de 1990 (que o mesmo denominou de “os exuberantes anos 90” nos Estados Unidos e no exterior), e seu colapso, no fim dessa década e início do século XXI, resultante das políticas econômicas adotadas

²⁰ Joseph E. Stiglitz foi membro e depois presidente do Conselho de Consultores Econômicos do presidente Bill Clinton (1993-1997). Em seguida, foi vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial (1997-2000). Ganhou o prêmio Nobel de Economia em 2001 por seus trabalhos sobre economia da informação. Foi professor da Universidade de Stanford e atualmente é professor da Universidade de Colúmbia.

no governo Clinton, atingiu com maior intensidade as populações mais pobres e os países do Terceiro Mundo. E isso se deve ao “[...] pouco que o governo fez – regulamentação insuficiente, e não excessiva – que estava na raiz do problema nos exuberantes anos 90 e na recessão que se seguiu” (STIGLITZ, 2003, p.44). Essa constatação reforça o resultado de várias pesquisas de que não existe uma relação direta entre êxito econômico e melhoria das condições sociais e urbanas.

Outra crítica à intervenção estatal americana no processo de segregação social é feita por Marcuse, que, ao analisar o papel do Estado no processo de criação de guetos nas cidades, destaca a importância da definição do conceito de segregação para se evitar possíveis distorções analíticas e clarificar a análise das políticas públicas e os resultados desejados. Para Marcuse, “segregação é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida, em um gueto. É o processo de formação e manutenção de um gueto” (MARCUSE, 2004, p.24).

Nessa perspectiva, Marcuse inicia seu trabalho diferenciando o que chama de segregação socialmente aceitável e a indesejável. Assim, para maior clareza dos conceitos adotados em seus estudos, sugere “[...] o uso dos termos ‘segregação’ e ‘gueto’ para denominar os padrões de aglomerações indesejáveis, reservando aos demais um tratamento nuançado” (MARCUSE, 2004, p.25). Para fins de sua análise, o autor utiliza três grupos/ tipos ideais para identificar as origens da segregação: cultura, papel funcional e posição na hierarquia do poder.

Nesse caso, as divisões culturais ocorrem pelas diferenças entre etnias, nacionalidades, parentesco ou estilo de vida, entre outros fatores. Destaca-se que isso tem como fator de diferenciação das demais o fato de não se basearem em relações econômicas ou de poder.

Isso porque as variáveis culturais – música, parentesco, história, vestuário, entre outras – independem de produtividade econômica ou relações de poder para se fortalecerem (MARCUSE, 2004).

Ao contrário, para o autor, as divisões por papel funcional são resultados da lógica econômica, tanto física quanto organizacional. Elas servem para separar atividades diferentes ou atender a interesses específicos como a localização de trabalhadores próximos a seus locais de trabalho, cujo exemplo são os conjuntos habitacionais patrocinados pelas empresas. Aqui, o zoneamento é a corporificação legal desse tipo de divisão (MARCUSE, 2004).

Dessa forma, as diferenças por posição na hierarquia de poder refletem e reforçam as relações de poder, dominação e exploração do Estado e podem ser identificadas nos enclaves imperiais, tais quais os apontados pelo autor no caso das cidades coloniais da África do Sul. Assim, a interdependência, as sobreposições e as contradições resultantes dessa diferenciação são identificadas considerando que “[...] do ponto de vista histórico, padrões diferentes de divisão são diferencialmente refletidos, fortalecidos ou contestados no espaço” (MARCUSE, 2004, p.27).

Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que as divisões culturais e por função são em geral voluntárias, enquanto as divisões por status são impostas. Nesse contexto, nas cidades contemporâneas, a divisão espacial se dá fundamentalmente sob duas formas:

um gueto (ghetto) é uma área de concentração espacial adotada pelas forças dominantes na sociedade para separar e limitar um determinado grupo populacional, externamente definido como racial, étnico ou estrangeiro, tido e tratado como inferior pela sociedade dominante;

um enclave (enclave) é uma área de concentração espacial na qual os membros de um determinado grupo populacional, autodefinido por etnicidade, religião ou de outra forma, congregam-se de modo a proteger e intensificar o seu desenvolvimento econômico, social, político e/ou cultural (MARCUSE, 2004, p.25).

O ponto crucial destacado pelo autor é o papel do Estado no sentido de atuar como responsável pelo monopólio do uso da força para estabelecer a divisão espacial, criando assim limites espaciais de agregação/segregação social de acordo com as linhas de poder dominantes. Sua posição é demonstrada através de exemplos, apresentados a seguir, da guetização patrocinada pelo governo dos Estados Unidos em diversas cidades, como:

- as ordenações de zoneamento, cuja ocupação se dava exclusivamente por brancos;
- a adoção do zoneamento como dispositivo de exclusão dos negros, que incluíam: zoneamento de lotes grandes, proibição ou limitação de áreas disponíveis para construções multifamiliares, concessão de poderes discricionários em conselhos de zoneamentos locais — concentrados nas mãos de brancos — que concediam ou rejeitavam licenças de construção;
- o respaldo judicial dos tribunais para os contratos restritivos, que permitiam a exclusão dos negros de amplas áreas das cidades e, conseqüentemente, seu confinamento a áreas já ocupadas por outros negros — uma prática que, embora violasse a Carta de Direitos de 1866, só foi declarada inconstitucional em 1948 pela Suprema Corte;

- o planejamento urbano que, com frequência, se conformou a padrões essencialmente racistas;
- a Federal Housing Administration²¹ (FHA), responsável pela avaliação dos imóveis para obtenção do auxílio federal para aquisição das moradias unifamiliares, no seu Manual para Requerentes afirmava: “[...] importantes, entre outras influências adversas, são a infiltração de grupos raciais ou nacionalidades desarmoniosos”. Além disso, favorecia “[...] restrições no cadastro de escrituras [para] incluir o seguinte: proibição de ocupação das propriedades a não ser pela raça para a qual são destinadas”;
- a remoção dos pretos, tendo como pano de fundo o programa de renovação urbana adotado sob o Título I do Housing Act²² de 1949, que destruiu mais moradias do que criou, forçando os negros americanos a se mudarem de áreas frequentemente integradas, pensadas para usos mais elevados, para áreas que já concentravam minorias (MARCUSE, 2004).

Assim, o autor coloca que a segregação, explícita ou não, em qualquer sociedade, existe com a sanção tácita do Estado.

Cabe destacar que, contrário à posição assumida por grande parte dos teóricos e políticos americanos, o debate francês é quase unânime em considerar o combate à exclusão social uma função essencial da ação estatal (KOWARICK, 2003). Nesse sentido, em seu estudo sobre a trajetória do Estado do bem-estar social e das posturas predominantes na França sobre a exclusão

21 Administração Federal de Moradias

22 Ato de Moradia

social, Kowarick (2003) destaca alguns períodos cruciais para o entendimento da problematização e das políticas sociais francesas relacionadas à questão social atual.

Um primeiro momento, no qual toma impulso a construção do Estado do bem-estar social, inicia-se no pós-guerra e se estende até o fim dos anos de 1960. Constitui seu foco a reconstrução do país a partir de ações governamentais voltadas para a renovação urbana e a eliminação dos cortiços. Num segundo momento, em meados da década de 1970, já se discute a questão da exclusão social, e surge um novo enfoque para as análises da problemática social, na qual:

[...] já se aponta para o fato de que o crescimento da riqueza em si não reduz os níveis de pobreza que se abate sobre os handicapés sociaux: doentes mentais, alcoólatras, deficientes físicos e mentais e uma gama de inadaptados que deveriam ser beneficiados por políticas específicas de proteção social (KOWARICK, 2003, p.70).

E, por último, a partir de 1980, as análises se concentram na “nova pobreza”, relacionadas à esfera do trabalho e da sociabilidade. Esse fenômeno remete à degradação do mercado de trabalho, ao aumento da instabilidade do emprego, ao desemprego prolongado e ao enfraquecimento dos vínculos sociais, em que o conceito de exclusão se associa ao da não-cidadania.

Dentre os pesquisadores que estudaram o fenômeno, destaca-se Paugam (2003), o qual expressa em suas pesquisas que o desemprego de longa duração acarretou a perda do vínculo de trabalho para centenas de milhares de operários, de empregados do comércio ou da indústria e mesmo de executivos. O distanciamento do mercado de trabalho fragilizou grande parte dessas pessoas e teve como consequências: afastamento da vida social, crise de identidade – resultado de depressão

– e ruptura familiar. A pesquisa de Paugam possibilitou:

A análise das múltiplas formas que a fragilidade pode assumir na sociedade francesa, bem como captar, de maneira ainda mais abrangente, os fatores e o processo de desqualificação social capaz de empurrar, etapa por etapa, diversos segmentos da população para a esfera da inatividade profissional e da assistência, aumentando-lhes o risco de acúmulo de dificuldades ou de desvantagens (PAUGAM, 2003, p.33).

Sua pesquisa, realizada na Cité du Point-du-Jour²³, teve o objetivo de estudar as relações sociais que se estabelecem entre os habitantes com foco nas famílias atendidas pelos serviços de ação social, cujo eixo

[...] não é a própria análise das situações de pobreza, mas sobretudo a relação com o status das populações que ocupam os últimos degraus da hierarquia social, isto é, a identificação parcial ou total com um conjunto de comportamentos mais ou menos sistematizados e relativamente fixos, que correspondem a papéis sociais reconhecidos como legítimos por elas próprias e pela sociedade (PAUGAM, 2003, p. 47-48).

Para tanto, elaborou uma tipologia das intervenções sociais e dos tipos de beneficiários, apresentados na Tabela 1:

²³ Cidade de Point-du-Jour

Tabela 1

Tipologia das intervenções sociais e dos tipos de beneficiários		
Tipologia das intervenções sociais		Tipos de beneficiários dos serviços sociais
I Intervenção pontual	→	os fragilizados
II Intervenção regular	→	os assistidos
III Infra-intervenção	→	os marginalizados

Fonte: Paugam, 2003, p.63.

Essa tipologia é central para a pesquisa de Paugam na medida em que seu trabalho, ao invés de focar a categoria dos pobres, utiliza o que o autor classifica de populações reconhecidas em situação econômica precária. Além disso, o fato de diferentes razões explicarem os motivos por que a população recorre aos serviços de ação social justifica o reconhecimento dos limites e a desconstrução da falsa unidade da categoria de pobres.

Em sua tipologia, os beneficiários são categorias analíticas, ou seja, “[...] conjuntos de pessoas com características comuns e construídas de acordo com as necessidades da compreensão sociológica” (PAUGAM, 2003, p.63). Caracterizam-se por:

- os “fragilizados” pela incerteza ou irregularidade de renda, já que se beneficiam de uma intervenção pontual, o que acarreta uma participação parcial na vida econômica e social. Isto é, desencadeado pelas dificuldades econômicas desse grupo, resultado do desemprego ou de situações intermediárias como trabalho temporário ou de meio período, contrato por tempo determinado, estágios e cursos profissionalizantes, “bicos”, acordos de

aposentadoria antecipada, entre outros;

- os “assistidos” por disporem de uma renda da proteção social e se beneficiarem de uma intervenção social intensa, na qual há um acompanhamento contratual com engajamento sistemático do assistente social que junto com o beneficiário busca soluções para os problemas identificados. Este tipo é composto por pessoas com deficiências física ou mental, ou com dificuldades em prover educação e sustento a seus filhos;
- os “marginalizados” por não possuírem rendas ligadas a ou derivadas de um emprego regular, nem de subsídios assistenciais regulares. São pessoas que não mais se beneficiam, ou nunca se beneficiaram das indenizações por desemprego. São desprovidos de status e poder.

O posicionamento das pessoas em um dos três tipos possibilitou ao pesquisador identificar as fases em que elas se encontram no processo de desqualificação social – fragilidade, dependência ou ruptura – e como a inserção em uma dessas fases e seu encadeamento contribuem para a dualização social (PAUGAM, 2003).

A fragilidade, resultado do desemprego, das dificuldades de inserção profissional, da perda da moradia ou da necessidade de morar em um cité (conjunto habitacional), constitui experiências sociais dolorosas, visto que as pessoas se sentem deslocadas por se encontrarem em situação social inferior às que ocupavam.

Nessa situação, a fragilidade corresponde ao aprendizado da desqualificação social, já que o indivíduo toma consciência da distância que o separa da grande

maioria da população. Explicar as razões de seus problemas, morar em uma cidade de má reputação, solicitar auxílio dos serviços de assistência social os coloca em uma situação considerada insuportável.

Entretanto, esse grupo não perde a esperança de encontrar um emprego, pois, para ele, sua integração social se dá através da atividade profissional. Por isso, teme a dependência dos serviços de assistência e procura empregos por conta própria. Assim, a pesquisa identificou que, quando consegue se reinserir no mercado de trabalho, esse grupo, muitas vezes, reforça a sociabilidade familiar.

Caso a reinserção no mercado de trabalho se prolongue por muito tempo, o indivíduo – desmotivado e abatido – aceita o auxílio do serviço de assistência e, perdurando essa situação, passa da fase de fragilidade para a de dependência, na qual assume o status de assistido. Nessa posição, procura compensar suas frustrações através da valorização de sua identidade parental. Contudo, permanece o sentimento de posição social desvalorizada. Esse status “[...] permite apenas que se evite a extrema miséria” (PAUGAM, 2003, p.39).

A ruptura é a última fase do processo que conduz à marginalização, atingindo também muitos jovens – sem renda, sem moradia, mendigos – e faz com que essas pessoas nutram um sentimento de inutilidade para a sociedade.

A principal razão dessa marginalização precoce é a ausência de relações estáveis com sua família. De fato, para os que enfrentam enormes dificuldades em se inserir na vida profissional, o fato de não poderem receber ajuda dos membros da família priva-os de uma das formas mais elementares de solidariedade (PAUGAM, 2003, p.40).

Dessa maneira, através do álcool ou das drogas, procuram compensação para sua derrota. Essas pessoas, em muitos casos, sequer passaram pela fase de fragilidade e não são dependentes dos serviços sociais, seja por não requererem os benefícios, pelas barreiras impostas à concessão dos mesmos, seja pela morosidade dos procedimentos administrativos. Entretanto, Paugam faz uma ressalva importante quanto à postura adotada pelos marginalizados perante as políticas assistenciais e a sociedade:

É preciso ressaltar, também, que o modo de vida desses andantes implica formas de resistência à miséria que podem passar como provação e, em alguns casos, como reivindicação da liberdade de viver à margem da sociedade. Tais comportamentos correspondem ao último estágio de inversão simbólica do estigma. Quando se dirigem aos assistentes sociais, eles sabem que não têm nada a perder e adotam um tom agressivo. Trata-se de um mecanismo de defesa. Sentem-se ameaçados ou observados com reprovação por esses profissionais do setor social, que vivem em um outro mundo. Assim, manifestam seu direito à palavra. Esses comportamentos não são sempre compreendidos. Eles não facilitam os contatos com a administração e com as pessoas que gostariam de ajudá-los (PAUGAM, 2003, p.41).

Na sociedade global, o isolamento social, segundo Castel (1998), está associado à exclusão do mundo do trabalho, pois, nesse contexto, a condição de assalariado é o que assegura ao indivíduo sua identidade social e sua integração comunitária.

O perfil do excluído, hoje, diferentemente daquele da clientela clássica da ação social – inválidos, deficientes ou “casos sociais” – é caracterizado por Castel como “sobrante”, ou seja:

[...] há vinte anos, essas pessoas que solicitam hoje uma atenção particular teriam sido integradas por elas mesmas à ordem do trabalho e teriam levado uma vida comum. De fato elas se tornaram inválidas pela conjuntura: é a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou (CASTEL, 2004, p.30-31, grifos do autor).

Também visando analisar as novas formas de produção da pobreza, na periferia parisiense, Bourdieu (1997) coordenou durante três anos uma equipe de sociólogos que, nesse período, se dedicou a descrever o sofrimento físico e mental decorrente da extrema pobreza, a partir da análise das condições de produção das formas contemporâneas da miséria social nos espaços, onde se desenrolam os conflitos específicos: no conjunto habitacional, na escola, no universo dos funcionários, etc.

Para isso, foi necessário confrontar o que se passa nesses espaços, que aproximam pessoas e que tudo separam, com o que essas pessoas são na realidade:

[...] não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social (BOURDIEU, 1997, p.11, grifo do autor).

Considerando os objetivos deste trabalho, a seguir serão apresentadas algumas das “pequenas misérias” apresentadas por Bourdieu, que identifica o seguinte:

[...] estabelecer a grande miséria como medida exclusiva de todas as misérias é proibir-se de perceber e compreender toda uma parte de sofrimentos característicos de uma ordem social que tem, sem

dúvida, feito recuar a grande miséria (menos, todavia, do que se diz com frequência), mas que, diferenciando-se, tem também multiplicado os espaços sociais (campos e subcampos especializados), que tem oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria (BOURDIEU, 1997, p.13).

Em um conjunto habitacional, localizado na periferia parisiense, inicialmente chamado de Zona a Urbanizar com Prioridade – ZUP – e posteriormente rebatizado de “Val Saint Martin”, na rua dos Junquinhos, moram os senhores Leblond e Amezziane. Apesar do nome, a rua, ironicamente, não possui nenhuma árvore, pelo contrário, a aridez e ausência de estabelecimentos, que normalmente animam o espaço urbano, fazem com que as pessoas da região associem o espaço à palavra deserto, resultado do fechamento das fábricas e destruição dos edifícios (BOURDIEU, 1997).

O senhor Leblond, chefe de uma das últimas famílias francesas a permanecer na rua, é também um dos poucos que conseguiram escapar das grandes dispensas, porém, não sem sofrer as degradações de sua condição profissional: redução salarial de 30% a 40%; redução nas equipes de trabalho e contratação temporária de trabalhadores desqualificados; aumento do controle sobre as faltas (mesmo em caso de doença, o que faz com que os trabalhadores evitem faltar, mesmo não estando em condições físicas saudáveis); enfraquecimento dos sindicatos (resultado da escassez de empregos, o que dificulta a mobilização dos trabalhadores) (BOURDIEU, 1997).

Por outro lado, a situação do senhor Leblond demonstra a sua integração à lógica da ordem industrial – na adolescência ingressou no Centro de Aprendizagem

da fábrica onde seu pai trabalhava e, após dois anos, foi admitido em uma fábrica, ou seja, sua formação se deu no local de trabalho através de um aprendizado prático. Entretanto, percebem-se, na fala e nos gestos dele e de sua esposa, mesmo que de forma velada, “[...] a amplitude e a violência do choque que o mundo da fábrica representa, apesar da preparação e da resignação preliminares” (BOURDIEU, 1997, p.19).

Trajetória diferente tem seu vizinho Amezziane, operário de origem argelina. Ao chegar à França em 1960, trabalhou em várias empresas da construção civil em trabalhos pesados e mal remunerados. Em 1962, foi admitido em uma empresa de Longwy, onde permaneceu por 22 anos até ser dispensado, sem ter direito à aposentadoria por não ter completado 50 anos (BOURDIEU, 1997).

A partir daí, consegue alguns trabalhos mal pagos, nos quais é explorado até conseguir um trabalho temporário dentro de um Contrato Emprego-Solidariedade. Porém, a remuneração percebida não cobre suas despesas, o que o coloca numa situação de endividamento, sem nenhuma perspectiva de melhoria (BOURDIEU, 1997).

Outro agravante em sua situação é a proximidade do fim do contrato que o deixa completamente inseguro em relação ao seu futuro e ao de sua família. Se por um lado expressa a vontade de retornar à sua terra natal – “Oh! Eu não sei! Não sei o que fazer. Não aguento mais. Vou partir. Não agüento mais, eu vou embora! É isso. É a verdade. Por que fazer isso? Ganho quatro moedas, perdi oito moedas, então...” (BOURDIEU, 1997, p.21) –, também essa opção é fonte de dúvidas e conflitos, pois sabe que é muito tarde para encontrar trabalho lá e ainda perderia os poucos recursos que recebe a título de desemprego.

A mesma situação, vivida por grande parte dos imigrantes, principalmente argelinos, é resumida por um deles que assistia à entrevista: “Nós agora somos como os pós-negros: se voltarmos, não somos argelinos; se ficamos aqui, não somos franceses” (BOURDIEU, 1997, p.21).

Além da diferença nas condições de trabalho dos dois vizinhos, há outras. A mais visível é nas moradias. O apartamento de Leblond é caloroso, “[...] com o guarda-louça cuidadosamente limpo, coberto de fotos das meninas e bibelôs cercando o diploma da filha mais velha [...] seu sofá coberto de almofadas bordadas com cores vivas [...]” (BOURDIEU, 1997, p.16-17). Já o apartamento de Amezziane “[...] dá uma impressão de frieza e de desnudamento, com seu divã em ‘skai’, sem almofadas, sua tapeçaria barata, representando uma mesquita, sua mesa baixa de ferro fundido” (BOURDIEU, 1997, p.20). Esses contrastes demonstram:

[...] toda a distância que separa o proletário – mesmo decaído ou em decadência, com seus rendimentos reduzidos, mas regulares, suas contas em dia, seu futuro, apesar de tudo relativamente garantido – do antigo operário que a queda no desemprego, sem proteção nem garantias, remete à condição de subproletário, desprovido, preocupado com a sobrevivência, com dificuldade, no dia a dia, entre os aluguéis não pagos e as dívidas impagáveis (BOURDIEU, 1997, p.20).

Além disso, existem as agressões por parte de grande parcela da população francesa local, por considerar que os imigrantes ocuparam seus postos de trabalho, e a intolerância quanto às tradições religiosas que só não são explicitamente demonstradas devido às condenações oficiais à discriminação e ao preconceito racial. Esses fatos podem ser constatados no desabafo de Hocine, operário qualificado da estrada de ferro tunisiana, que chegou à França nos anos 70.

Hocine – [...] Argelinos, tunisianos ou marroquinos, não passam de árabes, são imigrantes como eu; antes porque vocês tinham necessidade deles, vocês os tiraram de suas casas e agora que eles construíram sua França, agora vocês não precisam mais deles? É preciso ser lógico. E eu me desculpo, senhora, se eu lhe [...] não é que eu quisesse chocá-la, mas é minha fraqueza, eu sou assim. Eu sou assim. Não ousa, nas reuniões, algumas vezes, quando ouço “imigrante”, pois é, não consigo me conter. O que eu tenho a mais que vocês, vocês têm a mais que eu? Senhora, somos todos seres humanos. Precisamos nos ajudar mutuamente na vida que vivemos atualmente, em que há uma crise geral muito dura, você vê, o rico pode ajudar o pobre, o modesto pode ajudar o pobre, e assim por diante (BOURDIEU, 1997, p.131).

Nesse contexto, Bourdieu (1997) reforça a necessidade do retorno de políticas que resgatem o funcionamento das instituições democráticas e que façam oposição à predominância da visão onde o liberalismo econômico foi alçado à condição necessária e suficiente da liberdade política.

Na América Latina e Caribe, Wanderley reforça a necessidade de se contextualizar política e historicamente as características dos espaços em estudo, tendo em vista a diversidade inerente a cada um e os seus condicionantes: “[...] colonização, lutas pela independência, modos de produção, planos de desenvolvimento, tipos de Estado, políticas sociais, etc.” (WANDERLEY, 2004, p.52).

Considerando a dificuldade de “[...] análises concretas de situações concretas” (WANDERLEY, 2004, p.52), no âmbito desse estudo, o autor optou por destacar os traços mais convergentes da região. De acordo com os objetivos deste trabalho, serão apresentados alguns dos pontos identificados como centrais pelo autor.

O primeiro ponto, a trajetória da dependência, adquire novos contornos com as alterações na economia mundial e

consolidação dos Estados Unidos como país hegemônico, a partir do final da década de 1940. Nesse percurso, apesar de se verificar algum progresso econômico e social, o que se percebe é o crescimento das desigualdades e das injustiças na estrutura americana, decorrente

[...] das relações assimétricas de dominação e subordinação na produção, no poder político, na estrutura de classes e na estratificação social, na elaboração do pensamento e da cultura, considerando principalmente os processos de exploração econômica e dominação política, ao lado de outros fatores importantes, tais como territoriais, demográficos, étnicos, de gênero (WANDERLEY, 2004, p.54-55).

Buscando o aprofundamento do tema, Wanderlei coloca “[...] que a questão social significa, desde logo, saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade” (2004, p.56).

No caso da América Latina, as relações de dominação têm início no período da colonização e se mantêm com a dominação burguesa e estão sedimentadas na desigualdade social desses países em decorrência da concentração de poder das classes dominantes e da pobreza da maioria da população. Daí a importância da problematização da questão social latino-americana dentro de um espaço temporal, pois,

seminalmente ela vai emergir com o tema indígena e, logo após, com o tema da formação nacional, ainda que não sejam compreendidas assim pelos nossos olhos de hoje. E vai se desdobrando e se problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher [...]. Mesmo no caso de sua convergência com a significação européia, por ocasião da implantação do capitalismo industrial no continente, ela porém será fortemente condicionada por essas proposições histórico-estruturais (WANDERLEY, 2004, p.62).

Tendo por base essas proposições, um maior detalhamento das análises sobre a reestruturação espacial brasileira, principalmente a partir da sua inserção na economia globalizada, e dos novos padrões de segregação socioespacial, tendo como ponto de partida a crise econômica e social da década de 1980, será discutido a seguir.

O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRO

No Brasil, o processo de segregação assinala uma maior evidência a partir da Primeira República (1889-1930), com a intervenção estatal sobre o espaço urbano e a moradia dos trabalhadores, não só com o apoio, mas também com a reivindicação da classe dirigente, apesar da predominância das concepções liberais da época.

Bonduki ressalta que as políticas de intervenção no espaço urbano adotadas nesse período em São Paulo já indicavam “[...] uma intenção velada de eliminar os cortiços e os trabalhadores da área central e de regiões também habitadas por setores sociais mais privilegiados” (BONDUKI, 1998, p.33), acelerando assim o processo de segregação social por meio da intervenção pública.

Ao resgatar a história da legislação urbana e as formas de produção do espaço em São Paulo, Rolnick constata que “[...] mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder” (ROLNICK, 2003, p.13).

E já no fim do século XIX, ao utilizar a legislação para modelar a cidade, ideal ou desejável, e definir a especificidade no modo de construção dos bairros de elite da capital paulista – Campos Elísios, Higienópolis, Avenida Paulista –, fica evidente a proteção desses espaços onde

a lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis. [...] Além do mais, desenhou-se aí o fundamento de uma geografia social da cidade, da qual até hoje não conseguimos escapar (ROLNICK, 2003, p.47).

Assim, no Brasil, sob um discurso higienista de combate a doenças endêmicas e respaldado numa política saneadora que mascarava a intenção de remoção dos pobres dos centros urbanos, é implementada uma prática excludente. Exemplos dessas políticas foram a expulsão dos moradores do cortiço carioca “Cabeça de Porco” e a destruição ou expulsão dos cortiços do centro de São Paulo (KOGA, 2003).

Historicamente, outro aspecto a ser observado é a ambiguidade na postura do Estado brasileiro, principalmente quanto ao cumprimento da legislação regulatória do espaço urbano. Se por um lado, constata-se um excesso de legislação, por outro, há uma tolerância e, em alguns casos, o incentivo para ocupações ilegais, como um movimento compensatório da incapacidade do Estado em atender a demanda existente, principalmente a de baixa renda. De acordo com Maricato,

a lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político (MARICATO, 2003, p.157).

Longe de ser uma política de respeito à população carente, uma das explicações para a tolerância estatal nas ocupações ilegais reside no fato de que a própria ilegalidade exime o estado da responsabilidade de suprir

essas áreas com qualquer tipo de serviço público. Assim,

[...] a conseqüência inevitável da posição extralegal é a idéia de que os assentamentos irregulares são provisórios e que um dia irão desaparecer de onde estão. A posição de provisoriedade funciona como justificativa para o não-investimento público, o que acaba reforçando a precariedade urbanística e, sobretudo, acentuando as diferenças em relação ao setor da cidade onde houve investimentos (ROLNICK, 2003, p.183).

Essa contraposição é reforçada nas primeiras décadas do século XX onde, simultaneamente com o início do processo de industrialização brasileiro e a transição da economia nacional de agrário-exportadora para industrial, promovem-se transformações nas relações sociais, com a progressiva substituição das relações hierárquicas estamentais pela sociedade de classes e a constituição de um vigoroso proletariado urbano, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, principais polos industriais do período. Com isso,

aprofundaram-se as desigualdades regionais e a concentração da riqueza sob controle dos cafeicultores, dos proprietários rurais e da nova classe de empresários industriais. A polarização social agravou-se, estimulando revoltas no campo e uma onda de greves nas cidades industriais (ADORNO, 2002, p.86).

A dinamização da industrialização e o processo de urbanização acelerado, marca do período de 1945 a 1980, foram acompanhadas por uma expansão do mercado de trabalho no Brasil, com predominância do setor secundário, o que permitiu “[...] um processo social de razoável grau de mobilidade ocupacional e integração à vida urbano-industrial, apesar dos fortes índices de concentração de renda que marcam a nossa estratificação” (RIBEIRO, 1997, p.264).

Posteriormente, o esgotamento do modelo de substituição da economia de agrário-exportadora para a industrial, a partir da crise socioeconômica na década de 1980, resultou na abertura da economia brasileira e implantação do processo de privatização como mecanismo de integração da economia nacional ao mercado global.

Entretanto, a possibilidade de avanço e modernidade transformou-se na “[...] marca da modernização com o desenvolvimento do atraso” (MARICATO, 2003, p.151).

O setor terciário torna-se o principal responsável pela geração dos novos postos de trabalho e, segundo Ribeiro (1997), a terceirização da economia brasileira ganha novos contornos com “[...] a ampliação do espaço do setor informal, mediante a inserção dos trabalhadores em unidades não organizadas em moldes capitalistas, e um processo de informalização dentro das empresas capitalistas” (RIBEIRO, 1997, p.267).

Surgem novos padrões de produtividade, resultado da flexibilização do mercado de trabalho e da precarização do assalariamento, alterando e redefinindo a função econômica das metrópoles brasileiras.

A precarização do trabalho e a vulnerabilidade social do trabalhador, que segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT – é um estado de elevada exposição a riscos ou incertezas, combinado com uma capacidade diminuída para se proteger ou defender-se deles e para fazer frente a suas consequências negativas, implica: desproteção social do trabalhador (trabalho informal), redução da proteção social e da insegurança no trabalho (contratação temporária) e vulnerabilidade da condição de emprego (empresas com menos de seis empregados).

Assim, recrudescimento da população miserável e aumento da pobreza metropolitana foram as repercussões

dessas alterações do mercado de trabalho urbano no Brasil, com novos contornos, pois, se por um lado, a economia urbana gera uma gama de serviços sociais que permitem a criação de diversos trabalhos temporários, por outro, “[...] o ingresso nesse universo de possibilidades exige a obtenção de uma renda mínima, sem a qual a reprodução torna-se impossível” (RIBEIRO, 1997, p.270).

Os impactos sociais dessa reestruturação produtiva apontam a emergência de novos padrões de segregação, pois,

as oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais ou metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (MARICATO, 2003, p.152).

Koltai ao analisar a sociedade moderna e a segregação inerente à mesma, destaca a contradição levantada por Freud em relação ao mandamento bíblico “Amarás ao próximo como a ti mesmo”, uma vez que

[...] o próprio traço identificatório que faço meu acarreta uma divisão entre os semelhantes na medida em que exclui os não semelhantes. Não há amor entre irmãos sem rejeição dos estrangeiros. Eis o limite do amor do próximo como si mesmo. É segregativo porque fundado na identificação (KOLTAI, 1998, p.107).

A autora conclui que, para que haja união entre grupos, é necessária a exclusão de outros que servirão como alvo da nossa agressividade, “[...] razão pela qual a máxima do amor ao próximo só pode ser imaginária” (KOLTAI, 1998, p.107).

Nessa perspectiva, os projetos dos condomínios fechados surgem como espaços em que “[...] o perigo da existência do ‘outro’ é evitado com a supressão do contato com qualquer espaço exterior e com a construção de um novo tipo de território exterior: íntimo, protegido e seguro como o ‘lar’” (ROLNICK, 2003, p.189).

Em seus estudos sobre crime, segregação e cidadania em São Paulo, Caldeira (2000) identifica três formas diferentes de segregação social:

1. do fim do século XIX até os anos 1940, caracterizada por uma concentração espacial numa pequena área urbana onde a segregação se dava pelo tipo de moradia;
2. dos anos 40 até os anos 80, caracterizada por uma divisão espacial centro–periferia, com concentração da classe média e alta nos bairros centrais e os pobres na periferia;
3. a partir dos anos 80, caracterizada pelo que a autora chama de “enclaves fortificados”, ou seja, onde os grupos sociais estão muitas vezes próximos, porém separados por muros e tecnologias de segurança. São os espaços privatizados onde a classe média abandona o espaço público tradicional para os pobres.

Os “enclaves fortificados” são “[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” (CALDEIRA, 2000, p.211). Para a autora, a disseminação desses enclaves é resultado da dificuldade das instituições públicas de impor a ordem, o que gera uma exposição das pessoas

ao mal e aos abusos dos que se colocam acima da lei.

Assim, “[...] para se proteger, elas têm de confiar em seus próprios meios de isolamento, controle, separação e distanciamento. Ou seja, para se sentirem seguras, elas têm de construir muros” (CALDEIRA, 2000, p.98).

Entretanto, as divisões espaciais não são um fato atual. Existem desde a antiguidade e a idade média e sua constituição, já nesses períodos, atende a interesses específicos.

as cidades são então os pólos de valorização da primazia senhoria: eles abrigam aqueles que, especialmente por seu trabalho artesanal, permitem amodar os recursos agrícolas que afluem aos mercados e, assim, produzir tudo o que é necessário à vida social dos poderosos laicos ou sacerdotes” (MENJOT; BOUCHERON, 2005, p.21).

As cidades medievais se organizavam com textura diversificada e compartimentada, caracterizada por um urbanismo de ruas, resultado da proeminência das funções econômicas e de troca na sua definição. “A muralha vem, então, cercar e unificar um espaço urbano heterogêneo [...]. Tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista militar e fiscal, os muros da cidade definem o seu espaço” (MENJOT; BOUCHERON, 2005, p.28).

Atualmente, dentre as várias consequências destas fortificações destaca-se um novo padrão de segregação urbana, onde o ideal de heterogeneidade social é abandonado e “[...] o novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não-democrático e não-moderno” (CALDEIRA, 2000, p.12).

Nesse contexto, as Regiões Metropolitanas - RMs - brasileiras possuem novos arranjos espaciais, com uma

Expansão urbana, segregação e violência

enorme complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social.

VIOLÊNCIA URBANA E A QUESTÃO SOCIAL

O fenômeno da violência na contemporaneidade transformou-se em uma das mais importantes questões sociais no Brasil. Assim, o estudo do seu conceito é de particular relevância porque está presente em quase todas as dimensões da sociedade brasileira afetando a vida de milhões de pessoas. Por outro lado, a complexidade que envolve o conceito é decorrente do seu

[...] caráter polifônico, plural, multifacetado, idealista das manifestações violentas no decorrer do processo histórico de constituição das relações do homem em sociedade, e definir violência não seria um mero ato de aproximar um conceito “absoluto” de uma expressão ou de um fato que poderia tornar idênticos a palavra e o fenômeno (COSTA; PIMENTA, 2006, p.6).

Daí a importância de se discutir a violência numa abordagem que envolva as dinâmicas temporais, econômicas, políticas, espaciais e culturais.

Zaluar aponta “a dificuldade na definição do que é violência” desde a sua etimologia. “Violência vem do latim violentia, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital)” (ZALUAR, 1999, p.8).

Segundo a autora, o uso dessa força caracteriza-se como violência “[...] quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo

carga negativa ou maléfica” (ZALUAR, 1999, p.8).

Fraga ressalta que “[...] a violência está no interior da tessitura da história humana”. E distingue a violência dos primatas — original — e a violência atual — secundária — onde

[...] a violência original — aquela praticada como uma necessidade incontornável no processo de luta pela sobrevivência, num grau de desenvolvimento histórico que não oferecia outras saídas, e possibilidades de ação e relação. Contudo, existe um outro tipo de violência [...]: a violência como a conhecemos hoje, nas suas formas mais sutis e destrutivas. Então, de uma forma de violência primária (estruturante, fundadora de certo equilíbrio na ordem da vida) passamos a uma secundária (desestruturante e desagregadora) (FRAGA, 2006, p.45).

A passagem da violência original para a secundária é resultado de um processo altamente complexo de evolução de nossos antepassados, onde a cultura é o elemento-chave para a constituição da nossa espécie, homo sapiens, pois “[...] no homo sapiens, a cultura e o seu sistema de regras, interdições, proibições e formas substituem a programação genética” (COSTA; PIMENTA, 2006, p.14). Portanto, a caracterização de um ato como violento depende das condições históricas e sociais em que o mesmo ocorre.

Outro aspecto importante abordado por Fraga é a distinção entre agressividade e violência. Essa distinção faz-se necessária para evitarmos esteriótipos e simplificações na compreensão da violência, pois, segundo vários autores, a agressividade está associada ao instinto animal sendo “[...] um tipo de resposta específica que não varia em seu desenvolvimento, maturação e expressão e ocorre em presença de um conjunto de estímulos bem definidos, provenientes do exterior” (MICHAUD apud Costa; Pimenta, 2006 p.12-13).

Considerando o homo sapiens como parâmetro, Michaud considera a cultura “[...] o elemento chave que diferencia o homem dos animais” (MICHAUD apud Costa; Pimenta, 2006 p.12-13), libertando-o de comportamentos determinísticos.

Partindo do pressuposto de Mir de que a cidade é o maior identificador da cultura humana e sua adoção da definição mais simples de cidade como uma “[...] concentração de pessoas possível em determinado território” (MIR, 2004, p.350), o autor chama atenção para o processo de balcanização em curso na sociedade brasileira, onde

[...] divisões étnicas, sociais e territoriais do país, tornando-nos dessemelhantes e desiguais como expressão máxima da organização do Estado – faz com que o país seja governado por minorias e não por elites. Essa é, objetivamente, uma das consequências mais nefastas desse processo interminável. A elite é o que há de mais primoroso em um país a serviço da sociedade; a minoria é a máfia política de um país a serviço dos seus próprios interesses (MIR, 2004, p.350).

A importância dos fatores culturais para a compreensão do fenômeno da violência urbana também é discutida por Saul (1999) em seus comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea, a partir da identificação das tensões relacionadas às “[...] práticas culturais e às práticas caracterizadas por autoridades legais e políticas como crime” (SAUL, 1999, p.118) em que muitas vezes a delinquência e a violência tornam-se elementos de uma subcultura.

Isso se constata principalmente nas grandes metrópoles, onde a precarização do trabalho, o desemprego, a desestruturação familiar, entre outras

variáveis, “[...] concorrem simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários tradicionais e para o desenvolvimento de processos que funcionam como suporte para uma espécie de tribalização” (SAUL, 1999, p.118).

No caso brasileiro, o impacto da cultura sobre as formas de predominância de condutas violentas, socialmente aceitas, pode ser identificado desde o período colonial, onde as relações sociais eram caracterizadas pela rigidez hierárquica, e “[...] a violência esteve incorporada regularmente ao cotidiano dos homens livres, libertos e escravizados, apresentando-se comumente como solução para os conflitos sociais e para o desfecho de tensões nas relações intersubjetivas” (ADORNO, 1999, p.66-67).

Nesse sentido, a violência urbana é analisada por Silva, a partir da figura do “justiceiro”, que se caracteriza por ser:

[...] um tipo particular de matador, estruturado a partir de traços culturais patriarcais, fortemente assentados na figura do chefe de família que, ao mesmo tempo, une atributos heterogêneos: protetor, autoritário, bondoso, violento (quando necessário), cumpridor de suas obrigações como pai, líder e trabalhador (SILVA, 2004, p.114).

Essa figura, parte integrante da estrutura social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira, desde o início da colonização, adquire novos contornos na transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial. Porém, é no período da ditadura, particularmente a partir de 1964, que o “justiceiro” assume seu aparato repressor mais especializado (SILVA, 2004, p.114).

Essa concepção manteve um “diálogo permanente” com a sociedade (especialmente as periferias urbanas), seja através de policiais exterminadores treinados sob a

égide da Doutrina de Segurança Nacional (alguns deles “justiceiros”), através de militares e civis membros de esquadrões da morte ou, também, através do próprio comportamento permissivo das forças repressivas oficiais para que a comunidade fizesse “justiça” com as próprias mãos. É, somente, nesse contexto que os “justiceiros” adquirem a sua maturidade e o seu ápice. Trata-se do agente que melhor “encarnou”, na época, a “filosofia” e os objetivos perseguidos com a política do embelezamento e da limpeza social (SILVA, 2004, p.114).

A partir do discurso da ideologia liberal, em que os justificadores da repressão defendem a eliminação e/ou controle das chamadas uniformidades “negativas”, pois são prejudiciais ao equilíbrio e à harmonia social, Silva faz um questionamento: “[...] qual é o parâmetro básico para se determinar se uma uniformidade é útil ou prejudicial?” (SILVA, 2004, p.93).

Na visão da ideologia liberal, o “bom cidadão” é aquele que aceita as regras do mercado, tornando-se competitivo dentro da lógica capitalista, ou seja: disciplinado, organizado, produtivo e fiel cumpridor de seus deveres institucionais (pai de família trabalhador, ordeiro e honesto). Nessa perspectiva, o desajustado é aquele que não consegue, independentemente dos motivos, adequar-se a essas regras, que compõem a ideologia burguesa e seu modelo ideal.

Os bandidos e os grupos excluídos do mercado de trabalho capitalista enquadram-se perfeitamente nessa analogia, muito embora, para os adeptos da higienização, existam diferenças sutis entre esses dois segmentos: os primeiros estão no “caminho fácil” do crime; os segundos são candidatos em potencial a esse posto (SILVA, 2004, p.94).

Assim, apesar de não haver unanimidade na visão dos justificadores da repressão sobre os “justiceiros”,

prevalece entre os mesmos a defesa da pena de Talião²⁴, para legitimar a atuação dos exterminadores por sua “[...] ‘nobre’ função social (‘bons serviços para a sociedade’)” (SILVA, 2004, p.115), o que pode ser constatado no discurso de Erasmo Dias²⁵ (SILVA, 2004:93-4), a seguir:

A sociedade é regida por leis, princípios, normas e regras que, particularmente no que diz respeito às leis sociais, visem, segundo parâmetros aceitos, relacionados à ética, à moral, à razão, à lógica e mesmo à paz e à justiça, se obter a harmonia e o equilíbrio social onde devem prevalecer os valores positivos desses parâmetros [...] Cabe ao cidadão valorizar o trabalho, mola mestra na produção de seu patrimônio. [...] A própria afirmação do ‘lado positivo’ exige a confrontação com o ‘lado negativo’, outra lei da vida [...] A falta de capacidade de reagir ao crime é o que estimula e que faz criar e gerar vítimas (SILVA, 2004, p.93-94).

Com esse discurso, os defensores dos justiceiros favorecem a perpetuação da prática do extermínio como função necessária à higienização social, omitindo elementos que são essenciais para a compreensão das reais causas da violência urbana e da criminalidade.

Além disso, a ambivalência e a ambiguidade

24 Pena de Talião – Lei vigente na Roma antiga, segundo a qual o réu estava sujeito a um dano físico ou prejuízo material idêntico ao que causara, que consiste na reciprocidade do crime e da pena. É frequentemente expressa pela máxima “olho por olho, dente por dente”.

25 Antônio Erasmo Dias, coronel reformado do exército brasileiro, destacou-se durante o regime militar, entre outras ações, por organizar as primeiras ações de caças aos comunistas após 1968. Sob seu comando, os paulistanos experimentaram o que é considerada a pior época da repressão, graças ao aparato montado pela Polícia Civil, usada na repressão. Também liderou uma violenta invasão à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, em setembro de 1977, quando os estudantes pretendiam reativar a União Nacional dos Estudantes – UNE.

sempre foram traços marcantes da sociedade brasileira, traços esses que também são relacionados à discussão sobre a índole da população, pois

[...] volta e meia abre-se a discussão sobre a índole pacífica do seu povo ou a violência inerente às relações sociais de um país escravista, colonizado ou hierárquico. Antes o país modelo das relações raciais pacíficas e democráticas, hoje o inferno do apartheid mais iníquo da humanidade, pior que os Estados Unidos, pior que a África do Sul (ZALUAR, 1999, p.91, grifo do autor).

Nesse ambiente, Zaluar aponta a necessidade de considerarmos o cultural articulado ao institucional para desvendarmos essas ambivalências: a negação da hierarquia pela comensalidade frequente, pelo cotidiano dos espaços públicos e, por outro lado, sua afirmação pela diferença de trajes e hábitos, pelos círculos sociais fechados, pelas escolas frequentadas por privilegiados, pelos tratamentos obtidos na polícia e na justiça que negam a cidadania ou os direitos universais.

Como exemplo, temos a atuação policial na realidade brasileira – marcada pela truculência, uso abusivo de meios coercitivos, tortura e execução de suspeitos –, que faz parte de nossa tradição policial e, portanto, não deve ser tratada como caso isolado. Isso, segundo Soares, é resultado de nossa tradição política onde as explicações e as soluções sobre os crimes e a violência já foram dadas e são conhecidas. Com isso,

a esquerda lavou as mãos, à espera da redenção socioeconômica, quando supostamente celebraram o fim das iniquidades e a sociedade será igual, fraterna e justa. E viverá para sempre em harmonia. A direita sujou as mãos com sangue e lama, em nome da lei e da ordem, que se manifestam sob a forma discriminação e violência com os de baixo, e tolerância indulgente com os de cima (SOARES apud ROLIM, 2006, p.11-12).

Com essas posturas, o debate sobre as políticas de segurança é negligenciado e há um reducionismo sobre a complexidade e as suas causas que envolvem as manifestações da violência urbana no Brasil.

Além disso, Rolim (2006) identifica outros aspectos cruciais relacionados à atuação violenta de nosso policiamento: degradação da polícia, destruição dos laços de confiança com a população e, o mais cruel, a brutalidade policial que incide prioritariamente sobre as populações mais pobres e as minorias – negros e homossexuais, que também são os maiores alvos de diversas outras formas de violência.

Silva (2004) também alerta para a questão do policial higienizador, aquele que muitas vezes é caracterizado como defensor, vingador e carrasco de bandidos, utilizando como exemplo o Capitão Conte Lopes²⁶. Para o autor,

[...] essa imagem socialmente construída de defensor dos pobres desesperançados é, na realidade, uma ideologia. Homens como Conte Lopes defendem, antes de tudo, a ordem institucional. Reprimem, única e exclusivamente, os marginais pobres e seus protótipos que destoam dos padrões e das regras que representam as “uniformidades positivas” (SILVA, 2004, p.163).

Nessa lógica, apesar da disseminação, em diversos setores da opinião pública, da necessidade de uma atuação mais severa das forças policiais, como mecanismo de redução da violência, as pesquisas indicam o avanço da violência urbana e da criminalidade e o

26 Conte Lopes, reeleito em 2006 deputado estadual para o 6º mandato consecutivo e eleito, em 2007, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de São Paulo, foi oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, integrante da ROTA e de outras formações amestradas para o confronto e usou como lema em sua campanha política a expressão: “bandido bom é bandido morto”.

aumento do sentimento de insegurança da população brasileira de uma forma generalizada.

Nesse contexto, apesar das possíveis críticas, Rolim (2006) ressalta a necessidade de se comparar as experiências internacionais com a brasileira na área de segurança pública, pois o autor demonstra a similaridade entre as subculturas policiais e os problemas na implantação das reformas na estrutura policial em todos os lugares. Rebate as críticas, também, ao ressaltar que “Os aparatos modernos de justiça criminal – desde os tribunais, as leis penais e os presídios – são todos derivados de um mesmo arcabouço teórico, são tensionados pelo mesmo tipo de pressão e têm recebido as mesmas críticas” (ROLIM, 2006, p.17).

Essa similaridade pode ser observada no direito penal brasileiro, em sua legislação criminal, do início do século XX, que incorporou as ideias de Lombroso²⁷ e de seus seguidores. Assim, “o novo regime republicano, longe de permitir uma real expansão da participação política, irá se caracterizar pelo seu aspecto não democrático, pela restrição da participação popular na vida política” (ALVAREZ, 2002, p.693).

A adoção da legislação criminal sob esta ótica, que até hoje exerce forte influência no direito penal brasileiro, vinha ao encontro dos interesses das elites intelectuais e políticas do período, pois o medo dessas elites, antes centrado nos escravos, agora se volta para a população urbana pobre, e por isso eram necessários novos mecanismos de poder e controle sobre essa nova ameaça.

E, ainda hoje, no Brasil, perdura a culpabilização

27 Ceasar Lombroso, médico italiano nascido no século XIX, defendeu a tese de que existe um indivíduo que é um criminoso nato, partindo do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados. “Em termos gerais, Lombroso reduziu o crime a um fenômeno natural ao considerar o criminoso, simultaneamente, como um primitivo e doente” (Alvarez, 2002, p.679).

do indivíduo, centrada na tese de Lombroso, desviando o foco da análise da violência da ótica cultural e estrutural para a individual, o que reforça os estereótipos baseados na cor, na posição social, no sexo e acirra a homofobia e o preconceito.

Essa postura resultou numa visão distorcida que até hoje associa a violência e a criminalidade urbana à pobreza, causando uma inversão perversa do processo, ou seja, as populações pobres, que na realidade são as maiores vítimas da violência urbana, são vistas como seus produtores e são responsabilizadas pela quebra da coesão social.

Por outro lado, o crescimento da criminalidade urbana é uma tendência mundial e, no Brasil, essa tendência mostra-se alarmante. Apesar de não haver consenso entre os cientistas sociais quanto às causas desse crescimento, Adorno (2002) aponta três direções para a explicação do fenômeno:

1. mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinqüência e violência;
2. crise do sistema de justiça criminal;
3. desigualdade social e segregação urbana (Adorno, 2002, p.101).

Nesse sentido, Adorno discute a violência como um fenômeno endêmico na sociedade brasileira desde os primórdios da república quando

[...] trabalhadores urbanos pauperizados eram vistos como pertencentes às classes perigosas e passíveis de estreito controle social que incluía detenções ilegais, aplicação de torturas e maus tratos nas delegacias e postos policiais e perseguições arbitrarias” (Adorno, 2002, p.108).

Porém, em meados dos anos 70, com o surgimento de inquietações relacionadas à persistência da violência institucional no combate à criminalidade, surge a crença nas raízes estruturais do crime e da brutalidade contra os delinquentes. Esse fato

devia-se ao capitalismo, às estruturas de exploração, dominação e exclusão inerentes a este modo de organização societária. Em decorrência, estabelecia-se uma associação mecânica, por assim dizer, entre pobreza e violência. Quanto maior a pobreza, maior a violência. A violência urbana aparecia então como expressão de lutas entre as classes dominantes e o conjunto de subalternos (ADORNO, 2002, p.108).

Em contrapartida, Edmundo Campos, ao analisar o período de recessão na década de 1980, faz a seguinte constatação:

[...] durante a maior parte do período de crise e de recessão econômica que se estendeu de 1980 a 1983, a criminalidade violenta no Rio de Janeiro declinou, ao contrário do que faria prever a perspectiva da justiça distributiva. Não é necessário lembrar os efeitos devastadores da crise sobre o nível de emprego e, de maneira geral, sobre a situação das camadas menos privilegiadas da população; ainda assim, não apenas declinaram as taxas de homicídio e de estupro (também o índice de criminalidade violenta) como igualmente caíram as taxas de roubo (EDMUNDO CAMPOS apud PERALVA, 1997, p.227).

Aqui é importante salientar que a recessão implica, por um lado, elevação do grau de pobreza da população e, por outro, tende a contribuir para o aumento da desigualdade econômica e da exclusão social. Contudo, conforme demonstrado anteriormente, a elevação do grau de pobreza não implica necessariamente o aumento da criminalidade.

É a partir dessas constatações que atualmente vários autores refutam a associação direta entre a miséria e a violência. Em 2000, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, os estados brasileiros mais pobres – Maranhão e Piauí – apresentaram os mais baixos índices de violência: 4,85 mortos para cada 100 habitantes. Do mesmo modo, os países africanos mais pobres ostentam baixíssimos índices de violência (menos de 3 homicídios por 100 habitantes). Isso sinaliza que a miséria, por si só, não é fator determinante do crime.

Em suas pesquisas sobre as abordagens utilizadas para analisar a criminalidade urbana, Misse (1995) faz uma crítica ao que chama de “Teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil”.

A primeira tese segundo o autor, apesar de ser extremamente ingênua, ainda é uma “opinião” generalizada no imaginário social: “A pobreza é a causa da criminalidade, ou do aumento da violência urbana” (MISSE, 1995, p.26). Os principais argumentos contra essa tese são:

[...] 1) se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminoso, e não é; 2) a esmagadora maioria de presos é de pobres, pretos e desocupados porque a polícia segue um ‘roteiro típico’ que já associa de antemão a pobreza (ou a marginalidade e também os negros e os desocupados) com ‘a criminalidade’; 3) os próprios pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com nenhuma carreira criminal, pois são ‘trabalhadores honestos’ (MISSE, 1995, p.26).

Além disso, dentre os vários questionamentos levantados para desmontar a correlação causal direta entre indicadores de pobreza e mortalidade, Misse alerta que se deve “[...] compreender os pobres que optaram pela carreira criminal. Talvez no caso deles, e

apenas no caso deles, se possa aprender algo. E quem sabe aprender também por que a maioria dos pobres não se torna criminosa" (MISSE, 1995, p.29).

Outro aspecto relacionado à questão social nas metrópoles é a exacerbação da criminalidade comum violenta. Os dados sobre a mortalidade levaram Mir (2004, p.853) a cunhar a expressão "metrópoles da morte". A taxa de homicídios dobrou em vinte anos. A taxa de mortalidade por homicídios aumentou em 130% (de 11,7 para 27 por 100 mil habitantes) entre 1980 e 2000. Entre 1991 e 2000, no conjunto do Brasil, aumentaram em 95% as taxas de mortalidade por homicídios com o uso de armas de fogo, entre homens de 15 a 24 anos.

Apesar disso, a deficiência nas bases de informações existentes para a medição da criminalidade no Brasil é uma realidade, o que tem levado os pesquisadores a criar instrumentos e indicadores que levem em conta o número real de ocorrências, e não apenas os que são resultado da intervenção policial.

Esse fato é crucial nas análises sobre a violência urbana brasileira, o que pode ser constatado nos dados apresentados por Mir sobre as subnotificações no país. "Em média, menos de um terço (27,1%) das vítimas de crimes nas capitais notifica o fato à polícia. A média brasileira de notificações de delitos é inferior à obtida por 15 países desenvolvidos (49,5%) e menor do que a Argentina (35,7%)" (MIR, 2004, p.904).

Aliado a isso, Mir (2004) chama a atenção para o fato de que órgãos estaduais e alguns institutos de estudos e pesquisas não fazem a correção nos números totais de homicídios adicionando as taxas de subnotificações, o que gera uma brutal alteração nos resultados finais.

É nesse contexto que Rolim (2006) defende, em todas as agências que lidam com o crime e a violência no Brasil, a criação de um banco de dados informatizado, a padronização de procedimentos e da natureza das informações coletadas e a adoção de programas compatíveis que permitam o cruzamento dessas informações entre as agências, para evitar o que o autor chama de “torre de Babel” nos resultados disponíveis. Essa realidade cria um ambiente de incertezas

[...] que facilita o predomínio da improvisação, por um lado, e o fortalecimento, entre governantes e políticos, da tendência de “jogar para a torcida”, por outro lado. Ou seja, uma elaboração errática de iniciativas visando a demonstrar ao público que ‘algo está sendo feito’ (ROLIM, 2006, p.278).

Também é importante observar, em relação à criminalidade nas metrópoles, que ela não incide homogeneamente sobre a população. Os mais pobres são as maiores vítimas, em especial, do homicídio, cujas mais altas taxas se concentram nos bairros mais pobres das grandes metrópoles. Esse fato tem chamado a atenção de pesquisadores para a possível relação entre os processos de segmentação e segregação socioterritorial em curso, que separam as classes e grupos sociais em espaços da abundância e em espaços da concentração da população, vivendo simultâneos processos de exclusão social, e a violência urbana.

Os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM – do Ministério da Saúde indicam uma tendência de alta acentuada de mortes violentas²⁸, a partir de meados dos anos de 1980 nas regiões metropolitanas brasileiras. De acordo com Zaluar; Leal (2001), esse crescimento pode ser identificado por

28 Homicídios, suicídios e acidentes.

meio dos dados de mortalidade do Centro Nacional de Epidemiologia, da Fundação Nacional de Saúde, a partir dos quais se afere que

[...] num período de quatro anos, de 1994 a 1998, a taxa de mortalidade por assassinato²⁹ cresceu assustadoramente em Recife (de 43,35 para 81,50) e significativamente também em São Paulo (de 45,35 para 59,27), no Rio de Janeiro (de 30,64 para 62,66), em Manaus (de 32,16 para 40,02) e em Porto Alegre (de 18,15 para 23,35) (ZALUAR; LEAL, 2001, p.146).

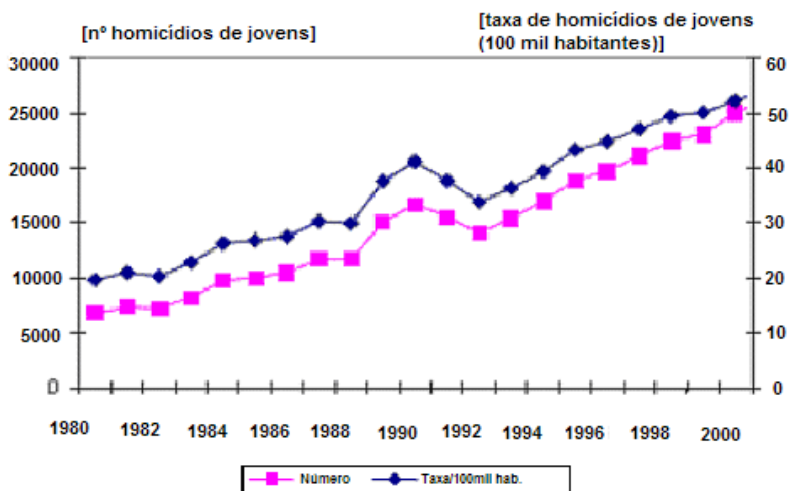
Outro dado alarmante levantado pelas autoras é a faixa etária mais atingida pela elevação por mortes violentas provocadas por armas de fogo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos.

Infelizmente esses dados não se restringem apenas à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), em pesquisa sobre a dinâmica espacial dos homicídios no Brasil, identificam que tradicionalmente as vítimas são homens, com baixa escolaridade e jovens. O Gráfico 1 ilustra a evolução dos homicídios de jovens no país, entre 15 e 29 anos. A taxa de homicídios por 100 mil jovens quase triplicou, quando passou de 19,6%, em 1980, para mais de 50% em 2000.

²⁹ O cálculo da taxa de mortalidade toma por base 100 mil habitantes.

Gráfico 1

Homicídios de jovens no Brasil de 15 a 29: 1980 – 2000



Fonte: Cerqueira, Lobão e Carvalho, 2005, p.6

Nesse contexto, Zaluar e Leal (2001) se indagam: como entender e dar conta dessa dupla manifestação da violência: a que aniquila os corpos das crianças e jovens no Brasil e a que arruína suas mentes, na medida em que não as capacita para enfrentar os problemas do mundo contemporâneo?

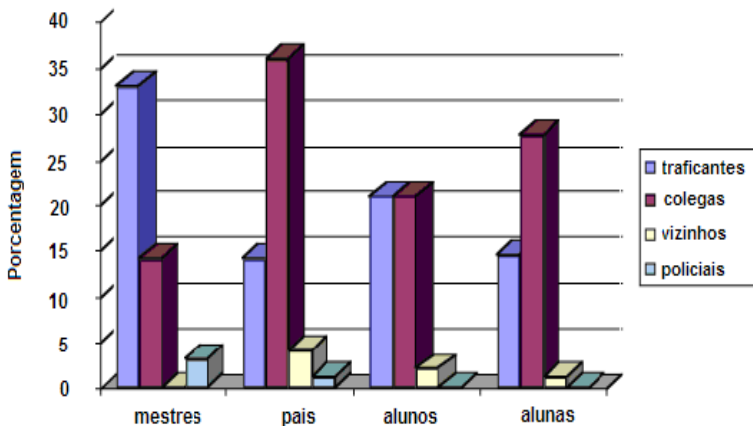
Assim, objetivando responder a esse questionamento, Zaluar e Leal (2001) realizaram uma pesquisa, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que, entre outras proposições, discutem “[...] as possibilidades e os riscos efetivos de estados de anomia quando instituições como a escola, encarregadas da reprodução social e cultural, são penetradas, conquistadas e dominadas pelo crime organizado” (ZALUAR; LEAL, 2001, p.151). A pesquisa, realizada em escolas comuns e Centros Integrados de Educação

Pública – CIEPs, de algumas periferias,

[...] centrou-se nas relações entre a escola e os pobres, no tipo de escola oferecida a esse segmento da população e na maneira como crianças e adolescentes (alunos, ex-alunos, evadidos) e adultos (responsáveis, lideranças, professores, diretores) percebiam e avaliavam a escola pública e a qualidade da educação que ela presta a seus usuários (ZALUAR; LEAL, 2001, p.153).

Sua relevância deve-se ao papel que a escola assume, nesse contexto, pois caso isso não ocorra, a escola perde espaço para outra agência reguladora – a rua. Os dados revelam que as crianças e adolescentes pobres nas escolas das periferias do Rio de Janeiro, além da violência intramuros, também estão sujeitos à violência física extramuros imposta pelas quadrilhas de tráficos, pelas galeras e pela polícia (Gráfico 2).

Gráfico 2
Quem deseduca, segundo mestres, pais, alunos e alunas.



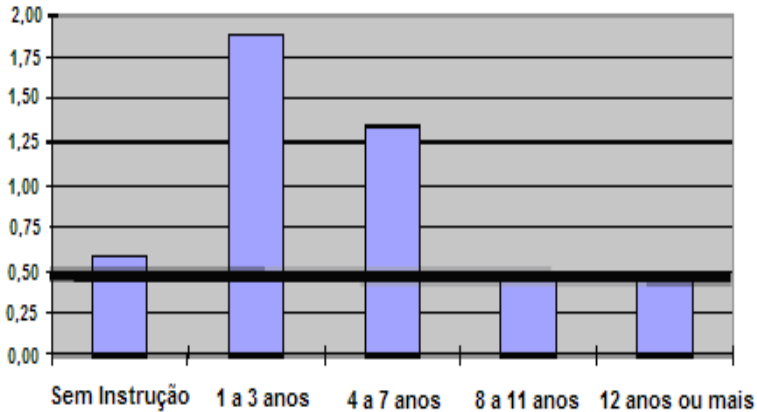
Fonte: Zaluvar; Leal, 2001, p.155

A penetração da violência na escola, alicerçada em códigos como a proibição da delação e a ausência de vigilância, é apresentada pelo depoimento da mãe de uma menina de 10 anos, aluna do CIEP de Duque de Caxias:

[...] Ah, mas eu já perguntei a ela [...] qual a causa de você não querer ficar mais na Laguna? Ela respondeu: “Mãe, não é a tia, a merenda para mim é ótima, [...] mas tem uma coisa, as tias não sabem: as colegas têm vícios e já tentaram fazer até com que eu faça o que elas fazem” Aí eu perguntei: “Mas que vício?” Ela respondeu: “Não é cigarro, é um pozinho branco que as meninas colocam na mão dentro de um papel e ficam cheirando no banheiro e mandaram eu cheirar várias vezes. A senhora sabe o que é isso?” Eu falei para ela: “Isso é um tipo de tóxico, droga que as professoras e os diretores de repente não estão nem sabendo. Onde é que eles fazem isso?” Ela me falou: “Mãe, é no banheiro, a tia nem sabe”. “E você não falou ainda com a sua tia?”. “Mãe, eles ameaçam a gente, se eu falar que eu vi [...] lá fora eles vão me bater, eles me ameaçam [...] se você contar, eu vou te arrebentar” (ZALUAR; LEAL, 2001, p.156).

O estudo de Cerqueira, Lobão e Carvalho reforça o viés de classe social dos homicídios no Brasil com “[...] uma sobreposição das vítimas de homicídios com 1 a 7 anos de estudos” (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2005, p.8), sendo que dessas há uma alta proporcionalidade do percentual de vítimas com 1 a 3 anos de estudo, e as classes dos sem instrução e dos acima de 8 anos de estudo aparecem sub-representados (Gráfico 3).

Gráfico 3
Relação da escolaridade das vítimas em relação à
escolaridade da população (em %)



Fonte: Cerqueira; Lobão; Carvalho, 2005:8

Mir comprova que o Brasil se encontra em guerra civil, em que a cada ano morrem 150.000 pessoas, sendo a grande maioria de pobres e segregados, resultado do apartheid social brasileiro, onde o modelo escravocrata modelou a nossa sociedade e, até hoje, reproduz “[...] uma nova forma de servidão: o apartheid econômico, lastreado numa violenta segregação” (MIR, 2004, p.105, grifo do autor).

Essa questão é reforçada pelo aparelho judiciário brasileiro elaborado com base no princípio de que todos têm direito assegurado à sua diferença, desde que seja expressa e aceita pelo poder etnicista. Para Mir,

[...] ao punir e criminalizar preferencialmente as etnias apartheizadas, as vê [sic], não importa a qualidade ou a extensão de seu delito, como fontes de desordem e de quebra da conformidade social, que deve ser reprimida, exemplarmente punida, para não chantagear a fonte legítima da ordem, o Estado (2004, p.218-219).

Aqui, há o direcionamento e/ou ausência das políticas públicas, e a violência, aliada a um “modo de ser” da desordem urbana, apresenta-se como inevitável diante da ineficiente e complexa ordem/desordem institucional. Em suma, segundo Ribeiro, apesar de a cidade ao longo do tempo ser pensada como o lugar da modernidade e da democracia,

[...] O debate contemporâneo sobre os impactos nas grandes cidades das transformações econômicas (globalização e re-estruturação produtiva), no entanto, é marcado pela hipótese da emergência de uma nova ordem socioespacial na qual a cidade cumpre um papel exatamente inverso, com o surgimento de uma estrutura social dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial fragmentada e uma sociedade política semelhante ao ancien régime, onde as elites passam a controlar de maneira exclusivista a ordem poliárquica deformada, abandonando ao hobbesianismo os deserdados da nova ordem do mercado (RIBEIRO, 2003, p.80).

Assim, podemos constatar que, no Brasil, a miséria aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta omissão, concordância e/ou incapacidade do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, evidenciada, por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico, incorporada no cotidiano da população brasileira que gerou a banalização da violência e da mesma forma a sua naturalidade no imaginário coletivo.

Capítulo II

DESENVOLVIMENTO ESTADUAL E FORMAÇÃO DA REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Expansão urbana, segregação e violência

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Em meados do século XIX é introduzida a cafeicultura no Espírito Santo, onde prevaleceu como atividade econômica predominante até a década de 50 do século XX (ROCHA; MORANDI, 1991).

A expansão da cafeicultura atrai um fluxo migratório formado inicialmente por fazendeiros e seus escravos, originários principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e modestos agricultores que se instalam no sul do Espírito Santo. A partir de 1870, chegam os nordestinos impulsionados pela seca, e os imigrantes europeus, que se tornam pequenos produtores de café e são responsáveis pela ocupação de grande parte do interior capixaba, particularmente a zona serrana central (SALETTO, 1996).

A política de imigração europeia, onde a posse da terra foi condição considerada imprescindível, requerida pelos imigrantes,

[...] resultou no aumento da ocupação territorial para o interior e principalmente na difusão da pequena propriedade produtora do café. Difusão esta responsável até hoje pela importância que tem as pequenas propriedades e as relações de trabalho familiar na agricultura capixaba (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.35).

Essa imigração, no final do século XIX e início do XX, também ocasionou escassez de mão-de-obra para a grande propriedade do sul do Estado e a falência de inúmeras fazendas, o que, segundo Campos Júnior (2002), foi resultado da passividade e falta de poder dos fazendeiros diante do poder local.

A economia capixaba, como a brasileira, até meados do século XX, dependente basicamente da produção agrícola, mais especificamente da cafeicultura, gerou uma sociedade predominantemente agrícola, “[...] pouco capitalizada, em que a estrutura produtiva estava fundamentada na pequena produção familiar” (SIQUEIRA, 2001, p.53-54).

Assim, durante quase um século, a economia e a formação política e social do Espírito Santo foram estruturadas com base na monocultura do café, o que caracterizou a economia estadual em primário-exportadora (SIQUEIRA, 2001).

Nesse contexto econômico, a capital – Vitória – se desenvolvia de forma lenta, mantendo seu aspecto colonial, com funções administrativas, próprias da capital, e comerciais, destacando-se o porto que centralizava a exportação de café e o movimento importador local.

Vitória, uma das três ilhas capitais do país, até os anos 50 apresentava-se praticamente estagnada, com um crescimento demográfico que mantinha paralelismo com o do Estado, no movimento do modelo mercantil (exportador).

[...] Se até 1960 o crescimento populacional estava vinculado à expansão da produção agrícola cafeeira e da fronteira agrícola, a partir de 1970, com as mudanças estruturais ocorridas na economia capixaba, a crise muda, e o espaço vai ser submetido a uma nova lógica – a da industrialização (SIQUEIRA, 2001, p.131).

Historicamente, até o início do século XX, Vitória teve uma ocupação urbana insignificante. As causas dessa evolução tão lenta da mancha urbana devem-se, de acordo com Bittencourt (1987), aos poucos recursos à disposição dos governantes da antiga capitania; à economia incipiente (agricultura), incapaz de gerar excedentes aplicáveis no urbano; à expulsão dos jesuítas (meados do século XVIII), com prejuízos para a agricultura e para a paz com os índios; ao isolamento da Capitania em relação ao resto do país, principalmente porque por longo tempo foi interditado o acesso pela Capitania aos sertões de Minas Gerais, visando dificultar o livre acesso à região das minas e evitando, assim, invasões, contrabandos e desvios de ouro; e ao isolamento da Vila com a Capitania, dificultando o acesso de mercadorias por mar.

Elevada à condição de cidade pela Lei de 17 de março de 1823, Vitória, edificada como cidade tipicamente colonial portuguesa, tem seu traçado definido pelos caminhos trilhados pelas mulas, o que tornou suas ruas tortuosas, íngremes e estreitas (DERENZI, 1965). Incrustada entre a baía e o maciço central da ilha, a cidade, circundada por braços de mar, possuía extensas áreas de manguezais (Figura 1). Nessa época, Vitória

não passava de um confuso aglomerado onde cerca de nove mil habitantes se espremiavam entre o mar e as montanhas, que cobrem quase quarenta por cento da superfície da ilha, onde, a partir de 1551, os colonizadores se refugiaram dos ataques dos índios indomáveis que povoavam o litoral da Capitania. À medida que sua população crescia, Vitória escalava os morros, já que sua expansão horizontal estava bloqueada por pântanos e manguezais (BRITO, 1996).

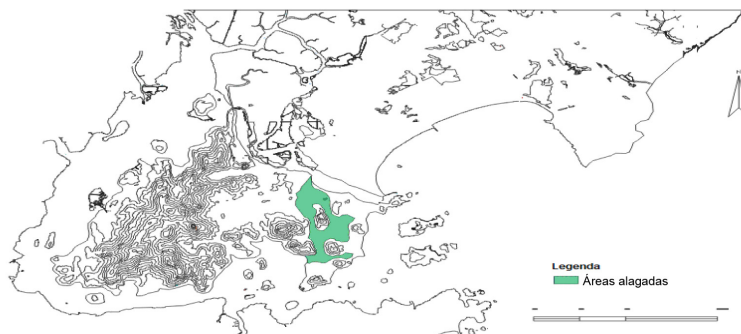


Figura 1
Vitória, excluindo-se as áreas de aterro nos limites das terras firmes da ilha - 1899 (MARINATO, 2004).

A parte alta da cidade, ao oferecer condições naturais de defesa, concentrava construções oficiais, sobretudo as religiosas e da elite. Ao redor do núcleo original, eram construídas residências, que, aos poucos, davam origem às ruas, variando entre sinuosas, mais largas ou mais estreitas.

[...] sua apresentação arquitetônica, as proporções de seus sobrados e os arruamentos fugiam aos princípios rudimentares da arte de construir. Os desenhistas, os arquitetos e os construtores improvisados eram insípidos. Ignoravam por completo a arte de viver com o mínimo de conforto. Não evoluíram até o final de 1800. Os capixabas moravam muito mal e eram pacificamente submetidos aos azimutes descritos pelas mulas em suas caminhadas obrigatórias. As ruas de Vitória eram tortas, íngremes e estreitas. Algumas mediam menos de quatro metros (TATAGIBA, 2005, p.9-10).

Nesse período já se evidencia o processo de segregação na cidade em que as maiores vítimas do descaso dos governantes eram as pessoas de menor poder aquisitivo, moradores das áreas baixas, alagadas, insalubres e desvalorizadas, como:

[...] roças velhas: de modo geral chamou-se assim toda a zona desde os atuais bairros do Parque Moscoso até Santo Antônio. A foz do rio Marinho teve igual nome, dado por Duarte Lemos. Eram campos abandonados por perseguição das formigas ou índios;
Ladeira da Senzala ou Tapera: no seu cruzamento com a Rua da Lapa hoje Thiers Velloso – localizada no Centro –, situava-se a senzala dos frades franciscanos;
Rua do Piolho: atual 13 de maio, localizada no Centro. Era paupérrima. Moradia de escravos e forros e, mais tarde de marafonas (Derenzi, 1965, p.104-105).

Aliada a isso, a inoperância dos governos para dotar a cidade de infraestrutura básica deixou a cidade a mercê das epidemias, como a de febre amarela, que em 1854, em cinco meses, vitimou 6,7% da população.

Cidade suja, sem esgotos, as fezes eram guardadas em tonéis de madeira à espera do despejo, à noite. Quintais cobertos de imundícies, moscas, mosquitos, ratos, lixo por tôdas as ruas, matagal em todos os terrenos baldios. A fama da cidade suja delustrou, por muitos anos, o nome da Capital e do Estado. Foi necessário ao Governo da Província contratar médico para atender à população. Os cemitérios regorjitavam de cadáveres. O presidente Leal pede à Assembléia para criar cemitério fora do perímetro urbano. A celeuma foi de arrepiar cabelos (DERENZI, 1965, p.147).

Essa situação é resultado da posição econômica e da inexistência de infraestrutura na capital, no cenário estadual, nesse período. Antes de o café assumir papel predominante na economia estadual, Vitória era a principal cidade do estado. Porém, em um determinado período, a partir de meados do século XIX até o início do século XX, marcado pelo começo do

[...] desenvolvimento da lavoura cafeeira e a ocupação dos espaços interiores do nosso território, a hierarquia das cidades se altera. Cachoeiro de Itapemirim veio

a ser uma das principais cidades, senão a principal cidade comercial do Estado no último quartel do século passado. Contudo, com o agravante de estar mais ligada comercialmente ao Rio de Janeiro do que a Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.124).

Dentre os fatores que contribuíram para a posição secundária ocupada pela capital na economia estadual, destaca-se a deficiência e/ou inexistência de meios de comunicação de Vitória com o interior e outros estados, o que dificultava a exportação dos produtos agrícolas pelo Porto de Vitória, especialmente o café, criando uma dependência comercial com o Porto do Rio de Janeiro, pois grande parte da produção cafeeira e as vias de comunicação existentes estavam concentradas no sul do estado, onde se localiza o município de Cachoeiro de Itapemirim. Assim, Vitória, sede administrativa do Espírito Santo, tem sua constituição urbana baseada em suas funções política e burocrático-administrativa.

Ao assumir o governo da capital, Muniz Freire, 1892/96, traça seu plano de governo objetivando “[...] tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta” (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.149).

Em seu livro, *O novo arrabalde*, Campos JÚNIOR (1996) aponta as três ações prioritárias propostas por Muniz Freire para viabilizar seu plano de governo:

1. construção de um ramal ferroviário, ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim;
2. aparelhamento do porto de Vitória;
3. expansão da área habitável com a criação de um bairro – Novo Arrabalde.

A primeira ação visava captar a produção cafeeira do sul do Estado e estabelecer uma ligação da Capital com o Rio de Janeiro e, com isso, induzir o direcionamento da produção e dos fluxos migratórios para Vitória.

Paralelamente, o aparelhamento do porto tinha como objetivo criar as condições para o escoamento além-mar da produção. Até 1892, o Porto de Vitória era um pequeno cais de madeira, chamado de “Cais do Schmidt”, localizado no lado oeste da ilha. A necessidade de exportação do café aliada à dependência comercial do Rio de Janeiro foi a base para a intervenção estatal na construção do Porto de Vitória.

Os estudos sobre o local de instalação do porto, com apoio do Governo Federal, apontavam duas possibilidades: o lado continental, Vila Velha, com maior profundidade da bacia marítima e maior facilidade de ligação por estrada férrea com as outras regiões, e o lado insular, Vitória, com uma bacia com menor profundidade e com fundo rochoso. A construção do porto na baía de Vitória (Foto 1), apesar de Vila Velha ser considerada por muitos a opção economicamente mais viável, deveu-se a fatores políticos, justificados pela necessidade de desenvolvimento socioeconômico da capital.



Foto 1 – Cais do Schmidt em 1923

Fonte: Tatagiba, 2005, p.18

A ilha era o ponto estratégico para a construção do porto porque os governos capixabas pensavam em desenvolver a capital e ampliar o sítio urbano da cidade e porque Vitória, como capital, já tinha estrutura comercial local. “[...] Um porto traz conceitos e tradições de negociações; esta tradição divulga o porto e conseqüentemente a cidade de origem. [...] Na época, a localização do porto em Vitória representava um impulso sócio-econômico para a capital” (Siqueira, 1984, p.106).

Por fim, a expansão da área habitável com a criação de um bairro, Novo Arrabalde, dotado das melhores condições de higiene e salubridade, resolveria o maior problema urbano da época: o saneamento.

Além disso, o Governo pretendia criar as condições de transformar Vitória num grande centro populoso e num moderno centro econômico, abrindo o caminho para seu desenvolvimento.

Diferentemente de São Paulo, onde, no final do séc. XIX, parte do excedente acumulado na cafeicultura foi investida na terra urbana, como resultado da inexistência de mercado financeiro, o que tornava a terra “[...] o único santuário capaz de abrigar poupanças”, em Vitória, até 1950, “[...] a quase totalidade dos loteamentos aprovados para a capital era de iniciativa do governo local” (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.22-23).

Nesse contexto, o projeto do Novo Arrabalde do final do século XIX, desenvolvido pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, implicava uma expansão que quintuplicava a área urbana da época, voltada para a parte leste da cidade, onde se situavam as praias, até então desabitadas, que, segundo Brito (1996), tinha como um dos pontos principais eliminar a insalubridade da cidade, resultado do descuido dos até então responsáveis pela urbanização de Vitória.

Segundo Campos Júnior (2002), o conceito de modernização das cidades, no entendimento dos políticos capixabas, no início do século XX, esteve voltado para o paisagismo e as condições básicas para o novo status cidadão, influenciado pelo crescimento da área da saúde e higiene pública.

Nesse sentido, Bonduki (1998), ao analisar, no fim do século XIX, a intervenção estatal sobre o espaço urbano e a moradia dos trabalhadores, identifica que a mesma tinha a intenção de eliminar os possíveis focos de epidemia pela falta de infraestrutura e de saneamento que atingia a elite local. Assim, tem início o processo de segregação na Primeira República (1889-1930) onde, apesar da predominância das concepções liberais, houve não só o apoio mas também a reivindicação da classe dirigente.

O receio do caos e da desordem, a ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, o pânico que um mal desconhecido trazia à população, o prejuízo que a morte de imigrantes recém-chegados causava às finanças públicas (como afirma MOTTA [1894], 'as epidemias que ameaçam todos os anos, dizimando a classe operária e roubando-nos braços úteis que importamos com sacrifícios') e, enfim, o medo da classe dirigente de vir a ser atingida pelas doenças, foram as razões que levaram o Estado a intervir no espaço urbano (BONDUKI, 1998, p.30).

Contudo, a maior parte dos projetos idealizados por Muniz Freire não foi implantado devido à crise financeira relacionada à comercialização do café. Essa situação perdura até o início do século XX, fazendo com que Vitória, apesar de capital do estado, permaneça com feições coloniais ainda inalteradas (Foto 2).



Foto 2 – Vitória, em 1912

Fonte: Tatagiba (2005).

Foi no início do século XX, no governo de Jerônimo Monteiro (1908 – 1912), que efetivamente se iniciou o projeto que tinha como objetivo a urbanização e industrialização do estado. No seu governo aconteceram os primeiros investimentos industriais, com a participação direta estatal no setor têxtil e de açúcar. Na verdade, a frágil estrutura produtiva privada requeria, naquela época, o suporte público como forma de garantir recursos.

Jerônimo Monteiro também implementou as mudanças estruturais – drenagem, aterros, ampliação de ruas e o primeiro parque público, Parque Moscoso – necessárias à modernização da cidade. Entretanto, Muniz (2000) coloca que as transformações urbanas ocorridas em Vitória nas primeiras décadas do século XX foram motivadas

[...] muito mais pelo pensamento de progresso da elite dominante que assumiu o poder na República e pelo desejo de romper com um passado considerado vergonhoso, do que propriamente pela procura de

soluções para dotar a cidade de melhorias para a vida de sua população. [...] Assim, no governo de Jerônimo Monteiro, as necessidades de mudanças na cidade encontraram eco no pensamento da elite dirigente do Estado (MUNIZ, 2000, p.32).

Ou seja, o processo de estruturação do espaço público na capital, marcado pela intervenção estatal, não tinha como objetivo atender às demandas sociais existentes.

As obras de ampliação do porto se iniciaram em 1911, mas só em 1937, no governo de João Punaro Bley, os navios puderam atracar na Baía de Vitória, pois a grande quantidade de rochas submarinas impedia a entrada dos mesmos. Até então, os navios atracavam ao largo e as mercadorias eram trazidas até os trapiches por chatas ou flutuantes. A instalação do porto em Vitória iniciou o processo de crescimento urbano da capital, considerando a necessidade de expansão da área urbana habitável e a ligação entre a ilha e os municípios limítrofes, através de aterros e construções de pontes.

No governo de Florentino Avidos (1924-1928), em 1925, são construídos três armazéns e, posteriormente, com o aumento do movimento de cargas, é construído mais um e há a ampliação dos existentes. Segundo os historiadores, durante seu governo, Florentino Avidos alterou radicalmente a morfologia da cidade.

[...] retificação, alargamento e abertura de novas ruas. Drenagem, pavimentação, reforço do abastecimento de água, rêdes de esgoto. Núcleos residenciais. Edifícios públicos. Cais do porto. Ponte sobre a baía. Iluminação em combustores custosos, passeios de ladrilhos, jardins e monumentos. Estradas suburbanas, escadarias monumentais, viaduto e um cheiro limpo de tinta fresca e cimento fundido (DERENZI, 1965, p.216).

Entre suas obras destaca-se a ponte que leva seu nome e que permaneceu durante cinqüenta anos como a única ligação entre Vitória e o continente pelo lado sul.

Assim, as quatro primeiras décadas do século XX se caracterizam pela realização de numerosas obras que possibilitaram a expansão de Vitória, sobressaem-se como fundamentais na formação do tecido urbano no período:

- aparelhamento do Porto de Vitória objetivando a exportação de café, nesse momento já o principal produto da economia capixaba;
- instalação do bonde elétrico, com a ampliação da linha ligando Santo Antônio até a Praia do Suá e implantação da linha circular ligando a cidade alta à baixa;
- renovação do núcleo antigo da cidade, através da retificação e ampliação de vias, dos serviços de água, drenagem e limpeza pública;
- implantação do projeto “Novo Arrabalde”, de Saturnino de Brito, ampliando em cinco vezes a área da cidade;
- construção da ponte Florentino Avidos, possibilitando a ligação de Vitória à Ilha do Príncipe e ao Continente.

Com essas obras, principalmente os aterros, a cidade adquire novas feições e diferentes contornos. São eliminadas praias e enseadas, e são ligadas ilhas e

afloramentos rochosos, modificando os limites da cidade com o mar.

A partir de meados do século XX, tem início a transformação da estrutura urbana da cidade em função das mudanças econômicas ocorridas no estado. No governo de Jones dos Santos Neves (1951-55), a ideia de um projeto de desenvolvimento é retomada. Investimentos em energia elétrica, rodovias e portos foram considerados fundamentais, bem como o aparelhamento do Estado enquanto ente capaz de planejar e prover o sistema de suporte institucional, fiscal e financeiro. Trabalhou-se principalmente para que fossem geradas as condições indispensáveis para a implementação de uma infraestrutura adequada ao processo econômico industrial-exportador, devido à crise econômica estadual, resultado da crise nacional da produção da cafeicultura. O peso da cafeicultura na economia estadual, nesse período, pode ser confirmado pelos indicadores a seguir:

Em 1960, verificou-se que 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual estava empregada no setor agrícola, e a lavoura cafeeira era responsável pelo emprego de aproximadamente 80% da população ocupada nesse setor;

No mesmo ano, 22,06% da renda interna estadual era gerada diretamente pelo café. Contudo, esse percentual já se apresentava bastante reduzido face à queda dos preços do produto ocorrida a partir de 1955. No ano de 1950 essa participação fora bem mais significativa, tendo atingido o percentual de 32,4% (ROCHA; MORANDI, 1991, p.48).

Esses indicadores justificam o fato de que “[...] a ‘economia capixaba’ não tivesse grande dinamismo, e se apresentasse altamente dependente da cafeicultura, sem vislumbrar nenhuma alternativa de diversificação econômica” (ROCHA; MORANDI, 1991, p.22). Aliada a

essa dependência, a crise de produção na cafeicultura e a super-safra estadual, decorrente do aumento da área cultivada em 134,6% e da produção em 247,4%³⁰ (Tabela 2), a partir da década de 1950, afetaram profundamente a economia capixaba que tinha sua estrutura produtiva baseada na pequena produção familiar, onde

[...] a estruturação do espaço processou-se, porém, com caráter bastante precário, em virtude da incompatibilidade entre essa lavoura e a pequena propriedade, desenvolvida com técnicas arcaicas e implantadas em condições locais pouco favoráveis. Essa precariedade tornou-se mais elevada, quando comparada com áreas cafeeiras mais prósperas, conferindo à cafeicultura capixaba uma posição secundária no plano nacional (SIQUEIRA, 2001, p.73).

Tabela 2
Área cultivada, produção e valor do café no Espírito Santo:
1949-1960

Ano	Área cultivada (ha)	Produção	
		Quantidade (t)	Valor (Cr\$1.000)
1949	227.937	115.093	737.429
1951	235.807	106.735	989.379
1953	244.290	99.383	1.390.826
1955	280.648	114.657	2.654.966
1956	272.148	94.355	1.945.844
1957	280.671	130.309	2.680.387
1958	303.792	150.387	2.180.833
1959	301.144	287.519	2.654.966
1960	306.737	284.730	3.306.802

Fonte: Siqueira (2001, p.176).

³⁰ Indicadores de aumento da área cultivada e da produção, criados a partir dos dados constantes na Tabela 2.

Porém, Siqueira ressalta que a crise na cafeicultura não se resume apenas à supersafra. Segundo a autora, além da incapacidade de absorção da produção pelo mercado consumidor, outro fator importante a ser considerado é a concorrência externa: “Sabe-se que o café africano e o colombiano estavam competindo no mercado externo com uma produção relevante e de boa qualidade, não somente no mercado europeu como também no mercado americano” (SIQUEIRA, 2001, p.49).

Nesse cenário, objetivando reduzir as supersafras, o governo federal criou no início dos anos 60 o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura – GERCA, que elaborou três diretrizes básicas através da

1. promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos;
2. diversificação das áreas erradicadas;
3. da renovação de parcela dos cafezais (ROCHA; MORANDI, 1991).

No Espírito Santo, entre as três medidas adotadas, a primeira (erradicação dos cafezais antieconômicos) foi a mais bem sucedida — Tabela 3 — tendo modificado não só os efeitos da crise como a própria estrutura produtiva da economia capixaba (ROCHA; MORANDI, 1991).

A Tabela 3 também nos permite identificar a extensão da erradicação dos cafezais no Espírito Santo, considerando-se a área do estado – 46.077,5 Km² – e a área total liberada com o programa. Esses números tornam-se ainda mais expressivos quando comparados com os do estado de São Paulo, que num primeiro momento aparece como o estado com a maior área

liberada, mas, se levarmos em consideração a proporção entre sua área física, 248.808,8 Km², e a do Espírito Santo, lá a erradicação teve uma representatividade muito menor.

Tabela 3
Resultado da Execução do Programa de Erradicação dos Cafezais: 1962 – 1967

Estados	Cafeeiros erradicados (1000 pés)			Área liberada (ha)			Valor pago aos cafeicultores (Cr\$ 1000 de Ago-1966)		
	1 fase ³¹	2 fase ³²	Total	1 fase	2 fase	Total	1 fase	2 fase	Total
São Paulo	244.420	54.944	299.364	304.762	62.135	366.897	17.729	21.420	39.149
Minas Gerais	230.564	133.139	363.703	241.538	111.596	353.134	11.609	35.671	47.280
Paraná	125.712	124.185	249.957	161.062	146.000	304.062	7.429	52.538	59.967
Espírito Santo	67.903	235.272	303.175	60.429	239.000	299.429	3.707	66.547	70.254
Outros	54.887	108.257	163.144	50.726	115.000	165.726	2.198	31.980	34.178
Total	723.546	655.797	1.379.343	818.517	673.731	1.492.248	42.672	208.156	250.828

Fonte: Rocha; Morandi (1991, p.51).

Outro aspecto importante é o valor pago aos cafeicultores locais. Se, por um lado, o Espírito Santo teve a maior quantidade de recursos liberados - Cr\$70.254.000,00 -, a pulverização desses recursos entre os pequenos produtores gerou posteriormente uma concentração dos mesmos recursos em poder de poucos capitalistas “[...] que eram favorecidos pelos diversos mecanismos de centralização do capital (estruturas do comércio, sistema bancário, etc.) existentes na economia” (ROCHA; MORANDI, 1991, p.61).

Assim, apesar de a cafeicultura capixaba representar apenas 13% do número total de cafeeiros do Brasil, a política de erradicação no ES implicou a redução de 22% do total de cafeeiros e 20,1% da área cultivada, conforme Tabela 4.

Tabela 4
Participação Relativa por Estado no Programa de
Erradicação dos Cafezais

Estados	Cafeeiros erradicados %			Área liberada (%)			Valor pago aos cafeicultores Ago-1966 (%)		
	1 fase	2 fase	Total	1 fase	2 fase	Total	1 fase	2 fase	Total
São Paulo	33,8	8,4	21,7	37,2	9,1	24,5	41,6	10,3	15,6
Minas Gerais	31,9	20,3	26,4	29,5	16,6	23,7	27,2	17,1	18,9
Paraná	17,4	18,9	18,1	19,7	21,7	20,6	17,4	25,8	23,9
Espírito Santo	9,4	35,9	22,0	7,4	35,5	20,1	8,7	32,0	28,0
Outros	7,5	16,5	11,8	6,2	17,1	11,1	5,1	15,4	13,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Rocha e Morandi (1991, p.54).

Rocha e Morandi (1991, p.52-53) explicam as causas de a economia capixaba ter sido a mais atingida por essa política, pois seu objetivo era erradicar os cafezais antieconômicos, tornando-se assim justificável, num primeiro momento, o Espírito Santo ter proporcionalmente uma erradicação maior,

[...] pelo fato da cafeicultura estadual apresentar baixo nível de produtividade e ser, em sua maior parte, antieconômica. Isto se verificava porque as condições gerais em que se realizava a cafeicultura eram extremamente precárias, tanto devido às condições naturais de clima e relevo, que eram pouco favoráveis, como, também, à pequena capitalização e quase inexistente aplicação de técnicas modernas de cultivo e beneficiamento do produto. Dessa forma, obtinham-se baixos níveis de produtividade e tipos baixos de café, que não eram muito próprios a exportação.

A forma de contornar a crise, prevista pelo governo, foi a implantação, em paralelo, de programas de diversificação agrícola nas áreas erradicadas. Entretanto, no Espírito Santo, o que prevaleceu foi a substituição do café pela pecuária (Tabela 5), como resultado:

1. da utilização de métodos arcaicos e depredadores utilizados pelos pequenos agricultores, o que resultava na infertilidade do solo para o plantio, alimentando o ciclo histórico natural no estado - mata-café-pastagem;
2. da expansão do mercado urbano nos estados vizinhos e no próprio Espírito Santo;
3. do baixo custo representado pela pastagem/pecuária, visto que essa atividade absorve pouca força de trabalho (ROCHA; MORANDI, 1991).

Tabela 5
Estimativa do Desemprego de Mão-de-obra Ocasionalado
peelo Programa de Erradicação dos Cafezais.
Espírito Santo: 1962 –1967

Fatores de desemprego e reocupação	1 fase ³³	2 fase ³⁴	Total
Mão-de-obra liberada pela erradicação	14.827	58.643	73.470
2. Reocupação por atividades alternativas	2.639	10.437	13.076
2.1 Pastagens	1.949	7.708	9.657
2.2 Milho	475	1.878	2.353
2.3 Arroz	8	31	39
2.4 Algodão	28	112	140
2.5 Feijão	109	432	541
2.6 Mamona	40	159	199
2.7 Café	30	117	147
SALDO DE DESEMPREGADOS	12.188	48.206	60.394

Fonte: Rocha; Morandi, (1991, p.58).

A mão-de-obra liberada pela erradicação do café, culminando com um saldo de 60.394 desempregados, composta prioritariamente por pequenos agricultores sem qualificação, e a reocupação dessas áreas por atividades

alternativas, onde a pastagem representou 73,85% (Tabela 6), o que exigiu a expansão e concentração da grande propriedade rural, foram fatores decisivos para o movimento migratório no Espírito Santo no período. O desemprego e o êxodo da população rural para as áreas urbanas (Tabela 6) foram as consequências mais graves da crise social gerada pela política de erradicação no estado.

Tabela 6
Evolução da população rural e urbana do Estado do
Espírito Santo: 1940 – 1970

Anos	População Total	População Rural	%	População Urbana	%
1940	750.107	593.099	79,07	157.008	20,93
1950	861.562	666.627	77,37	194.935	22,63
1960	1.169.553	799.478	68,36	370.075	31,64
1970	1.599.333	877.417	54,86	721.916	45,14

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI – 2000

Tratando-se de crise social nesse contexto de transformações econômicas, estruturais e de rupturas de vínculos tradicionais, cabe aqui a análise de Wanderley (2004, p.56-60), discutida no Capítulo 2 sobre a questão social na América Latina e no Caribe, quando o mesmo apresenta marcos de referência básicos para a compreensão do quadro social na América Latina, onde

[...] a questão social significa, desde logo saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade [...]. Nestes termos, a questão social implica questões de integração e inserção, reformas sociais ou revolução e correntes de idéias as mais diversas que buscam diagnosticar, explicar, solucionar ou eliminar suas manifestações.

Assim, é necessária a compreensão de que o fenômeno de aceleração expressiva no processo de urbanização da Grande Vitória³¹ foi resultado do declínio do setor cafeeiro e da reorientação da economia estadual, em que as mudanças mais profundas na economia começaram a ocorrer na segunda metade da década de sessenta, principalmente em razão da adoção de políticas de incentivos à industrialização. Todavia, a grande reviravolta estaria para acontecer nos anos setenta, época que coincide com um crescimento explosivo da economia brasileira.

A análise da Tabela 7 nos permite identificar o processo de urbanização no ES, resultante do movimento migratório campo-cidade decorrente do declínio da economia cafeeira aliado às políticas de incentivo à industrialização, e que teve como consequência um inchaço populacional na Grande Vitória.

Tabela 7
Evolução da população rural e urbana do Estado do Espírito Santo: 1940 – 2000

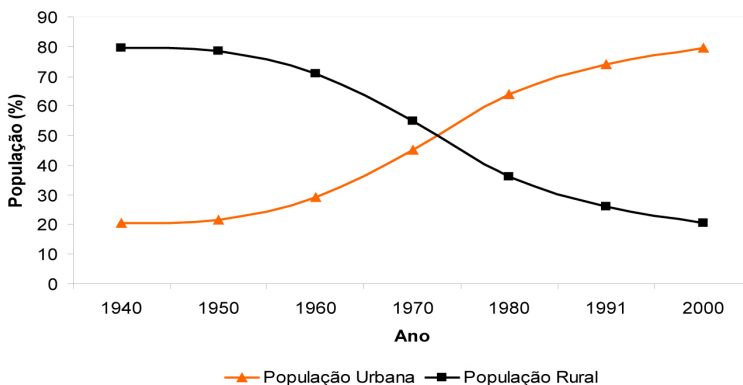
Anos	População Total	População Rural	%	População Urbana	%
1940	750.107	593.099	79,07	157.008	20,93
1950	861.562	666.627	77,37	194.935	22,63
1960	1.169.553	799.478	68,36	370.075	31,64
1970	1.599.333	877.417	54,86	721.916	45,14
1980	2.023.340	729.962	36,08	1.293.378	63,92
1991	2.600.618	676.030	25,99	1.924.588	74,01
2000	3.097.232	634.183	20,48	2.463.049	79,52

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI - 2000

³¹ A zona fisiográfica de Vitória, até 1960, era formada pelos municípios de: Aracruz, Cariacica, Fundão, Guarapari, Ibiraçu, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Em 1970, o censo demográfico dividiu os Estados brasileiros em microregiões, instituindo a micro-região de Vitória, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1970).

A região não possuía infraestrutura básica que suportasse tamanho fluxo migratório, composto por pessoas originárias do norte do Rio de Janeiro, oeste de Minas Gerais, sul da Bahia e oriundas do interior decadente do Espírito Santo. O Gráfico 4 representa os efeitos do intenso êxodo rural observado na segunda metade do século XX em que, em um curto período de tempo, a população urbana capixaba passou de 20,0%, em 1940, para 79,5%, no ano de 2000.

Gráfico 4
Evolução da população urbana e rural, Espírito Santo:
1940- 2000



Fonte: Registros censitários do IBGE (1940-2000). Org.: Pablo Lira (2006)

Considerando que o Espírito Santo possuía 78 municípios em, 2000, e a RMGV apenas 6, fica mais evidente ainda a concentração populacional na região que responde por 46,03%³² da população do estado (Tabela 8).

³² Índice da população da RMGV calculado de acordo com a Tabela 3.7.

Tabela 8
Participação da Grande Vitória na evolução populacional
do Espírito Santo: 1940– 2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.532	324.285
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105	38.496	61.719	88.400
Serra	6.415	9.245	9.192	17.286	82.581	222.158	321.181
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.866	53.452
Vila Velha	17.079	23.127	55.589	123.742	203.406	265.586	345.965
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	258.777	292.304
G. Vitória	102.851	123.281	209.172	410.103	744.759	1.126.638	1.425.587
E. Santo	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.023.340	2.600.618	3.097.232
GV/ES (%)	13,71	14,31	17,88	25,64	36,82	43,32	46,03

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI – 2000

Ao analisar a importância das migrações no crescimento urbano, nas sociedades “subdesenvolvidas” do sistema capitalista, Castells (2000) destaca a existência de dois fatores que contribuem para tanto: a) o aumento das taxas de crescimento natural, tanto urbano quanto rural; e b) a migração rural-urbana.

Mas, o fenômeno essencial que determina o crescimento urbano é o das migrações. A fuga para as cidades é, em geral, muito mais como o resultado de um push rural do que de um pull urbano; quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana. O problema é saber a razão pela qual a partir da penetração de uma formação social por uma outra irrompe um movimento migratório, quando as possibilidades de emprego urbano são muito inferiores às dimensões da migração e as perspectivas de nível de renda são bem reduzidas (CASTELLS, 2000, p.35).

No Espírito Santo, além da desestruturação da sociedade rural, como citada por Castells e já mencionada anteriormente quando discutimos as mudanças estruturais na economia capixaba, outro fator contribuiu para a migração para a RMGV: a instalação dos Grandes

Projetos Industriais, a partir da década de 60, o que faz com que a economia capixaba passe a se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, que se consolida no Espírito Santo a partir de 1970.

Os projetos foram agrupados em 5 (cinco) complexos, sendo 3 (três) do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e 2 (dois) do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual)³³.

33 Quanto à caracterização dos mesmos, os setores secundário e terciário compreendiam:

Complexo Siderúrgico:

1) Usina Siderúrgica de Tubarão — Localização: Ponta de Tubarão — Município da Serra — Grande Vitória; Linha de Produção: Semi-acabados (slabs) destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno;

2) Usina de Laminação Não-Planos (projeto em expansão) — Localização: Município de Cariacica — Grande Vitória, Linha de Produção: não-planos, tais como: fio-máquina, barras, perfis, cantoneiras, etc.;

3) Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce — Localização: Ponta de Tubarão — Vitória; Linha de Produção: pellets de minério de ferro;

4) Usina de Pelotização da Samarco — Localização: Praia de Ubu — Município de Anchieta, litoral sul, ES — **Linha de Produção:** pellets de minério de ferro — A implantação da Samarco exigiu, além do complexo portuário no Espírito Santo, instalações de lavra, concentração e parte do mineroduto no Estado de Minas Gerais.

Complexo Naval : Localização: Praia de Camburi — Vitória

Complexo Paraquímico:

1) Aracruz Celulose S/A — Localização: Barra do Riacho — Município de Aracruz, ES — **Linha de Produção:** celulose branqueada tipo Kraft — O investimento acoplava: indústria, floresta e infraestrutura portuária;

2) Flonibra — Empreendimentos Florestais — Localização: Municípios de São Mateus e Linhares — litoral norte, ES — **Linha de Produção:** celulose branqueada tipo Kraft.

Complexo Portuário :

1) Portos de apoio: Superporto de Tubarão para a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); Porto de Barra do Riacho (terminal da aracruz Celulose); Terminal de exportação de Ubu (Samitre/Marcona) — Samarco;

2) Obras portuárias do canal da baía de Vitória: melhoria do atual cais comercial de Vitória e do canal de acesso; construção do cais de Capuba/Atalaia (Terminal do Corredor de Exportação — GO/MG/ES); construção do Cais de Jaburuna (para contêineres); construção do Cais de Aribiri (carga

Credita-se esse segundo salto à inserção da economia capixaba à lógica da expansão da economia capitalista brasileira. O Espírito Santo deixa de se caracterizar por uma economia agrícola e passa à era industrial. O setor industrial vai assumir um papel dinâmico na economia capixaba, conduzindo o Estado a um novo estágio econômico no processo de desenvolvimento estadual e nacional.

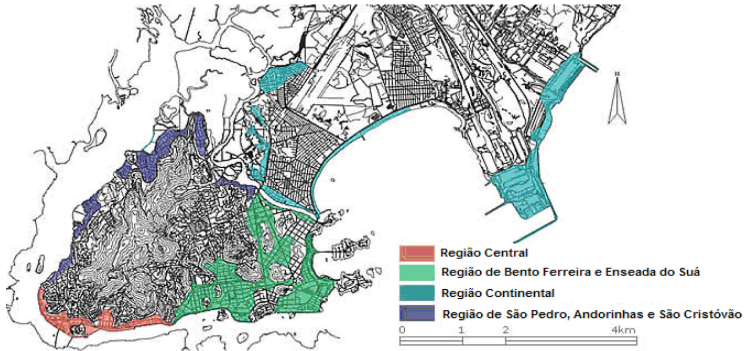
Os incentivos fiscais, em especial o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), desempenharam um papel importante na formação e consolidação dos arranjos produtivos do Estado e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) nos investimentos estratégicos em infraestrutura de operação – os EADI – Entrepasto Aduaneiro de Interior. Assim, é a partir de 1970 que a Grande Vitória inicia mudanças estruturais dando impulso à etapa do processo econômico industrial-exportador do Estado.

As décadas de 60 e 70 marcam a ocupação do continente – Bairro de Camburi (Figura 2). É nos limites dessa Região que são instaladas a Universidade Federal do Espírito Santo, o Aeroporto e o Complexo Portuário de Tubarão. Nesse período, intensifica-se na ilha a ocupação das encostas do maciço central desde Santo Antônio até Fradinhos. A área da cidade é complementada com os aterros de Bento Ferreira.

Também são concluídos os aterros que ocasionaram o desaparecimento das praias Comprida, Santa Helena, do Canto e Suá e são incorporadas as ilhas do Boi e do Frade ao tecido urbano da cidade. Verifica-se, também, a conclusão do aterro da Ilha do Príncipe, com a instalação da nova rodoviária e a construção da segunda ligação da ilha com o continente (Figura 2).

geral); ampliação, melhoria e adaptação do cais do Jabour (de açúcar, petróleo, melaço, álcool, cimento e gusa) (SIQUEIRA, 2001, p.89-91).

Figura 2
Aterros realizados em Vitória entre 1895 e 2000 (Marinato, 2004)



A nova configuração da ilha pode ser identificada no Mapa 1, apresentado a seguir, onde podemos identificar as regiões anteriormente mencionadas.

Entretanto, na Grande Vitória, o processo de urbanização acelerado, resultado do movimento migratório, intensificou e gerou novas formas de desigualdade social, na medida em que a economia urbana não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração.

A partir de 1970, surgem e se expandem na Grande Vitória inúmeros bairros periféricos, que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora empregada. É nessas áreas que se concentra tanto a pobreza da cidade como de seus habitantes. A ocupação de morros, mangues e baixadas no centro da cidade e na periferia da aglomeração, a formação de novas favelas e a expansão de bairros carentes foram consequências desse processo, que provocou um maior empobrecimento na região da Grande Vitória (SIQUEIRA, 2001, p.145).

Nessa perspectiva, a adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamento a longo prazo, adotada pelo governo Estadual, se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando a substituição do modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização da Grande Vitória, por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advindo do campo, num primeiro momento inserido nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais e, com a conclusão dos mesmos, colocado fora do mercado de trabalho formal.

Aqui é importante trazer a discussão de Wanderley sobre a atual concepção do papel do Estado-Nação que no contexto da mundialização “[...] tem ocasionado a diminuição dos graus de soberania nacional”

(WANDERLEY, 2004, p.88). Daí a postura assumida por diversos programas governamentais em nome de um desenvolvimento que, muitas vezes,

[...] comporta a existência de fraturas e contradições, tais como áreas não totalmente atingidas (o próprio fluxo de capitais e de investimentos se concentra nos Estados Unidos, Europa e parte da Ásia), inconsistência de objetivos (os modelos de desenvolvimento dos países centrais e periféricos não estão trazendo modificações substantivas no ranking dos mesmos), diminuição da soberania dos Estados-Nações mas concomitantemente revigoramento do seu poder em certas funções (com o risco da concentração desproporcional nos executivos) (WANDERLEY, 2004, p.67-68).

Nesse cenário, na Grande Vitória, o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social. A região enfrenta sérios problemas relacionados ao crescimento de suas cidades. O processo de desenvolvimento capixaba aliou, em algumas situações, a desigualdade social a uma concentração espacial da pobreza.

No sentido dessas questões, Castells (2000), ao focar as pesquisas que relacionam urbanização e desenvolvimento, faz uma constatação que, segundo o autor, merece aprofundamento: pode haver aceleração do crescimento urbano nos países subdesenvolvidos, superior inclusive à dos países industrializados, sem que haja um desenvolvimento social concomitante. Inclusive, os dados estatísticos reforçam essa proposição. Isso porque o processo de urbanização nos países subdesenvolvidos não segue a mesma lógica dos países industrializados. Na literatura especializada, o fenômeno de crescimento acelerado nos países em desenvolvimento é conhecido como **hiperurbanização**,

[...] que conota a idéia de um nível de urbanização superior ao que poderíamos alcançar 'normalmente', em vista do nível de industrialização. A hiperurbanização aparece como um obstáculo ao desenvolvimento, na medida em que ela imobiliza os recursos sob a forma de investimentos não produtivos, necessários à criação e à organização de serviços indispensáveis às grandes concentrações de população, enquanto estas não se justificam como centros de produção. Mais ainda, a concentração num mesmo espaço, de uma população com baixo nível de vida e uma taxa elevada de desemprego, é considerada ameaçadora, pois cria condições favoráveis à propaganda política 'extremista'...! (CASTELLS, 2000, p.79).

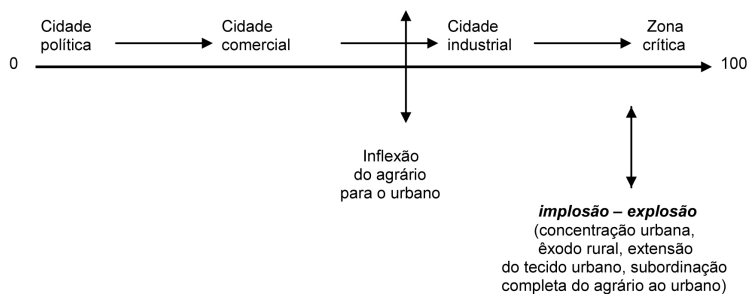
Trazendo essa discussão para o locus da cidade, e entendendo que a estrutura urbana define a possibilidade ou não de acesso aos recursos materiais disponíveis no espaço urbano, esta mesma estrutura também pode expressar as desigualdades inerentes à possibilidade de participação e de usufruto dos produtos por ela gerados.

Lefebvre (2004), ao discutir a transição da cidade política para a cidade comercial e finalmente para a cidade industrial, sociedade urbana, o faz dentro do pensamento dialético e das contradições, inerentes à realidade urbana, muitas vezes encobertas pelas análises que utilizam o pensamento lógico, onde só as coerências são constatadas. Assim, “[...] se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, isso só se dá através da problemática urbana” (LEFEBVRE, 2000, p.27, grifo do autor).

Para melhor entendimento desse processo de transição da cidade política para a cidade industrial e a seguir para a sociedade urbana, chamada de “zona crítica”, o autor propõe um eixo, apresentado na Figura 3.

Figura 3.

Processo de transição da cidade política para a zona crítica.



Fonte: Lefebvre, 2004, p.27.

Segundo o autor, a análise do processo de urbanização deve centrar-se na problemática urbana, a zona crítica, ou seja, na explosão das formas, funções e estruturas urbanas da cidade política e sua transição para a cidade urbana, caracterizada pelo consumismo onde prevalece o fetichismo da produção, do dinheiro e da mercadoria, zona esta que se comporta como uma "caixa preta", justamente por ser um campo de virtualidades e possibilidades, a qual não pode ser reduzida às categorias e pensamentos de experiências passadas, pois "[...] sabe-se bem o que nela entra, às vezes percebe-se o que dela sai. Não sabe bem o que nela se passa" (LEFEBVRE, 2004, p.29).

Assim, o urbano, considerado como "campo", não é concebido simplesmente como espaço vazio, repleto de objetos. Se há cegueira, não se deve apenas ao fato de não se ver os objetos e o espaço parecer vazio. O urbano? É um campo de tensões altamente complexo; é uma virtualidade, um possível impossível que atrai para si o realizado, uma presença-ausência sempre renovada, sempre exigente. A cegueira consiste em não se ver

a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo, sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente; no fato de só se ver coisas, operações, objetos (funcionais ou significantes de uma maneira plenamente consumada) (LEFEBVRE, 2004, p.47).

Nesse contexto, a Grande Vitória foi transformada pela lógica industrial e pela generalização do mundo mercadoria, guiada pelas forças sociais locais “articuladas e subordinadas” ao Governo Federal, ao capital estatal e internacional. Aqui prevalece, não mais a “ordem próxima” (forças políticas e econômicas locais), mas sim a “ordem distante” (forças políticas e econômicas ligadas à acumulação nacional e mundial), como aponta Lefebvre (2004). Nessa realidade urbana emergente se aglomeram-se coisas, objetos e pessoas induzidas pela lógica das políticas estatais (I e II Programa Nacional de Desestatização – PND) estaduais e do capital, buscando a construção do “espaço econômico nacional”, articulado aos interesses multinacionais, em que, como aponta Lefebvre:

Tudo torna-se calculável e previsível, quantificável e determinável. Tudo deve integrar-se numa ordem (aparente e fictícia) fortalecida pelas coações. Tudo, salvo os resíduos de desordem e de liberdade, às vezes tolerado, às vezes perseguido com uma terrível fúria repressora (2004, p.44).

Os “resíduos de desordem e de liberdade” seriam a cidade ignorada pelo capital, pelas populações afastadas pela lógica de acumulação, assim como pela “terrível fúria repressora”. Esses resíduos estariam ligados às políticas de deslocamento das populações autóctones de suas terras, no Espírito Santo, índios e quilombolas, para ocupação de fábricas e plantação de eucaliptos, assim como também estariam ligados a ações repressivas na garantia da propriedade contra as inúmeras invasões de

terras, realizadas pelas populações citadinas, em busca de um lugar na cidade, que marcaram o processo de transformação da Grande Vitória no contexto de sua industrialização.

O processo de “implosão-explosão” (LEFEBVRE, 2004) marcou esse momento em que a cidade foi conquistada pela lógica da indústria. Implosão porque acumulou na realidade urbana um elevado contingente de pessoas, de instrumentos, de atividades, de riquezas, de meios e de pensamentos. Explosão porque se fragmentou, expandiu-se para além de seus muros, impôs seu domínio pelo território maior. Esse processo caracterizou, na realidade, a subordinação ‘total’ do campo à cidade, da cidade à lógica industrial, em que seus espaços e sua produção passam a ser articulados pela lógica da valorização do capital, que, no caso particular do Espírito Santo, se revela no processo de modernização do campo e no processo de industrialização iniciado na década de 1970.

Enfim, o Estado, segundo Lefebvre (2004), nas suas diferentes institucionalidades, diante desse processo de concentração e dispersão que marcou a construção da realidade urbana, caracterizada pelas contradições, conflitos e oposições, tende a buscar de todas as maneiras a homogeneização do espaço, a coordená-lo sobre abstrações do capital.

Tende, no máximo, a garantir a “reprodução das relações de produção e das condições de produção”, como se demonstra nas políticas direcionadas ao processo de industrialização capixaba, bloqueando inclusive sua capacidade de responder às demandas sociais, formuladas pelos grupos sociais fora do processo de valorização do capital, impulsionando assim aquilo que foi chamado pela literatura de “caos urbano”. Pois o Estado, sob o discurso do desenvolvimento, atua no sentido de

"[...] entronizar uma ordem geral, que corresponde à lógica da mercadoria, a seu 'mundo' realizado à escala verdadeiramente mundial pelo capitalismo e pela burguesia" (LEFEBVRE, 2004, p.43).

Entretanto, Lefebvre alerta que a realidade urbana, nascida desse processo complexo da transformação da cidade política, não é um campo do já dado, do já realizado e completamente dominado. Porta possibilidades e virtualidades de produção de outra realidade, a chamada sociedade urbana. Nas contradições, oposições e conflitos que envolvem a realidade urbana moram as possibilidades de construção de uma sociedade que não se estabelece pelo fetiche da produtividade", "pela racionalidade da empresa", "pelo produto", mas se constitui em espaço de apropriação da vida, da espontaneidade, concretude da vida, fruição livre de coações e regulações, como afirma o filósofo e geógrafo:

[...] O urbano [...] define-se, portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 2004, p.28).

Nessa perspectiva, é importante destacar a parcialidade de várias análises feitas sobre a economia capixaba considerando apenas os fatores positivos como sua localização geográfica e condições naturais privilegiadas, como a implantação dos grandes empreendimentos industriais ligados ao mercado internacional e como os investimentos em infraestrutura portuária e ferroviária, que criaram uma base industrial e de serviços especializados no comércio internacional, o que possibilitou a inserção do Espírito Santo na nova lógica de desenvolvimento predominante a partir de

1980, a lógica da mundialização.

Nesse contexto, Wanderley (2004) alerta que o processo de mundialização é um sistema de ordem/desordem, campo de novos conflitos onde os efeitos sociais são cada vez mais perversos para as majorias “[...] precarizando a situação dos ‘incluídos’ e aumentando o número dos ‘excluídos’” (WANDERLEY, 2004, p.69).

Assim, a mundialização e a reestruturação devem ser vistas como processos contraditórios, contendo dinâmicas de homogeneização e de singularização territorial, o que equivale dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais são fatores importantes nas estratégias de localização das empresas e causam impactos, nem sempre positivos, nas questões sociais.

A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

A emenda constitucional número 848, incorporada à Constituição Federal de 1967, autorizava a União, através de Lei Complementar, a estabelecer Regiões Metropolitanas, de acordo com o Art. 167.

Em 1973, através da Lei Complementar nº. 14, foram instituídas 8 (oito) Regiões Metropolitanas no país.

Entretanto, segundo Abe (1999), diversas restrições foram feitas à Lei Complementar nº 14, destacando-se, entre elas,

[...] a crítica ao fato de que, por ser emanada do Poder Central, deu tratamento uniforme a diferentes realidades, em alguns casos atropelando processos locais que poderiam ter resultado em agrupamentos de municípios em formatos diversos. A par da habitual hegemonia dos núcleos principais, o modelo de gestão imposto, tendo sido autoritário na composição e viciado nos encaminhamentos, acabou afastando a participação dos demais municípios, o que reduziu ainda mais as possibilidades de tratamentos integrados de problemas em realidades que englobavam múltiplas administrações municipais (ABE, 1999, p.472).

No Espírito Santo, o início da discussão sobre o aglomerado urbano da Grande Vitória, no nível estadual, data de 1967. Contudo, somente em 1995, através da Lei Complementar Estadual nº 58, de 21.02.1995,

foi instituída formalmente a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV - , formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, “[...] com vista à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano” (Art. 1º).

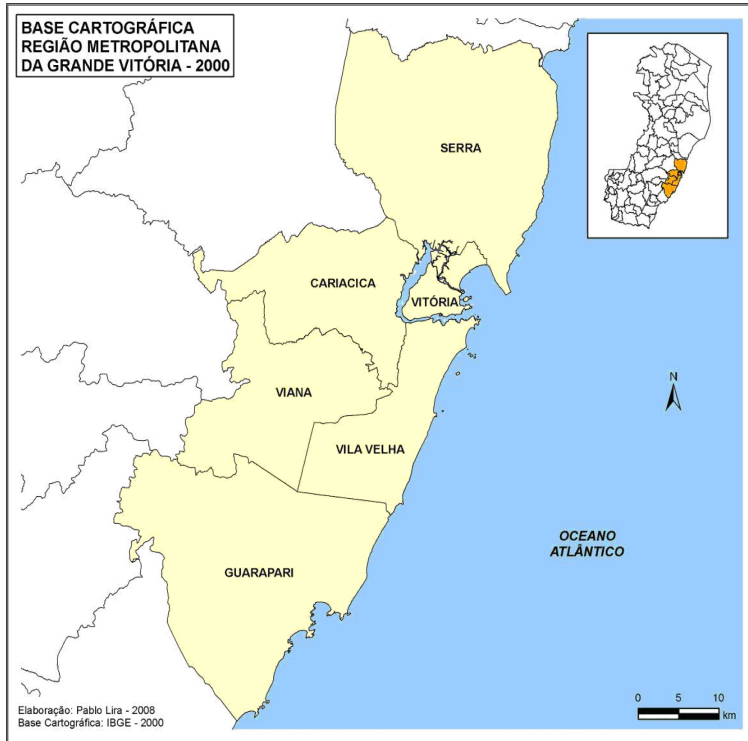
A gestão da RMGV compete ao Conselho Metropolitano da Grande Vitória, CMGV, de caráter deliberativo, incumbido de gerir “os empreendimentos e os serviços que devem ser considerados entre as funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano” (Art. 8º, Inciso I).

Em 1999, foi incluído na Região Metropolitana da Grande Vitória, pela Lei Complementar nº 159, de 8 de julho, o município de Guarapari.

Foi posteriormente modificada em 2001, com novo texto formatado através da Lei Complementar nº 318 de 17 de janeiro de 2005, em que foi incluído o município de Fundão.

Neste trabalho, foram considerados os municípios que compuseram a RMGV até 2000: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (Mapa 2).

Mapa 2
Mapa político-administrativo, RMGV – 2000



A centralidade da RMGV provocou uma absorção significativa do contingente populacional das outras regiões do estado. Essa concentração populacional, 46,03% na região (Tabela 8), e taxa média de urbanização de 97,7%, em um espaço que ocupa pouco mais de 5% da área total do Estado, trouxe, por conseguinte, uma série de problemas característicos de regiões com perfil urbano-industrial, tais como: falta de moradia, saneamento, violência urbana, entre outros.

Vitória, apesar de ter a menor extensão territorial

da RMGV, até 1980 era o primeiro município da Grande Vitória em concentração populacional, passando em 1990 a ocupar o 3º lugar, com uma diferença mínima em relação a Cariacica e Vila Velha, que passam a ocupar o 1º e 2º lugares, respectivamente. Em 2000, Vitória possui um contingente populacional inferior ao dos municípios de Cariacica, Vila Velha e Serra (Tabela 8).

Essa concentração populacional, a posição geográfica, a infraestrutura logística e portuária, os programas de incentivos governamentais e o boom econômico da região fizeram com que Vitória, Serra e Vila Velha (municípios limítrofes) exercessem a função de centralização estadual de tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de serem o vetor de difusão cultural e tecnológica.

Com isso, esses municípios atraem um fluxo de migrantes (Tabela 9), não só de outros estados, mas também de outros países, em busca das “oportunidades” decorrentes do processo de mundialização.

A Tabela 9 também nos permite identificar que 70,8% dos migrantes se concentraram nesses três municípios, e 80,2% dos estrangeiros, em Vitória e Vila Velha.

Essa situação decorre do fato de que Vitória, com uma taxa de urbanização de 100,0%, vive a valorização do seu espaço físico, condição favorável à especulação imobiliária e à expulsão, principalmente, das camadas menos favorecidas economicamente do seu espaço urbano para as áreas periféricas.

Tabela 9
Imigração na RMGV, por procedência: 1995 – 2000

Município	Espírito Santo		Minas Gerais	Bahia	Rio de Janeiro	São Paulo	Outros estados	Países Estrangeiros	Total
	Municípios Da RMGV	Demais municípios							
Cariacica	11.114	8.116	3.691	2.491	1.427	801	1.622	52	29.314
Guarapari	3.144	2.468	2.089	3.094	1.883	801	1.294	84	14.858
Serra	16.016	10.046	6.975	7.699	2.625	1.951	3.266	75	48.653
Viana	4.952	1.481	415	309	358	100	270	23	7.908
Vila Velha	17.151	8.439	5.340	5.821	6.018	2.290	3.772	394	49.225
Vitória	6.994	6.871	4.098	2.562	3.110	1.586	2.467	554	28.241
RMGV	59.371	37.421	22.608	21.976	15.421	7.529	12.691	1.182	178.199

Fonte: IBGE – 2000

Esse fato pode ser observado pela análise da Tabela 10, em que, na imigração intraregional da RMGV, Vitória recebe 11,8% de pessoas dos outros municípios, predominantemente de Vila Velha e Serra, enquanto Vila Velha aparece com um percentual de 28,9%, seguida por Serra com 26,8% e Cariacica com 18,9%. Isso pode ser explicado pelo fato de estes três municípios, além de possuírem uma maior área, concentrarem os maiores polos industriais e comerciais da região, bem como os maiores bolsões de pobreza.

Tabela 10
Imigração intra-regional da RMGV, por procedência: 1995 – 2000

Municípios de destino	Municípios de origem						Total
	Cariacica	Guarapari	Serra	Viana	Vila Velha	Vitória	
Cariacica	—	333	1.882	1.684	4.146	3.020	11.065
Guarapari	513	—	415	109	912	1.196	3.145
Serra	3.341	243	—	513	3.217	8.463	15.777
Viana	2.876	125	422	—	842	686	4.951
Vila Velha	6.210	752	3.004	456	—	6.639	17.061
Vitória	1.556	349	2.561	182	2.295	—	6.943
RMGV	14.496	1.802	8.284	2.944	11.412	20.004	58.942

Fonte: IBGE - 2000

Nesse cenário, evidencia-se que a RMGV, como a maior parte das metrópoles brasileiras, reproduz o processo de segregação social e espacial, resultado da dinâmica interna de formação do seu espaço metropolitano.

Capítulo III

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA
NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

Expansão urbana, segregação e violência

ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, A PARTIR DA PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO SEM RENDIMENTOS

Na esteira do processo de mundialização no Brasil, a partir da década de 1990, intensificou-se o processo de exclusão social decorrente da precarização dos empregos disponíveis e da falta de acesso ao emprego formal e à renda, gerando o crescimento da pobreza urbana no país.

Nesse contexto, a análise dos dados do Censo 2000 do IBGE, referentes à renda, ocupação e educação, por AEDs, utilizados para definição da segregação socioespacial na RMGV, permite que se tenha uma noção razoavelmente precisa da distribuição da riqueza e da desigualdade na região.

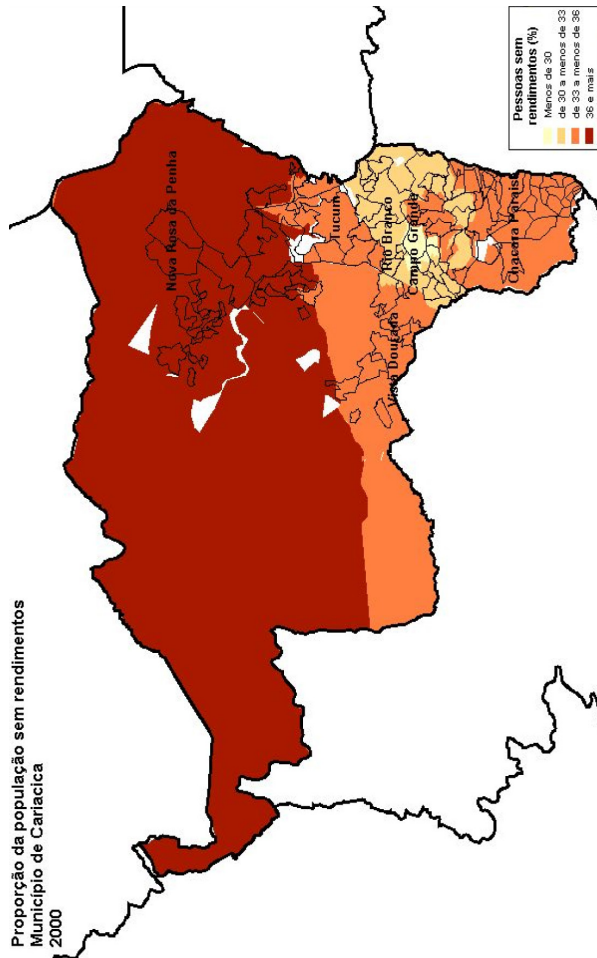
O estudo aqui apresentado está fundamentado nos seguintes índices: (a) percentual, abaixo de 30%, de pessoas sem rendimentos; (b) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais variando de 30 a menos de 33%; (c) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais variando de 33 a menos de 36%; (d) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais iguais ou acima de 36%. A partir desses índices, a análise busca descrever espacialmente a distribuição da população sem rendimentos, por município da RMGV e, a seguir, fazer uma correlação com as categorias sócio-ocupacionais e desvendar as relações entre renda, formalização do trabalho e desemprego.

Análise da segregação espacial do município de **Cariacica**, a partir da proporção da população sem rendimentos

Até 1960, o município teve, como principal atividade econômica, a cultura da banana. Entre 1960 e 1970, o número de indústrias passa de 7 para 33, e a população urbana ultrapassa a rural, tendo início o processo de expansão de bairros e o crescimento dos setores terciários e secundários. Contudo, dos quase 90.000 empregos gerados, nesse período, apenas 33.000 foram preenchidos por pessoas do município, como resultado do baixo índice de escolaridade e de poder aquisitivo da população local (SIQUEIRA, 2001).

Esses fatos, aliados à proximidade do município com Vitória e ao fluxo de migrantes que buscavam melhores condições de vida, foram fatores decisivos para o processo de constituição de bairros periféricos, resultantes de invasões, com população altamente carente, conforme Mapa 3, onde se visualiza que, na maior parte do território do município, especialmente na porção norte, mais de 36% da população não possuem rendimentos e, em grande parte da área restante, 33% a 36% também se encontram na mesma situação.

Mapa 3
Proporção da população sem rendimento no município de Cariacica – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Esses dados indicam os altos percentuais de pessoas desempregadas, ou em empregos informais, no município de Cariacica, que, com os municípios de Serra e Viana, possui as periferias mais carentes da RMGV, como o bairro Nova Rosa da Penha, caracterizado a seguir.

Localizado no município de Cariacica, a 26 km de Vitória, Nova Rosa da Penha surgiu da invasão de uma propriedade particular na região de Itanhenga, que abrigava o leprosário do Estado, constituído de comunidade de doentes residentes. Essa invasão deu origem a uma grande favela. Em 1982, a Companhia de Habitação do Espírito Santo – Cohab-ES, através do Programa Emergencial para Famílias Desabrigadas – Profades, cedeu uma área cujo objetivo foi a retirada das famílias alojadas na propriedade.

Inicialmente, a área cedida pelo governo estadual ficou conhecida como Itanhenga. Entretanto, devido à pobreza e violência que imperavam no local, houve uma estigmatização dos seus moradores, levando à mudança do nome para Nova Rosa da Penha, na tentativa de reverter o estigma.

Porém, a grande afluência de pessoas de forma desordenada, as quais vislumbravam a possibilidade de resolver seu problema de falta de moradia, contribuiu para o crescimento desordenado do bairro, que se alargou em proporções alarmantes, fugindo do controle municipal.

Análise da segregação espacial do município de **Serra**, a partir da proporção da população sem rendimentos

Na Serra, como em Cariacica e Viana, até o final da década de 60, predominava a economia rural em que o abacaxi e a banana representavam as principais

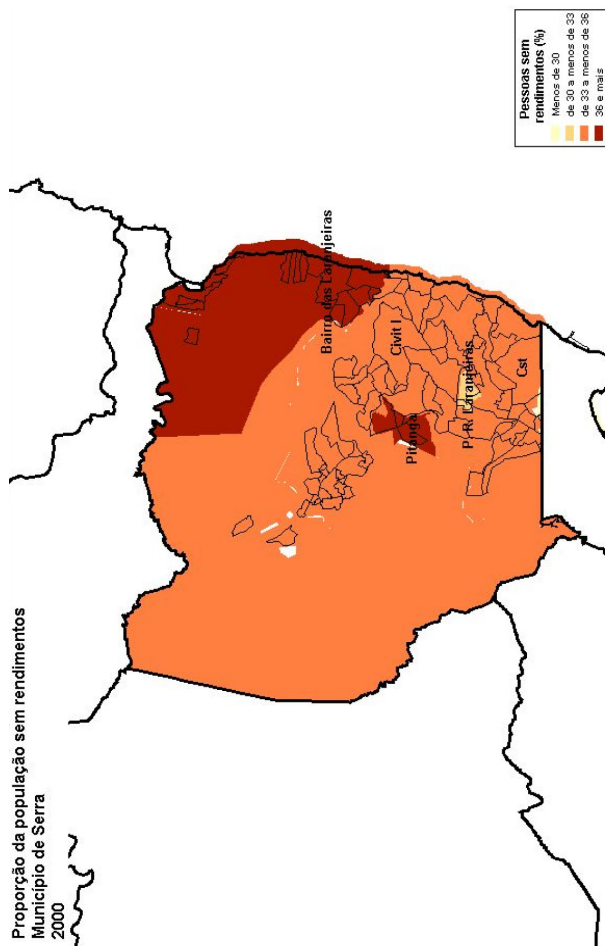
culturas. Nesse período, apesar da população do município se caracterizar por uma população de baixo poder aquisitivo, não existiam “[...] aglomerações consideradas favelas” (SIQUEIRA, 2001, p.108). O desenvolvimento industrial, concentrado inicialmente em Vitória, ao se expandir para o município, estimulou o fluxo migratório gerando um crescimento populacional de 1.858,0%³⁴ no período de 1970 a 2000, tornando a Serra o terceiro município mais populoso da RMGV. É a partir desse movimento migratório que surgem as ocupações irregulares, “[...] uma vez que a Serra não possuía infraestrutura para suportar a expansão socioeconômica que estava acontecendo” (SIQUEIRA, 2001, p.109).

A interligação entre crescimento urbano desordenado e o aumento dos problemas urbanos relacionados ao desemprego fica visível no Mapa 4, com percentuais que variam de 33% a mais de 36% da população sem rendimentos, em quase todo o município de Serra em 2000.

Esse cenário criou um ambiente propício à propagação da violência urbana no município, e a Serra, em 2000, se classificou como o município mais violento do país, no ranking dos municípios com mais de 300 mil habitantes, com um índice de 97,62 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

³⁴ Indicador de crescimento populacional, no período de 1970 a 2000, calculado com base nos dados da Tabela 3.7 (p.83).

Mapa 4
Proporção da população sem rendimento
no município de Serra – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Análise da segregação espacial do município de **Viana**, a partir da proporção da população sem rendimentos

Em Viana, a cultura da banana também predominou como principal atividade econômica até a década de 1960. É na década de 1970 que

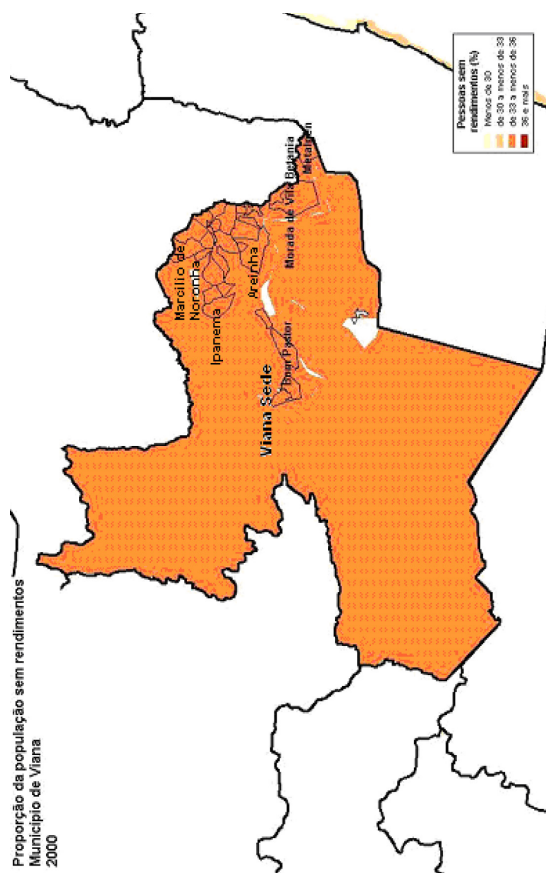
[...] o processo de urbanização intensifica-se, principalmente em função do asfaltamento da BR 262 e da BR 101, que aliado ao fato de haver grande disponibilidade de terras, estimulou a instalação de um grande número de estabelecimentos comerciais” (SIQUEIRA, 2001, p.105).

Em Viana, como em Cariacica, de 100% dos empregos gerados, menos de 50% foram preenchidos pela população do município, também como resultado da baixa qualificação da mão-de-obra local, predominantemente agrícola. Além disso, “[...] a total falta de infraestrutura urbana e social, que gerava graves problemas para moradores” (SIQUEIRA, 2001, p.106), fez com que as pessoas com qualificação e maior poder aquisitivo optassem por não morar no município, fato que reforçou sua característica de concentradora de população de baixo poder aquisitivo, com grande número de favelas e bairros populares carentes.

Nessas condições, e com grande parte dos migrantes da RMGV fixando-se no município, sem expectativa de trabalho, a população, sem alternativa de habitação, foi ocupando de forma clandestina e irregular os muitos loteamentos próximos às indústrias, bem como os morros próximos às rodovias.

O Mapa 5 mostra que na quase totalidade do município de Viana prevalece uma proporção onde o percentual da população sem rendimentos é superior a 33%, situação similar à dos municípios de Cariacica, Guarapari e Serra.

Mapa 5
Proporção da população sem rendimento no município de Viana – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

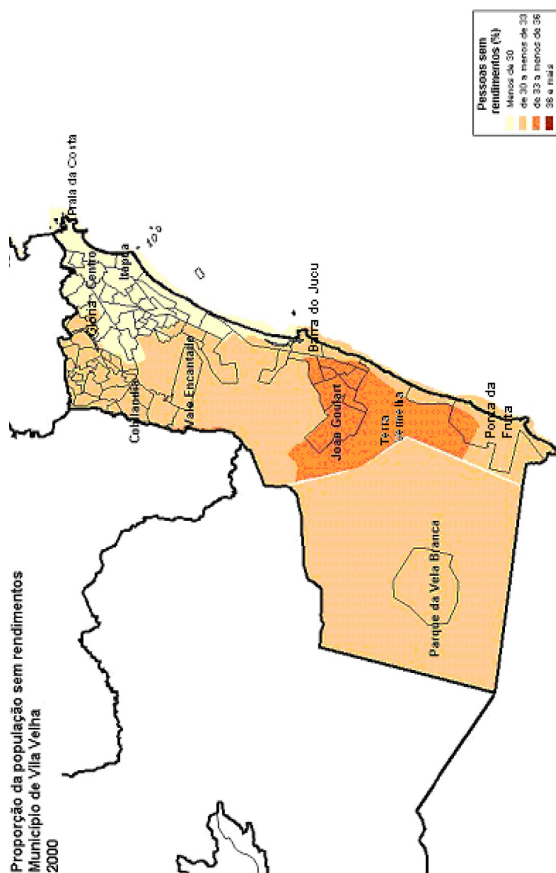
Análise da segregação espacial do município de **Vila Velha**, a partir da proporção da população sem rendimentos

Vila Velha, apesar de passar pelo mesmo processo de desestruturação socioespacial dos outros municípios da RMGV, possui características diferentes dos mesmos.

Segundo Siqueira (2001), Vila Velha é uma região tipicamente habitacional, com o maior número de bairros da RMGV, e suas atividades econômicas mais dinâmicas sempre foram a pesca e o comércio. E um dos fatores de maior influência para a expansão populacional do município foi “[...] a implantação da política habitacional, que desenvolveu no município um amplo programa de construção de casas populares, projetadas e implantadas pela Cohab/ES e Inocoop/ES, a fim de diminuir a pressão populacional sobre Vitória” (SIQUEIRA, 2001, p.110). Entretanto, essa política não foi suficiente para atender às necessidades de habitação da região, havendo assim uma proliferação de favelas e invasões, principalmente na porção sudoeste do município, nos bairros de João Goulart, Terra Vermelha, Cidade da Barra, Riviera da Barra e São Conrado.

O Mapa 6 nos permite visualizar a correlação entre crescimento desordenado e exclusão social, pois, no município, apenas uma pequena faixa na parte noroeste apresenta uma proporção de pessoas sem rendimentos inferior a 30%. No restante do município prevalece a proporção de mais de 30% sem rendimentos, com destaque para a parte sudoeste, em que a proporção de pessoas sem rendimentos encontra-se na faixa de 33 a 36%.

Mapa 6
Proporção da população sem rendimento no município de Vila Velha – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

O município de Vila Velha concentra em sua área algumas das mais belas praias do estado, alojando, em sua longa faixa litorânea, um dos bairros mais nobres da RMGV, Praia da Costa, com uma relativa população de maior poder aquisitivo.

Entretanto, Vila Velha, não apenas por sua ampla expansão da periferia municipal por conjuntos habitacionais, mas também por sua extensão de espaços vazios, passou a ser um dos principais centros de atração migratória na microregião de Vitória. A ocupação de morros e baixadas, no centro e na periferia do município, gerou favelas e ampliou algumas já existentes, contribuindo para evidenciar a falta de infraestrutura da cidade e escassez de serviços urbanos.

Uma maior compreensão do processo de segregação no município pode ser obtida a partir da contextualização do processo de formação da área denominada de Grande Terra Vermelha, apresentada a seguir, que aparece em todo o seu espaço físico com um percentual de pessoas sem rendimentos acima de 33% (Mapa 7).

É em meados da década de 1970 que começam a surgir loteamentos, muitos deles clandestinos, e invasões na área hoje conhecida como Grande Terra Vermelha. Localizada a cerca de 15 km do Centro do município de Vila Velha, a área se caracteriza como zona de risco ambiental, por consequência da precariedade dos serviços e da infraestrutura urbana, o que coloca seus moradores expostos, constantemente, a condições de vida em ambiente altamente insalubre (inexistência de rede de esgoto na maior parte da área, lençol freático contaminado, entre outros fatores) e a risco constante de desabamento, pois as construções, assentadas em terreno arenoso, não possuem estrutura que permita sua fixação ao solo. Sua área “[...] é composta por 13

bairros – incluindo aí alguns loteamentos com diferentes nomes que se integram dentro desses bairros e à Barra do Jucu – com uma população totalizando, em 2000, 34.261 habitantes” (ZANOTELLI, 2004, p.7).

Como os outros bairros periféricos da RMGV, a Grande Terra Vermelha, também, se consolida em meados da década de 1980, com uma população composta, prioritariamente, por migrantes e pessoas de baixa renda, em busca de oportunidades de trabalho e/ou expulsos de seus locais de origem pela especulação imobiliária.

Outra variável importante na constituição e na regulação da área foi o estímulo de políticos locais no processo de invasão e ocupação irregular, bem como o fato de que

“[...] vários empresários que realizam extração de areia hoje em áreas que eles se dizem proprietários tiveram, assim, papel fundamental na morfologia do sítio e em sua própria ocupação, pois diversos deles organizam venda de lotes nos terrenos uma vez que esses foram bastante explorados e se encontram esburacados. Na área se montou, com a ajuda de certos políticos, verdadeira estrutura de controle político-criminoso-especulativo” (ZANOTELLI, 2004, p.13).

Com isso, os moradores, que em grande parte não possuem título de posse e nem escritura, encontram-se a mercê das pressões exercida pela “máfia da terra”, o que é confirmado por informantes da pesquisa realizada por Zanotelli (2004) no bairro, onde um dos moradores atua como chefe de uma gangue de venda e revenda de lotes, conhecida como “gangue da cabeça”, que decapita suas vítimas. Nesse contexto, Zanotelli (2004, p.14) constata que

[...] estamos, dessa maneira, diante de um processo de extração de riqueza e de controle 'selvagem' da propriedade onde a construção da cidade está submetida a processos de apropriação de espaços públicos originalmente inconstrutíveis e que aos poucos se valorizam com intervenções públicas e onde se busca realizar lucros com a venda de terrenos com a instalação de algumas infraestruturas, mesmo que limitadas, que demandam uma população vivendo, em parte, encurralada política e economicamente na área (cerca de 10% da população de Vila Velha e, em toda a Região V³⁵, 17 mil eleitores).

O resultado desse processo de invasões é o fato de, em 1980, Vila Velha apresentar 58,6% de sua população como carente (SIQUEIRA, 2001:112).

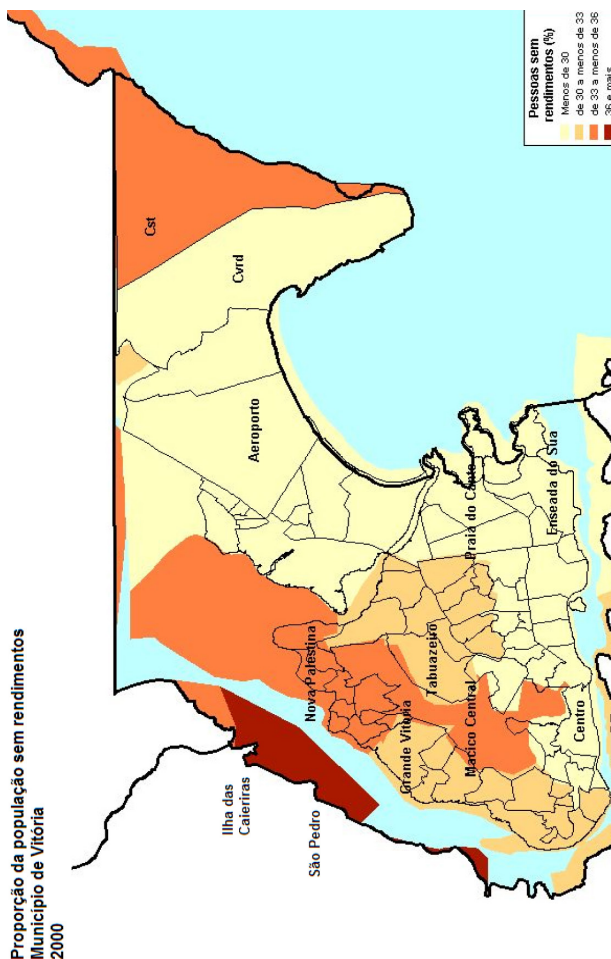
Análise da segregação espacial do município de Vitória, a partir da proporção da população sem rendimentos

Dentre os municípios da RMGV, Vitória apresenta as menores proporções de população sem rendimentos da região. A análise do Mapa 7 nos permite visualizar o processo de segregação na ilha, onde a parte leste representa a "ilha de riqueza" e a porção oeste, o "lugar de toda pobreza"³⁶.

35 A área, aqui denominada por Zanotelli (2004) de Terra Vermelha – excluindo dois bairros: Santa Paula I e II e Praia dos Recifes –, faz parte da Região V do município de Vila Velha.

36 Lugar de Toda Pobreza, de Amylton de Almeida, é um documentário de grande impacto, com repercussão nacional, que narra a vida de uma comunidade de catadores de lixo, no lado oeste da ilha de Vitória, Bairro São Pedro, e mostra como a população retira do lixo sua sobrevivência.

Mapa 7
Proporção da população sem rendimento no município de Vitória – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Dentre as causas responsáveis por essa situação estão as políticas adotadas no Espírito Santo, ao longo do século XX, objetivando a expansão do espaço urbano para atender aos projetos de modernização e inserção do estado na economia mundial, o que acirrou o processo de exclusão e segregação urbana, em Vitória e na RMGV, em que alguns exemplos são apresentados a seguir.

Em consequência dos aterros no bairro de Bento Ferreira (Foto 3), localizado na orla sul da ilha, antigo reduto de catadores de caranguejo de Vitória, seus moradores são expulsos de seus locais de origem e de seus meios de subsistência, para apropriação desses espaços pela classe média da capital.



Foto 3 – Aterro de Bento Ferreira – 1940

Fonte: Banco de Fotos da Prefeitura Municipal de Vitória

Além dos aterros, com a conivência ou apoio dos governos locais, foram criados bairros e efetuadas invasões, ocupadas por famílias de baixa renda, que se tornaram espaços altamente segregados, como o bairro de São Pedro, localizado na porção oeste da ilha de

Vitória. O bairro surgiu no final da década de 70, época do crescimento desordenado de Vitória e de expansão da população favelada, a partir da ocupação do lixão da cidade (Foto 4) e da invasão de áreas de manguezal, local mais carente da cidade (Mapa 7).

O “lixão” de São Pedro, como era chamado o local de despejo do lixo da cidade de Vitória, foi, gradativamente, tornando-se uma fonte de sobrevivência de centenas de pessoas: inicialmente, com coleta e venda de papéis, plásticos, vidros, etc., e com o reaproveitamento de restos alimentares, e, posteriormente, como espaço usado para moradores mediante a construção de barracos sobre o lixo já assentado [...]. A grande maioria de seus moradores foi constituída por migrantes que, em busca da grande oportunidade de empregos, aliada à facilidade da sociedade moderna, começaram a chegar a Vitória a partir de 1975, para então ocupar os espaços prometidos pelos Grandes Projetos Industriais, que se estavam implantando no Espírito Santo, mais precisamente em Vitória (SIQUEIRA, 2001, p.101).



Foto 4 – Moradores do bairro São Pedro disputando os restos do lixo com porcos. David Protti

Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/1460>

Assim, apesar da intensificação dos investimentos em urbanização, recuperação e preservação ambiental no bairro, a partir da década de 1990, o Mapa 7 demonstra que São Pedro permanece como espaço altamente excludente, e, nesse quadro de exclusão, os morros de Vitória também apresentam alto índice de pobreza e de violência.

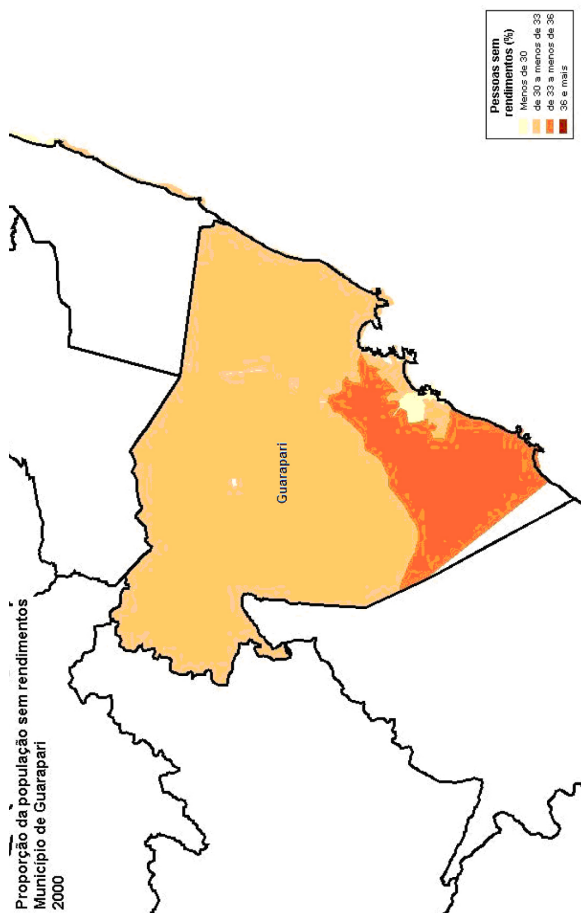
Análise da segregação espacial do município de **Guarapari**, a partir da proporção da população sem rendimentos

Localizado a 52 km de Vitória, no litoral sul do Espírito Santo, o município de Guarapari manteve-se, até a década de 1950, praticamente isolado pela dificuldade de acesso. Na década de 1960, desponta como polo turístico de saúde, por suas praias de areia monazítica, o que lhe valeu visibilidade internacional, ficando conhecida como “Cidade Saúde”.

Sua economia é baseada no turismo, na construção civil, na pesca, na agricultura (banana, mandioca, café, cana-de-açúcar, feijão e hortaliças) e na pecuária. A ausência de dados catalogados sobre esse município não nos permitiu maiores informações.

A análise do Mapa 8 permite a caracterização do município de Guarapari como espaço altamente excludente em que, na maior parte do território, mais de 33% da população não possuem rendimentos ou se os possuem, são resultado de trabalhos informais.

Mapa 8
Proporção da população sem rendimento no município de Guarapari – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

A seguir, será feita uma análise da segregação espacial da RMGV, por município, a partir das categorias sócio-ocupacionais.

ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, A PARTIR DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Na direção de nossa análise, que tem como um dos seus objetivos compor o desenho sócio-ocupacional do espaço urbano da RMGV, trabalhamos a configuração socioespacial da região, a partir de dados censitários. Usamos os dados e análises feitos no âmbito da pesquisa “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana”, desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles, em São Paulo³⁷.

Na tentativa de contribuir para as discussões sobre os impactos sociais e espaciais, decorrentes das transformações econômicas que vêm ocorrendo no Brasil, desde meados de 1980, foi criada uma classificação a partir de categorias sócio-ocupacionais (CATs), através das quais é possível captar a segmentação social nas metrôpoles brasileiras. As CATs resultam dos dados de ocupação do censo, acrescidos de informações de escolaridade, e foram criadas por Edmond Preteceille e Luis César de Queiroz Ribeiro, no âmbito do Observatório das Metrôpoles, para uso nacional, a fim de permitir comparabilidade dos dados das diferentes metrôpoles.

As categorias sócio-ocupacionais foram agrupadas a partir das ocupações discriminadas no censo

³⁷ Em São Paulo, a pesquisa é coordenada pela Prof^a. Lúcia Bógus (coordenadora do Observatório São Paulo) e pela Prof^a. Suzana Pasternak (vice-coordenadora nacional).

demográfico e construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual versus não manual e atividades de controle e de execução. Também foi considerada a diferenciação entre setores da produção, como o secundário e o terciário, e foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (RIBEIRO, 2005).

O Quadro 1 mostra as 24 categorias sócio-ocupacionais definidas pela pesquisa, divididas em oito grandes grupos.

Quadro 1
Categorias sócio-ocupacionais

Dirigentes	Grandes Empregadores Dirigentes do Setor Público Dirigentes do Setor Privado
Profissionais de Nível Superior	Profissionais Autônomos de Nível Superior Profissionais Empregados de Nível Superior Profissionais Estatutários de Nível Superior Profissionais de Nível Superior
Pequenos Empregadores	Pequenos Empregadores
Categorias Médias	Ocupações de Escritório Ocupações de Supervisão Ocupações Técnicas Ocupações de Saúde e Educação Ocupações de Segurança, Justiça e Correios Ocupações Artísticas E Similares

Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do Comércio Prestadores de Serviços Especializados
Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores Manuais da Indústria Moderna Trabalhadores Manuais da Indústria Tradicional Trabalhadores Manuais de Serviços Auxiliares Trabalhadores Manuais da Construção Civil
Trabalhadores do Terciário Não Especializado	Prestadores de Serviços não Especializados Trabalhadores Domésticos Ambulantes e Biscateiros
Agricultores	Agricultores

Fonte: Bógus; Pasternak (2007,p.5).

Como forma de identificar e posteriormente analisar o espaço metropolitano e a estrutura sócio-ocupacional da RMGV em 2000, foram utilizados dois métodos complementares.

Em primeiro lugar foi feita uma análise fatorial, e a partir desta análise cada uma das 59 AEDs da RMGV foi incluída numa tipologia de área. Os procedimentos para tanto foram:

- cálculo das porcentagens das categorias sócio-ocupacionais, para cada uma das 59 AEDs da Grande Vitória em 2000;
- aplicação de Análise Fatorial por Componentes Principais, nas diferenças de porcentagens e classificação hierárquica das mesmas. Esse procedimento permitiu a construção de uma

tipologia em 4 *clusters*³⁸ principais;

- aplicação dos mesmos procedimentos para três dos quatro grandes *clusters* acima referidos. O resultado desses procedimentos levou à construção de uma nova tipologia mais detalhada (BÓGUS; PASTERNAK, 2007).

A tipologia criada dividiu a população metropolitana em quatro grandes grupos: Agrícola, Popular, Média e Superior. Na RMGV, de acordo com a análise fatorial, foram definidos cinco grupos sócio-ocupacionais: Superior, Médio e Superior, Médio e Operário, Popular e Agrícola.

O Quadro 2 apresenta a distribuição das pessoas economicamente ativas na RMGV por categorias ocupacionais e por *clusters*.

³⁸ Espaço geográfico caracterizado como um grupamento de ocupações em categorias sócio-ocupacionais.

Quadro 2
Pessoas Economicamente Ativas por Categorias
Ocupacionais e Clusters RMGV – 2000

Categorias Ocupacionais	Clusters					
	Superior	Médio e Superior	Médio e Operário	Popular	Agrícola	Total
Agricultores	93	599	1.790	7.302	2.408	12.192
Grandes Empregadores	1.533	1.611	690	322	0	4.156
Dirigentes do Setor Público	298	489	350	254	0	1.391
Dirigentes do Setor Privado	273	449	395	174	9	1.300
Pequenos Empregadores	3.207	5.403	6.737	2.397	138	17.882
Ocupações Artísticas e Similares	451	1.450	3.118	1.427	0	6.446
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1.629	2.710	2.281	959	56	7.635
Profissionais Empregados de Nível Superior	2.222	5.596	3.169	1.106	0	12.093
Profissionais Estatutários de Nível Superior	717	1.524	1.162	348	20	3.771
Professores de Nível Superior	1.068	3.686	3.922	1.045	15	9.736
Ocupações de Escritório	2.510	11.357	29.466	10.267	160	53.760
Ocupações de Supervisão	1.958	5.784	9.175	3.970	152	21.039
Ocupações Técnicas	2.097	8.801	18.053	6.090	123	35.164
Ocupações Médias da Saúde e Educação	567	4.213	11.636	4.761	133	21.310
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	814	2.516	5.798	1.483	35	10.646
Trabalhadores do Comércio	1.033	6.801	27.552	15.055	504	50.945
Prestadores de Serviços Especializados	555	6.306	30.633	21.174	637	59.305
Trabalhadores da Indústria Moderna	114	1.882	14.303	7.888	170	24.357
Trabalhadores da Indústria Tradicional	308	2.663	16.168	8.447	230	27.816
Operários dos Serviços Auxiliares	174	2.386	17.467	9.329	233	29.589
Operários da Construção Civil	228	3.253	21.292	25.312	697	50.782
Trabalhadores Domésticos	1.177	4.477	20.540	24.751	758	51.703
Ambulantes	167	2.550	9739	6.020	133	18.609
Biscateiros	48	511	2792	2.001	56	5.408
Prestadores de Serviços Não Especializados	170	2.796	13.887	14.197	437	31.487
Total	23.411	89.813	272.115	176.079	7.104	568.522

O Quadro 3 apresenta a densidade das categorias ocupacionais por clusters, em 2000, na RMGV.

Quadro 3
Densidade das Categorias Ocupacionais por Clusters
RMGV – 2000

Categorias Ocupacionais	Clusters					
	Superior	Médio e Superior	Médio e Operário	Popular	Agrícola	Total
Agricultores	0,19	0,31	0,31	1,93	15,81	1,00
Grandes Empregadores	8,96	2,45	0,35	0,25	0,00	1,00
Dirigentes do Setor Público	5,20	2,23	0,53	0,59	0,00	1,00
Dirigentes do Setor Privado	5,10	2,19	0,63	0,43	0,55	1,00
Pequenos Empregadores	4,36	1,91	0,79	0,43	0,62	1,00
Ocupações Artísticas e Similares	1,70	1,42	1,01	0,71	0,00	1,00
Profissionais Autônomos de Nível Superior	5,18	2,25	0,62	0,41	0,59	1,00
Profissionais Empregados de Nível Superior	4,46	2,93	0,55	0,30	0,00	1,00
Profissionais Estatutários de Nível Superior	4,62	2,56	0,64	0,30	0,42	1,00
Professores de Nível Superior	2,66	2,40	0,84	0,35	0,12	1,00
Ocupações de Escritório	1,13	1,34	1,15	0,62	0,24	1,00
Ocupações de Supervisão	2,26	1,74	0,91	0,61	0,58	1,00
Ocupações Técnicas	1,45	1,58	1,07	0,56	0,28	1,00
Ocupações Médias da Saúde e Educação	0,65	1,25	1,14	0,72	0,50	1,00
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,86	1,50	1,14	0,45	0,26	1,00
Trabalhadores do Comércio	0,49	0,85	1,13	0,95	0,79	1,00
Prestadores de Serviços Especializados	0,23	0,67	1,08	1,15	0,86	1,00
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,11	0,49	1,23	1,05	0,56	1,00
Trabalhadores da Indústria Tradicional	0,27	0,61	1,21	0,98	0,66	1,00
Operários dos Serviços Auxiliares	0,14	0,51	1,23	1,02	0,63	1,00
Operários da Construção Civil	0,11	0,41	0,88	1,61	1,10	1,00
Trabalhadores Domésticos	0,55	0,55	0,83	1,55	1,17	1,00
Ambulantes	0,22	0,87	1,09	1,04	0,57	1,00
Biscateiros	0,22	0,60	1,08	1,19	0,83	1,00
Prestadores de Serviços Não Especializados	0,13	0,56	0,92	1,46	1,11	1,00
Total	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Algumas das principais características dos grupos sócio-ocupacionais da RMGV, em 2000, são apresentadas no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4
Perfil das Famílias da RMGV em 2000

GRUPOS	Perfil em 2000
<p>Superior</p>	<p><i>Cluster Superior</i>, composto pelas categorias de: grandes empregadores, dirigentes do setor público, dirigentes do setor privado, pequenos empregadores, profissionais autônomos de nível superior, profissionais empregados de nível superior, profissionais estatutários de nível superior, profissionais de nível superior.</p> <p>Área com alta densidade de ocupados da elite dirigente – grandes empregadores (8,96), dirigentes do setor público (5,20) e dirigente do setor privado (5,10) com uma média de (6,42), com destaque especial para os primeiros (8,96).</p> <p>A elite intelectual, constituída pelos profissionais autônomos de nível superior (5,18), profissionais empregados de nível superior (4,46), profissionais estatutários de nível superior (4,62) e professores de nível superior (2,66), também apresenta densidade alta (4,23), principalmente na categoria de profissionais autônomos do nível superior (5,18).</p> <p>Os pequenos empregadores também apresentam alta densidade (4,36).</p> <p>Nesta tipologia vai aparecer densidade maior que 1 para categorias médias, principalmente nas ocupações de supervisão (2,26) e ocupações de segurança pública, justiça e correios (1,86).</p> <p>A população de ocupados no <i>cluster</i> é de 23.411, o que representa 4,11% da população total de ocupados.</p> <p>Entre as oito categorias estão 46,76% dos ocupados do <i>cluster</i>.</p>

Expansão urbana, segregação e violência

<p>Médio e Superior</p>	<p>O grupo médio é composto pelas categorias de: ocupações de escritório, ocupações de supervisão, ocupações técnicas, ocupações de saúde e educação, ocupações de segurança, justiça e correios, e ocupações artísticas e similares.</p> <p>Nesta tipologia vai aparecer densidade maior que 1 para as categorias médias (1,47). Entre elas, distinguem-se as ocupações de supervisão, com densidade de 1,74 e as ocupações técnicas (1,58).</p> <p>A elite dirigente aparece com densidade de 2,29 (menor que a densidade do <i>cluster</i> anterior, que era de 6,42) e de 2,53 para a elite intelectual, também menor que a do <i>cluster</i> anterior.</p> <p>Os pequenos empregadores também apresentam densidade significativa (1,91).</p> <p>A população de ocupados no <i>cluster</i> é de 89.813, o que representa 15,80% da população total de ocupados. Dentre estes, as seis categorias médias, com uma população de 34.121, representam 37,99% dos ocupados no <i>cluster</i> e as oito categorias superiores, 23,90%, com uma população de 21.468.</p>
<p>Médio e Operário</p>	<p>O grupo médio é constituído pelas categorias: ocupações de escritório, ocupações técnicas, ocupações médias da saúde e educação, ocupações de segurança pública, justiça e correios, trabalhadores do comércio, e prestadores de serviços especializados.</p> <p>O grupo operário é composto pelas categorias: trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados, trabalhadores manuais da indústria moderna, trabalhadores manuais da indústria tradicional, trabalhadores manuais de serviços auxiliares, e trabalhadores manuais da construção civil.</p> <p>O setor secundário, com densidade de 1,13, apresenta um equilíbrio entre os trabalhadores manuais de serviços auxiliares (1,23) e os trabalhadores da indústria tradicional (1,21).</p> <p>No setor terciário, compreendendo as ocupações de: escritório, técnicas, médias da saúde e educação, de segurança pública, justiça e correios, trabalhadores do comércio e prestadores de serviços não especializados, a densidade também é maior que 1. Para os trabalhadores do comércio (1,13) e prestadores de serviços especializados (1,13).</p> <p>Os trabalhadores do terciário não especializado também apresentam densidade maior que 1 para as categorias populares, com ambulantes (1,09) e biscateiros (1,08).</p> <p>A população de ocupados no <i>cluster</i> é de 272.115, o que representa 47,86% da população total de ocupados.</p> <p>Do total da população de ocupados do <i>cluster</i>, os ocupantes da categoria média representam 25,02%, os do terciário 21,38%, do secundário 17,61% e do terciário não especializado 4,61%.</p>

<p>Popular</p>	<p>Este <i>cluster</i> é composto pelas categorias de: prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.</p> <p>Neste <i>cluster</i> distinguem-se os trabalhadores domésticos (1,55) e os prestadores de serviços não especializados (1,46).</p> <p>Nesta tipologia aparecem com densidades maiores que 1, no setor terciário, os prestadores de serviços especializados (1,15). No setor secundário, os trabalhadores da indústria moderna (1,05) e os trabalhadores manuais de serviços auxiliares (1,02).</p> <p>Entre as ocupações operárias, distinguem-se os trabalhadores manuais da construção civil, com densidade de 1,61. Também aparecem com densidade significativa os agricultores (1,93).</p> <p>Do total da população de ocupados do <i>cluster</i>, os ocupantes do setor terciário representam 12,03%, do secundário 24,15%, do terciário não especializado 26,6% e dos agricultores 4,15%.</p>
<p>Agrícola</p>	<p><i>Cluster</i> nitidamente agrícola, com densidade de 15,81 para os trabalhadores agrícolas.</p> <p>Também aparecem com densidade maior que 1 os trabalhadores manuais da construção civil (1,10), trabalhadores domésticos (1,17) e prestadores de serviços não especializados (1,11).</p> <p>A população de ocupados no <i>cluster</i> é de 7.104, o que representa 1,26% da população total de ocupados.</p> <p>Do total da população de ocupados do <i>cluster</i>, os ocupantes do setor agrícola respondem por 33,89%.</p>

Assim, do ponto de vista de distribuição da população na RMGV, por tipo de grupos, podemos destacar:

1. o grupo Médio e Operário apresenta a maior concentração populacional de ocupados da região, com 47,86% da população total de ocupados, seguido pelo grupo Operário, cuja população de ocupados no *cluster* é de 176.079, o que representa 30,97% da população total de ocupados;

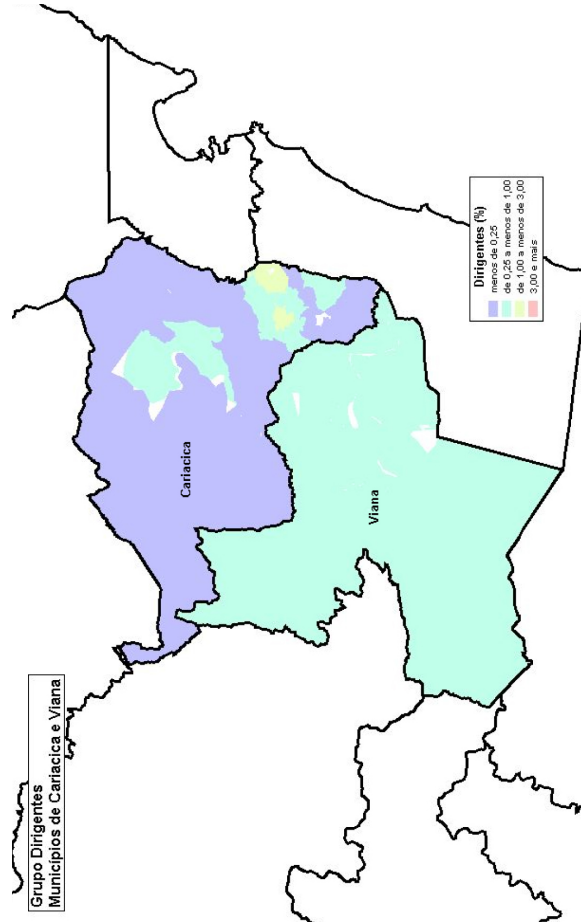
2. no grupo Médio Superior, a população de ocupados no cluster é de 89.813, o que representa 15,80% da população total de ocupados. Dentre estes, as seis categorias médias, com uma população de 34.121, representam 37,99% dos ocupados no cluster, e as oito categorias superiores, 23,90%, com uma população de 21.468;
3. já o grupo Superior representa apenas 4,11% da população total de ocupados da região e o grupo Agrícola, 1,26%.

A segregação espacial, a partir da distribuição espacial desses grupos por municípios da RMGV, será apresentada a seguir.

A segregação espacial nos municípios de **Cariacica e Viana**, a partir das categorias sócio-ocupacionais

A análise dos Mapas 9 e 10 nos permite identificar uma baixíssima concentração de ocupantes do grupo de dirigentes e de profissionais de nível superior nos municípios de Cariacica e Viana. Importante destacar que o município de Viana apresenta um quadro melhor do que Cariacica, com densidade um pouco superior, situada entre 0,25 e 1%.

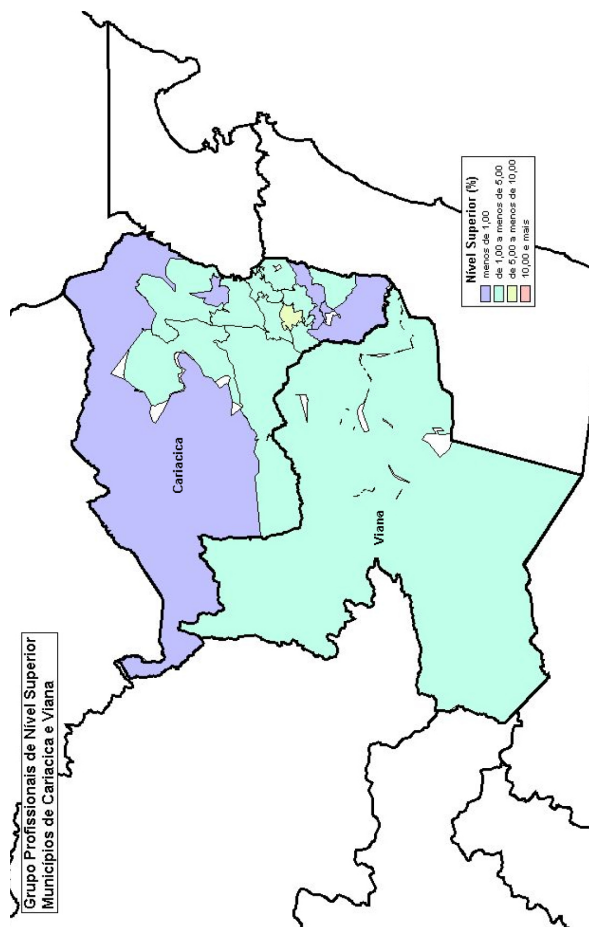
Mapa 9
Proporção do grupo de dirigentes dos municípios de
Cariacica e Viana – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 10
Proporção do grupo de profissionais de nível superior dos municípios de Cariacica e Viana – 2000.

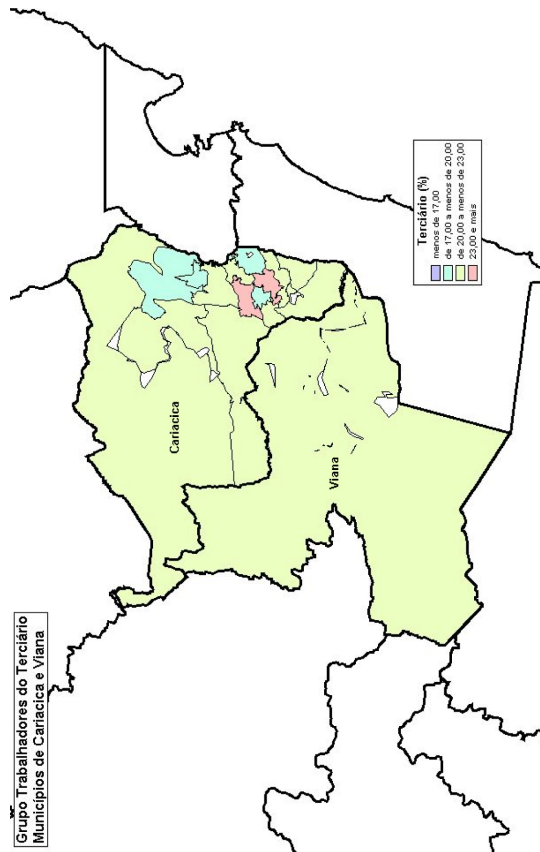


Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Por outro lado, o Mapa 11 apresenta uma concentração significativa dos trabalhadores do setor terciário, nos dois municípios, e o mapa 12, uma altíssima concentração de trabalhadores do setor terciário não especializado, especialmente no município de Cariacica.

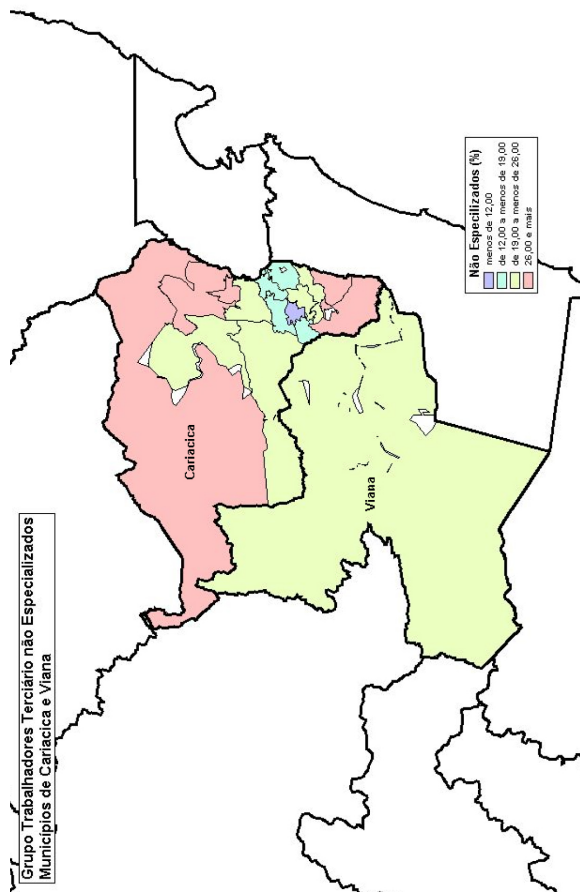
Mapa 11
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário dos municípios de Cariacica e Viana – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 12
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário não especializados dos municípios de Cariacica e Viana – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

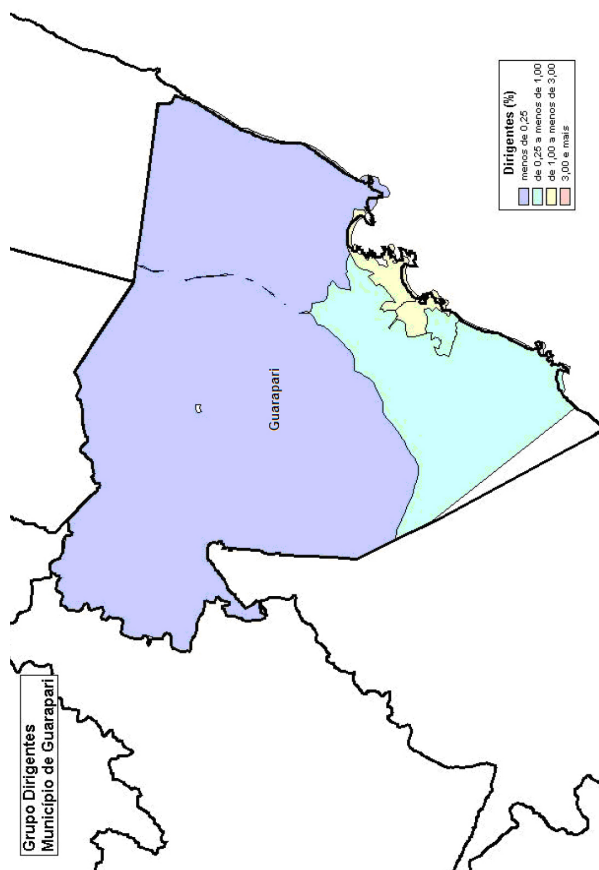
Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Esses dados são condizentes com os apresentados em relação à proporção da população sem rendimentos no município de Cariacica (Mapa 3), onde, em praticamente todo o município, prevalece o percentual de mais de 33% da população sem rendimentos, o que significa uma grande massa de desempregados ou de pessoas em atividades informais, ou seja, a distribuição espacial por ocupação da população, nesses municípios, é caracterizada por pessoas do grupo popular composto por: prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.

A segregação espacial no município de **Guarapari**, a partir das categorias sócio-ocupacionais.

Existem algumas similaridades entre o município de Guarapari e os municípios de Cariacica e Viana, quanto à distribuição das categorias sócio-ocupacionais. A análise dos mapas 13 e 14 nos permite identificar uma baixa concentração de ocupantes do grupo de dirigentes e de profissionais de nível superior, com uma densidade um pouco melhor para os profissionais de nível superior.

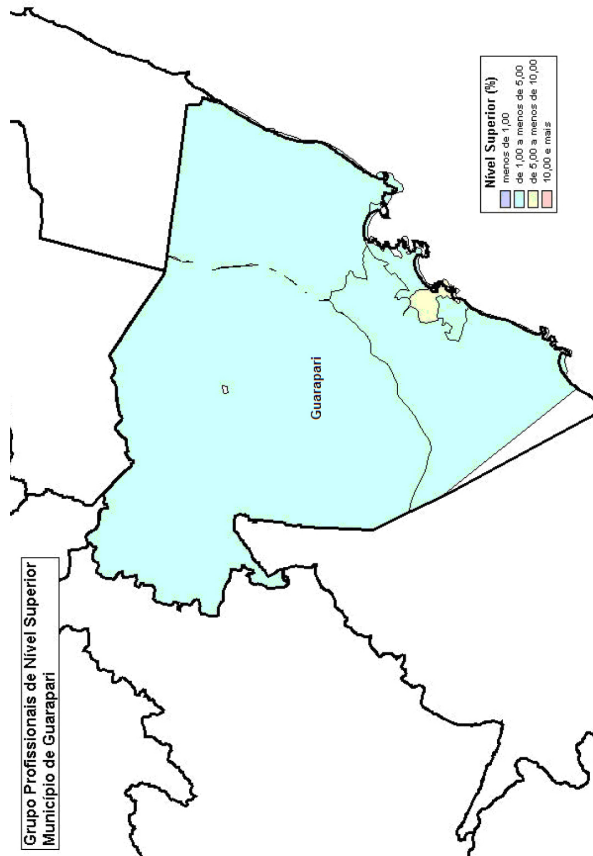
Mapa 13
Proporção do grupo de dirigentes do município de
Guarapari – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 14
Proporção do grupo de profissionais de nível superior do município de Guarapari – 2000.

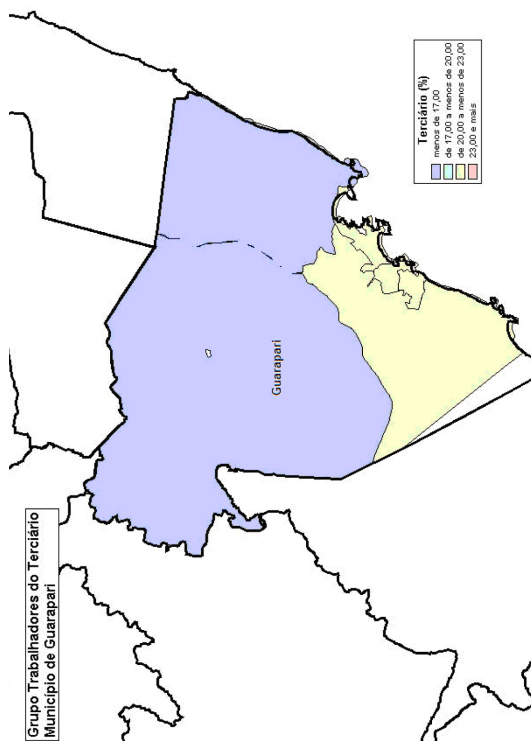


Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Por outro lado, o mapa 15 apresenta uma concentração significativa dos trabalhadores do setor terciário, e o mapa 16, uma altíssima concentração de trabalhadores do setor terciário não especializado, principalmente por ser um município cuja economia está centrada na atividade turística, concentrada nos meses de julho e janeiro.

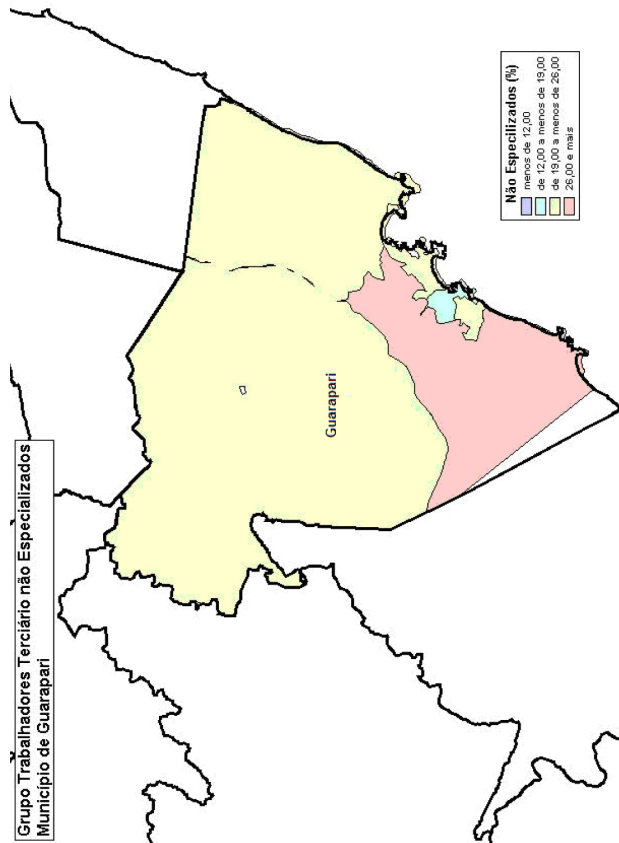
Mapa 15
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário do município de Guarapari – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 16
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário não especializados do município de Guarapari – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

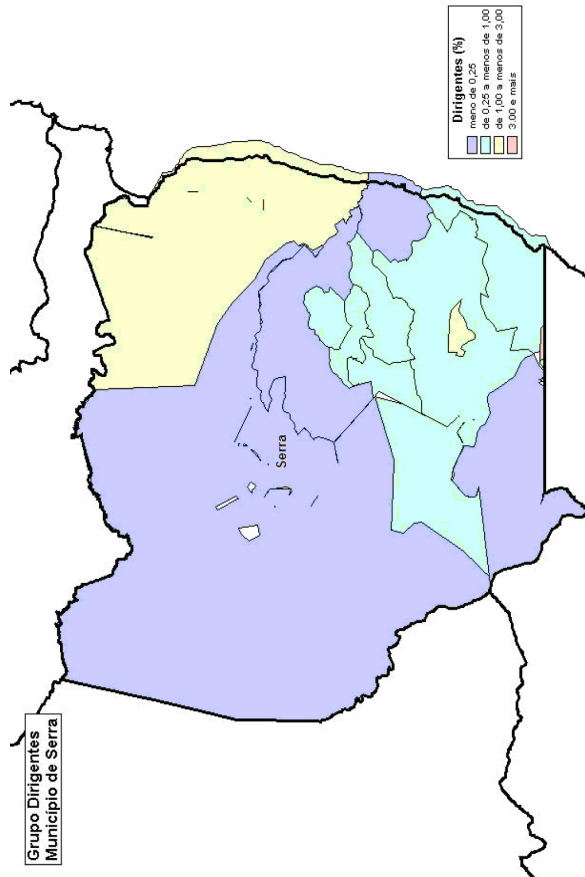
A distribuição espacial por ocupação da população neste município é caracterizada por pessoas do grupo popular composto por: prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.

Além disso, Guarapari é o único município da RMGV com *cluster* nitidamente agrícola. A população de ocupados nesse *cluster* é de 7.104, o que representa 1,26% da população total de ocupados da RMGV. Do total da população de ocupados do *cluster*, os ocupantes do setor agrícola respondem por 33,89% dos ocupados.

A análise da segregação espacial no município de **Serra**, a partir das categorias sócio-ocupacionais.

Os mapas 17 e 18, a seguir apresentados, nos fornecem um quadro da densidade de dirigentes e profissionais de nível superior. Verifica-se uma baixíssima concentração no município, com relativa melhora no litoral norte – Jacaraípe e Nova Almeida –, áreas que começam a se destacar como espaço residencial de funcionários das indústrias localizadas no seu entorno (Aracruz Celulose, Arcelor Mittal e Cia. Vale do Rio Doce), e no bairro de Laranjeiras, polo residencial das classes de renda C e D, com um significativo setor de serviços.

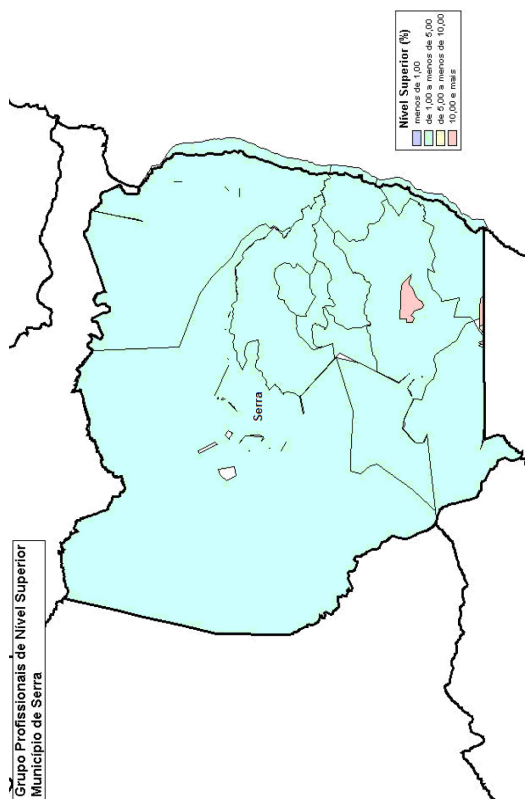
Mapa 17
Proporção do grupo de dirigentes do município de Serra – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 18
Proporção do grupo de profissionais de nível superior do município de Serra – 2000.



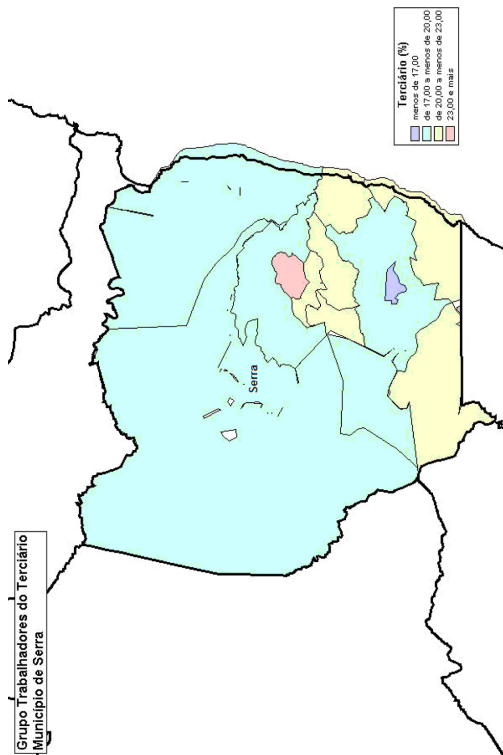
Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

O mapa 19 mostra a distribuição da população economicamente empregada no setor terciário. Observa-se que a maior densidade se encontra no entorno do bairro de Laranjeiras pelas razões já apresentadas. É importante destacar que esse quadro é perfeitamente compatível com as características do município, pólo industrial do estado.

Uma observação do mapa 20 permite concluir que as atividades do setor terciário não especializadas se concentram no entorno do setor terciário, diminuindo a sua densidade na medida em que se afastam desse polo, com exceção do espaço geográfico mais próximo do município de Vitória, onde se observa uma menor densidade desse grupo, em função de demandas mais qualificadas da força de trabalho.

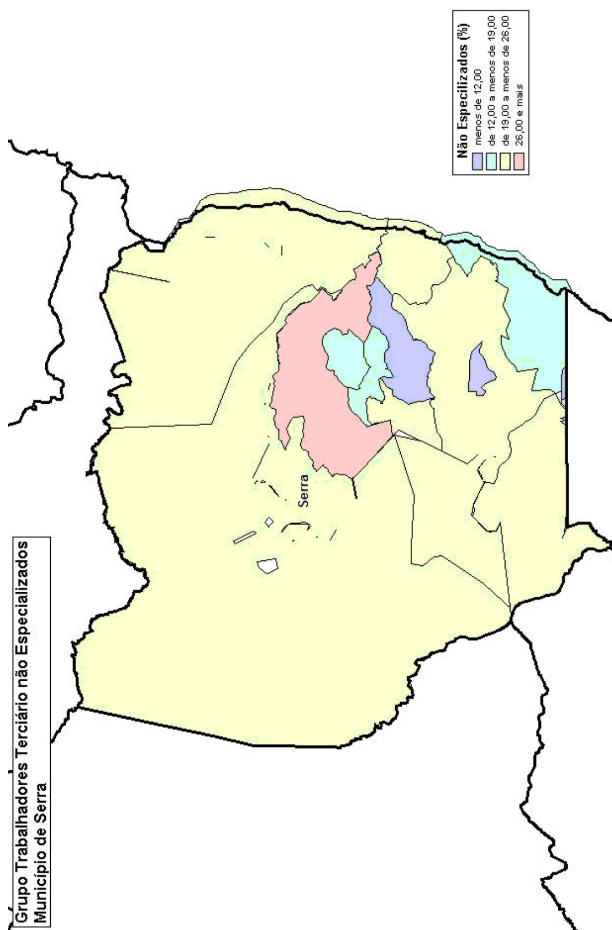
Mapa 19
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário do município de Serra – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 20
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário não especializados do município de Serra – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

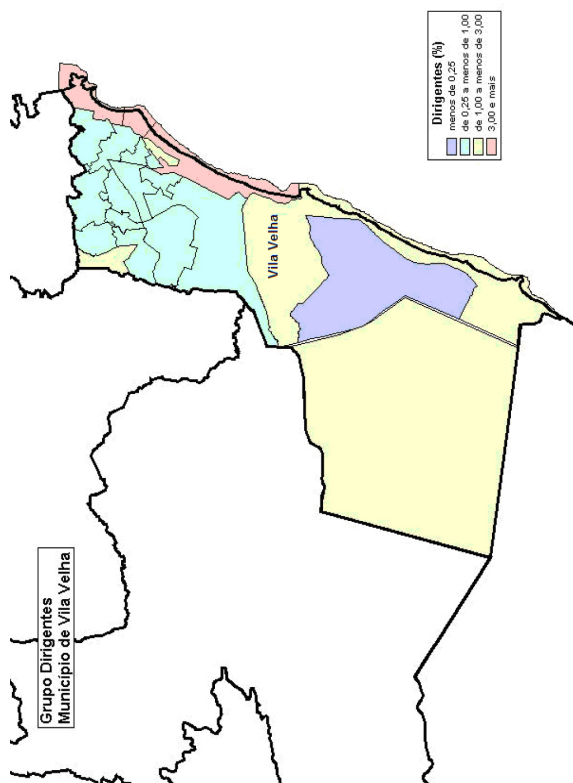
A análise da segregação espacial no município de **Vila Velha**, a partir das categorias sócio-ocupacionais

Os mapas 21 e 22 permitem entender a dinâmica da segregação espacial no município de Vila Velha. A maior densidade de dirigentes, empregadores e profissionais de nível superior está concentrada no noroeste da orla, nos bairros da Praia da Costa, Itapuã e Itaparica, reduto tradicional da classe média e alta do município, cuja concentração se dá mais em função das preferências por residir nessa localidade do que pela existência de atividades econômicas que venham a exigir dirigentes tanto dos setores público e privados e principalmente dos grandes empregadores.

Por outro lado, as atividades terciárias se concentram mais no centro do município, com destaque para as atividades do setor financeiro, e no pólo de confecções do bairro da Glória, onde está presente um conjunto de serviços como comércio atacadista e varejista.

Mais ao sul do município, em especial na região de Terra Vermelha, em que se concentram as classes D e E, a maior densidade se dá nas atividades terciárias não especializadas.

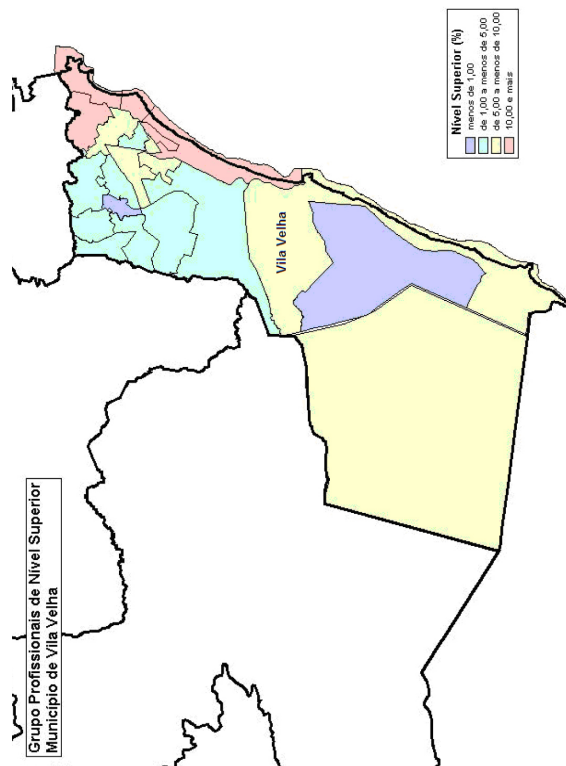
Mapa 21
Proporção do grupo de dirigentes do município de Vila Velha – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

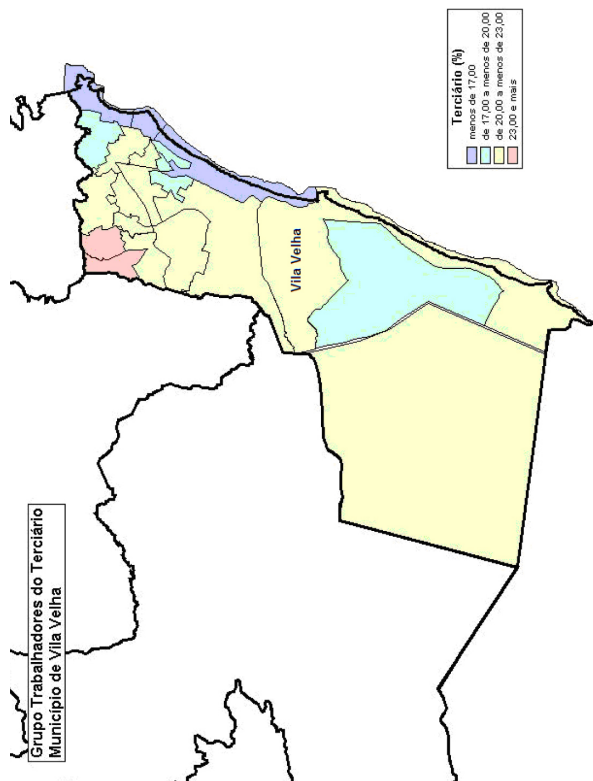
Mapa 22
Proporção do grupo de profissionais de nível superior do
município de Vila Velha – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

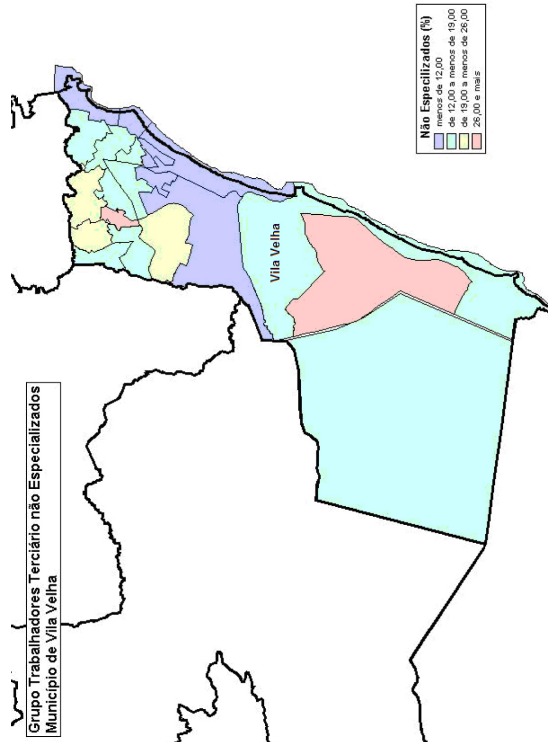
Mapa 23
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário do município de Vila Velha – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 24
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário não especializados do município de Vila Velha – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

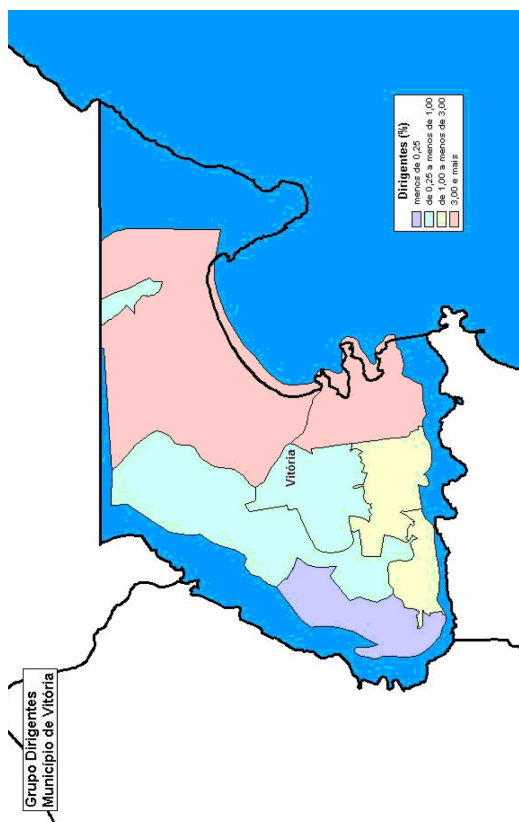
Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

A análise da segregação espacial no município de **Vitória**, a partir das categorias sócio-ocupacionais

A análise da distribuição espacial do grupo de Dirigentes em Vitória (Mapa 25) demonstra uma grande concentração desse grupo na porção leste do município,

historicamente caracterizada por ser um espaço da classe média alta e alta, principalmente nos bairros sudoeste da ilha, como Praia do Canto, Enseada do Suá, Ilhas do Boi e do Frade, Jardim da Penha e Mata da Praia. Essa concentração, nessa área, é condizente com os dados relativos à renda apresentados no Mapa 8, segundo o qual esse espaço também possui as menores proporções de população sem rendimentos do município.

Mapa 25
Proporção do grupo de dirigentes do município de Vitória – 2000



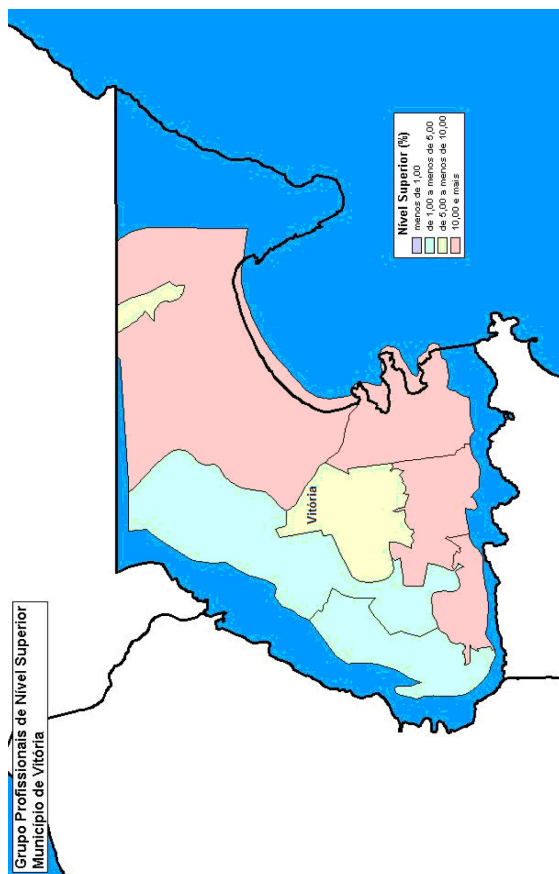
Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Outro aspecto relevante que emerge da análise da distribuição espacial desse grupo é que, no perfil das famílias da RMGV, o grupo superior, composto pelas categorias de: grandes empregadores, dirigentes do setor público, dirigentes do setor privado, pequenos empregadores, profissionais autônomos de nível superior, profissionais empregados de nível superior, profissionais estatutários de nível Superior, e profissionais de nível superior, representa apenas 4,11% da população total de ocupados da RMGV (Quadro 2).

Distribuição similar se observa no grupo de profissionais de nível superior em Vitória (Mapa 26). Aqui a concentração, além da parte oeste da ilha, abrange grande parte da porção sul, tradicionalmente reduto de intelectuais, como o bairro de Bento Ferreira e o Centro, que até a década de 1970 era local de residência de grande parte da elite capixaba.

Mapa 26
Proporção do grupo de profissionais de nível superior do município de Vitória – 2000.

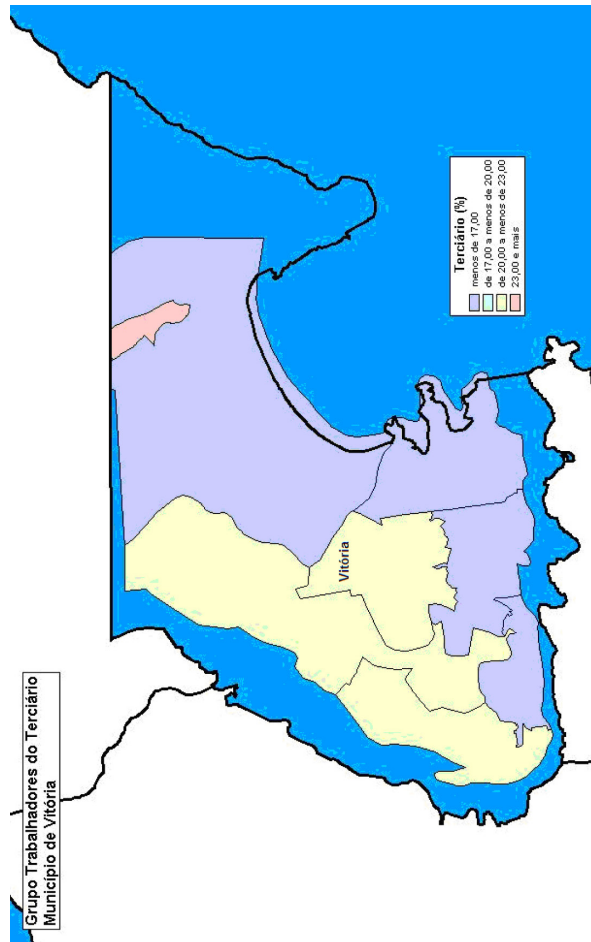


Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Já o grupo de trabalhadores do setor terciário (Mapa 27) e do terciário não especializado (Mapa 28), em Vitória, concentra-se na parte oeste da ilha, único espaço que possui alta porcentagem de população sem rendimentos, acima de 36% (Mapa 8).

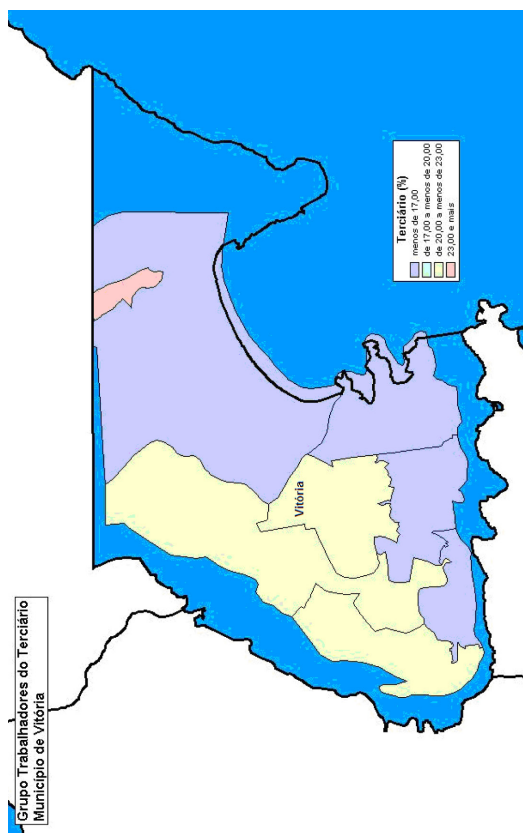
Mapa 27
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário do
município de Vitória – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Mapa 28
Proporção do grupo de trabalhadores do terciário não especializados do município de Vitória – 2000.



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Os dados apresentados indicam que, na RMGV, a distribuição espacial da população com base nos rendimentos possui correspondência direta com a categoria sócio-ocupacional. Cariacica, Guarapari, Serra e Viana concentram o maior contingente de

peças sem rendimentos, o que sinaliza uma situação de desemprego, e, na quase totalidade desses municípios, prevalece a categoria de trabalhadores do terciário não especializado, com percentuais acima de 33%. Já em Vila Velha, especificamente no noroeste da orla do município, destacam-se a baixa proporção de pessoas sem rendimentos e uma alta concentração de profissionais do grupo de dirigentes e de nível superior.

Esses dados (aliados à situação dos assentamentos subnormais, apresentados por Siqueira (2001), em que, em 1980, dos 706.263 habitantes da Grande Vitória, 281.391 (39,84%) habitavam áreas de favela, conforme Tabela 11) sinalizam o agravamento da precarização das condições de trabalho e de moradia para um grande contingente populacional da RMGV.

Tabela 11
Grande Vitória³⁹ – 1980 – Assentamentos subnormais

Unidades urbanas	Localização	Quantidade	nº de habitações	nº de habitantes
Vitória	Baixadas e mangues	07	3.186	15.930
	Morros	25	16.830	81.291
Vila Velha	Baixadas e mangues	26	17.228	86.140
	Morros	08	4.250	21.250
Cariacica	Baixadas e mangues	03	3.380	21.980
	Morros	09	6.950	39.400
Serra	Baixadas e mangues	03	1.900	8.500
	Morros	02	1.200	6.900
TOTAL	Baixadas e mangues	39	25.694	132.550
	Morros	44	29.230	148.841
TOTAL GERAL		83	54.924	281.391

Fonte: Siqueira (2001, p.150).

³⁹ Nesse caso, o município de Viana, constante da zona fisiográfica da Grande Vitória, no período, não foi contemplado, o que significa que os números de assentamentos subnormais são maiores do que os apresentados neste trabalho.

Assim, a expansão das periferias e o processo de favelização da região, a partir da década de 1970, como resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização do estado, tornaram-se uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região.

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

A complexidade que envolve a análise da violência urbana, aliada à inexistência e/ou às distorções dos dados disponíveis (já analisados anteriormente), é um dos grandes limites para aqueles que se dedicam ao estudo da violência no Brasil. Objetivando minimizar esse problema, neste trabalho, foi adotado o Índice de Violência Criminalizada – IVC, construído pela associação de nove indicadores básicos que são constituídos por grupos de variáveis criminais, e sua estrutura e esquematização podem ser visualizadas na figura 4.

Figura 4
Diagrama de construção do índice de violência criminalizada



Fonte: LIRA (2007, p.42).

Lira realizou os cálculos do IVC com base nos dados sobre violência do Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano/Polícia Militar –CPOM/PM.

Antes da estimativa dos índices, esses números foram submetidos ao tratamento estatístico da taxa bruta (por grupo de 1.000 habitantes) que viabilizou, através da razão entre os tipos de criminalidade violenta selecionados e a população, a análise e comparação de unidades geográficas com diferentes magnitudes demográficas.

Mesmo possuindo as tabulações sobre os incidentes criminais para o período 1993-2003, este estudo estabeleceu o ano de 2000 como referência temporal para o cálculo dos índices. Tal escolha foi influenciada pela indisponibilidade da população, distribuída por bairro, para outros anos. É importante ressaltar que 2000 foi o primeiro ano em que o IBGE estendeu a circulação do Statcart®, programa computacional que fornece números populacionais digitalizados, em escala de detalhe (2007, p.41-42).

Pela frequência dos indicadores apresentada na RMGV e com base nos objetivos deste trabalho, foi utilizado o Indicador de Crimes Letais Contra a Pessoa – ICLCP. Sua composição é apresentada a seguir:

Indicador de Crimes Letais Contra a Pessoa – ICLCP

- Homicídio: segundo artigo 121 do Código Penal (CP), ato de uma pessoa matar outra. Este está inserido no capítulo relativo aos “crimes contra a vida” e é considerada a mais grave violação reprimida pela lei e pela sociedade civilizada. Suas penas variam entre 1 e 3 anos de detenção para os homicídios culposos (quando o agente dá causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia) e entre 12 e 30 anos de reclusão para os homicídios qualificados ou dolosos (quando o infrator quer o resultado ou assume a autoria do crime).

- Latrocínio: é uma forma de roubo em que a violência empregada pelo infrator resulta na morte da vítima, ou seja, roubo seguido de morte (art. 157, parágrafo 3º, CP). Este crime se difere do homicídio, pois possui peremptoriamente fins patrimoniais. A pena para tal delito varia de 20 a 30 anos de reclusão, sem prejuízo de multa.
- Encontro de cadáver: não é crime previsto no Código Penal, talvez por isso possua uma definição ambígua. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo esta ocorrência fica caracterizada quando um corpo é encontrado em via pública sem indícios aparentes de homicídio (SESP, 2004, on-line).
- Tentativa de Homicídio: ocorre quando o homicídio não é consumado por circunstâncias alheias à vontade do agente. Com base no CP, a pena para este delito é a mesma correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. Levando em conta o elevado grau dos danos físicos e psicológicos sofridos pela vítima e considerando que uma parcela significativa das tentativas de homicídios evolui, após alguns dias, resultando no óbito da pessoa agredida, optou-se por associar este delito à categoria dos Crimes Letais Contra a Pessoa (LIRA, 2007, p.44-48).

A tipologia desenvolvida por Lira (2007) subsidiou o cálculo das taxas de violência criminalizada, por 1.000 habitantes, que apresentou uma alta incidência de Crimes Letais Contra a Pessoa (categoria de análise de acordo com a tipologia do IVC) na RMGV, o que levou à escolha desse índice (ICLCP) para embasar a análise da violência.

As taxas, por 1.000 habitantes, foram calculadas na escala dos bairros dos municípios que compõem a RMGV, excetuando-se Guarapari, que não possuía dados populacionais (necessários para o cálculo proporcional das taxas) e dados criminais agregados por bairros.

A adoção da unidade geográfica de análise se deu de acordo com a ideia trabalhada por Cano e Santos (apud LIRA 2007, p. 42). Segundo eles, quanto menores as áreas pesquisadas, mais eficazes e otimizadas tendem a ser as estratégias de controle e combate à violência.

A questão da adaptação do banco de dados do CPOM/PM (dados estatísticos criminais) às bases cartográficas das prefeituras municipais (mapas digitais de bairros) é outra consideração metodológica importante. A incompatibilidade dessas fontes destacou a necessidade de aplicação de um método de adaptação. Para a realização da respectiva adaptação foram construídos memoriais descritivos (Anexo II) seguindo a metodologia adotada por Lira (2007).

Tais memoriais descrevem a metodologia aplicada às adaptações de cada bairro e estabelecem uma nomenclatura comum às informações da base de dados e à base cartográfica. Os memoriais apresentam situações de adaptações distintas, e dentre elas faz-se mister citar:

1º Caso: quando as bases cartográficas possuíam um bairro “especial”, mapeado, como o Aeroporto, Maciço Central (área de proteção ambiental), Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST – atualmente denominada Arcelor Mittal Tubarão (áreas industriais), e a base de dados não o reconhecia como bairro, utilizou-se o termo “área especial” para caracterizar essa situação atípica e facilitar o posterior tratamento cartográfico.

2º Caso: quando a base cartográfica possuía o bairro mapeado e o banco de dados apresentava as informações disponíveis (dados compatíveis).

3º Caso: quando ambas as fontes possuíam os dados, porém apresentando variações nos nomes dos

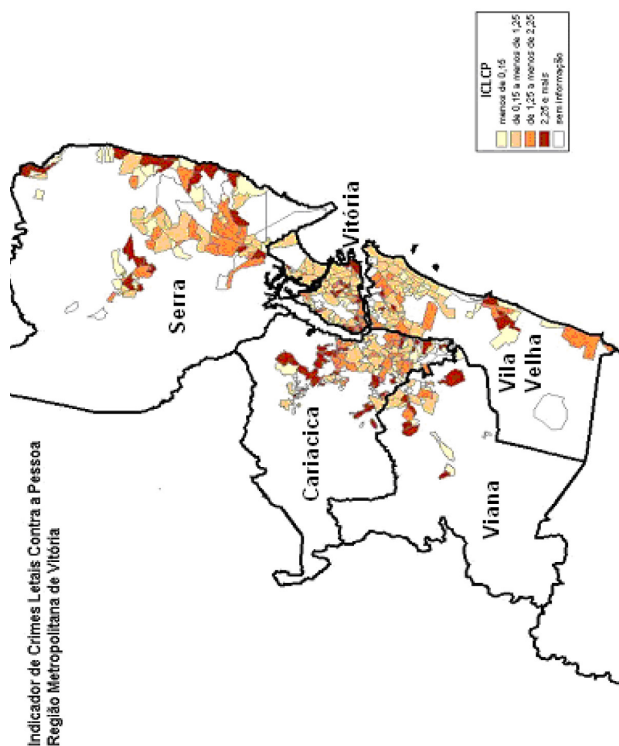
bairros. Por exemplo, o bairro Ilha de Monte Belo da base cartográfica era reconhecido como Monte Belo pelo banco de dados. Dessa forma, por convenção, adotou-se o nome Monte Belo para o referido bairro.

4º Caso: quando a base de dados não reconhecia um determinado bairro da base cartográfica e registrava as ocorrências da região em outro bairro. Por exemplo, o CPOM da PM não reconhecia o bairro Mário Cypreste, mas registrava as ocorrências, da área do bairro, como se pertencessem ao bairro Santo Antônio. Nesse caso, após uma análise minuciosa em conjunto com os responsáveis do setor de estatística do Centro Integrado Operacional de Defesa Social – CIODES, promovemos a agregação gráfica do bairro Mário Cypreste com Santo Antônio. Em outras palavras, através do acréscimo gráfico da área de Mário Cypreste, buscou-se amenizar o efeito sobre-estimado das informações do bairro Santo Antônio. Logo, quando o leitor analisar o memorial e a carta base dos bairros de Vitória (Mapa 1), perceberá que o bairro “Santo Antônio” é o resultado de sua união com Mário Cypreste.

5º Caso: quando ocorreu perda das informações, ou seja, quando a base de dados não possuía os registros sobre a violência criminalizada e muito menos reconhecia os bairros. Isso foi constatado, por exemplo, para Santos Reis e São José (sem informação).

De posse das taxas, por 1.000 mil habitantes, do Indicador de Crimes Letais Contra a Pessoa, iniciou-se o geoprocessamento das informações, que permitiu uma análise mais apurada da distribuição espacial da criminalidade violenta nos aproximados 400 bairros da RMGV para o ano de 2000 (Mapa 29).

Mapa 29
Indicador de crimes letais contra a pessoa na RMGV – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Fonte: CPOM – 2000

Também foram elaborados cinco mapas contendo as taxas por 1.000 habitantes do ICLCP, analisados a seguir, para representar, sob diferentes perspectivas, o comportamento da violência nos municípios da RMGV.

A violência urbana no município de **Cariacica**

O Mapa 30 evidencia um conglomerado de bairros com altas taxas, maiores que 2,25, nos registros de Crime Letais Contra a Pessoa por 1.000 habitantes (cor vermelha), na porção norte de Cariacica, formada por Nova Rosa da Penha, Flexal, Porto Belo e Nova Canaã.

Os bairros Cariacica Sede, Novo Brasil, Vale dos Reis e Mucuri, localizados na porção oeste do município, também apresentaram elevadas taxas de ICLCP, classe 2,25 a mais de registros por 1 mil habitantes. Na porção sul do município, os bairros Vila Isabel, Castelo Branco e Jardim Botânico também se enquadraram na classe que destacou as maiores taxas de ICLCP.

Graúna, Tabajara e Porto de Santana formaram um conglomerado com taxas variando entre 1,25 e 2,25 registros por 1.000 habitantes (cor laranja). Vila Capixaba, Campo Grande e São Geraldo formaram outro conglomerado de taxas muito próximas às da região central da mancha urbana de Cariacica, as quais também evidenciaram o *cluster* de Jardim América, Vale Esperança e Boa Esperança, bem como o aglomerado de Campo Novo, Santa Bárbara e Morada de Campo Grande, ambos com taxas na classe 1,25 – 2,25.

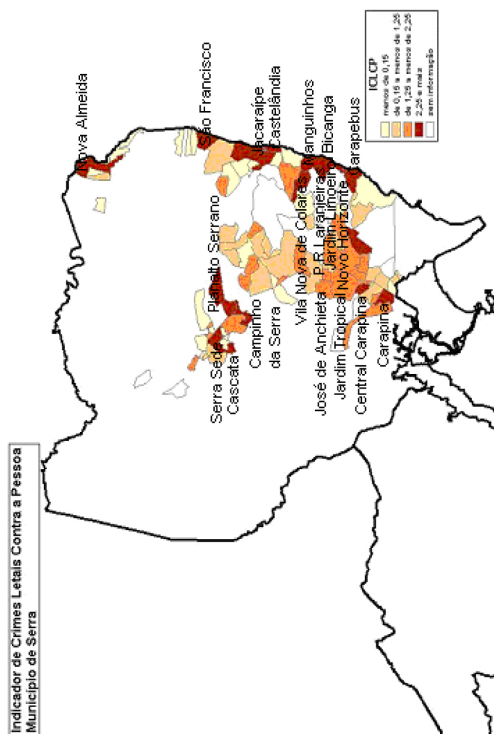
A violência urbana no município de **Serra**

A análise do Mapa 31 nos permite constatar a concentração dos Crimes Letais Contra a Pessoa, classe 2,25 a mais de registros por 1.000 habitantes, na faixa litorânea do município de Serra, sobretudo nos bairros Nova Almeida, São Francisco, Jacaraípe, Castelândia, Manguinhos, Bicanga, Carapebus e Vila Nova de Colares, sendo que estes três últimos formaram um cluster.

Na porção oeste da mancha urbana do município, os bairros de Serra Sede, Planalto Serrano, Cascata e Campinho da Serra também apresentaram taxas variando acima de 2,25 registros por 1.000 habitantes, bem como Novo Horizonte, Central Carapina e Carapina que registraram taxas em mesmo nível de importância.

Um grande conglomerado de taxas de Crimes Letais Contra a Pessoa, classe 1,25 – 2,25 registros por 1.000 habitantes, foi evidenciado pelos bairros Jardim Limoeiro, Parque Residencial Laranjeiras, José de Anchieta, São Diogo e Jardim Tropical.

Mapa 31
Indicador de crimes letais contra a pessoa no município de Serra – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

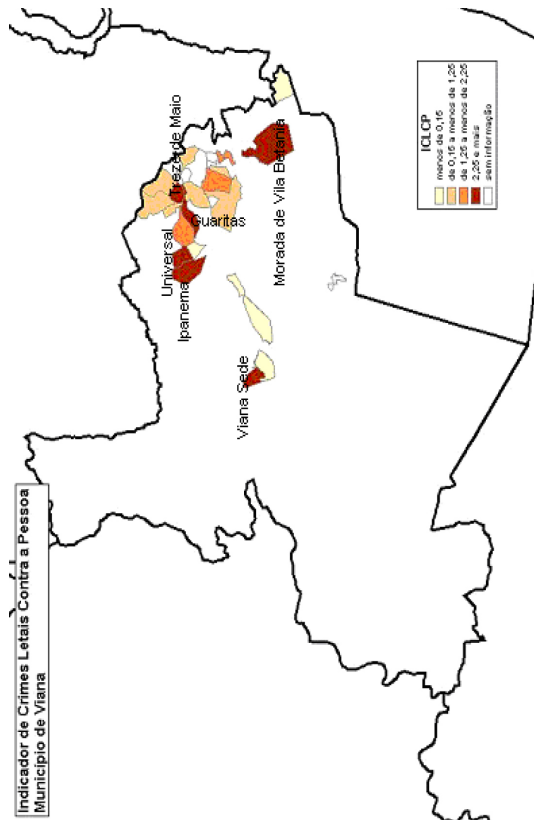
Fonte: CPOM – 2000

A violência urbana no município de **Viana**

Com base no Mapa 32, identificam-se dois significativos conglomerados espaciais com taxas elevadas, classe 2,25 a mais de registros por 1.000 habitantes, de

Crimes Letais Contra a Pessoa, no município de Viana. O primeiro formado pelos bairros Universal e Ipanema e o outro composto pelos bairros Guarita, Treze de Maio e Morada de Vila Betânia. Viana Sede também apresenta elevadas taxas de Crimes Letais Contra a Pessoa.

Mapa 32
Indicador de crimes letais contra a pessoa no município de Viana – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues
 Fonte: CPOM – 2000

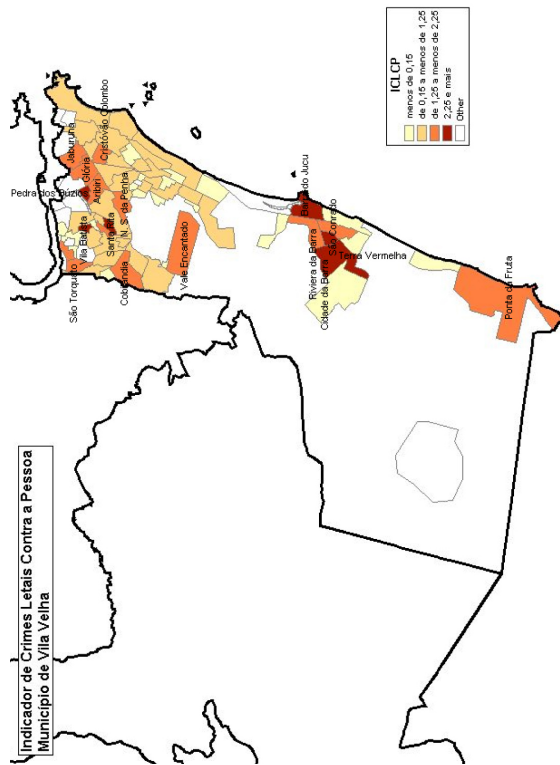
A violência urbana no município de **Vila Velha**

O Mapa 33 evidencia a distribuição espacial da violência, expressa pelas taxas por 1.000 habitantes dos Crimes Letais Contra a Pessoa, no município de Vila Velha, onde um conglomerado de taxas elevadas, classes 1,25 – 2,25 e 2,25 e mais, destacou-se na porção sul. Esse cluster foi formado pelos bairros Terra Vermelha, Cidade da Barra, Barra do Jucu, Riviera da Barra e São Conrado.

Bairros como Vila Batista, Santa Rita e Pedra dos Búzios também apresentaram elevadas taxas de Crimes Letais Contra a Pessoa por 1.000 habitantes, porém na região norte de Vila Velha. Ainda na porção norte, Aribiri, Glória, Jaburuna e Cristóvão Colombo evidenciaram taxas elevadas do indicador aqui analisado, classe de 1,25 – 2,25 registros por 1.000 habitantes.

Outros bairros como Ponta da Fruta, Vale Encantado, Cobilândia, Nossa Senhora da Penha, São Torquato e Argolas também se posicionaram nos mesmos níveis de violência, segundo o ICLCP, da classe 1,25 – 2,25 registros por 1.000 habitantes.

Mapa 33
Indicador de crimes letais contra a pessoa no município de Vila Velha – 2000



Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues
Fonte: CPOM – 2000

A violência urbana no município de **Vitória**

Por meio da análise do Mapa 34, constata-se a distribuição espacial das taxas por 1.000 habitantes dos Crimes Letais Contra a Pessoa na capital capixaba, Vitória. Nesse município, foi identificado um conglomerado de altas taxas de CLCP, classes 1,25 – 2,25 e 2,25 a mais, no margeamento sudoeste da Ilha de Vitória, formado pelos bairros Morro do Romão, Forte São João, Centro, Parque Moscoso, Vila Rubim, Ilha do Príncipe, Morro do Moscoso, Morro do Quadro, Caratoira e Santo Antônio.

Outros *clusters* com taxas semelhantes se tornaram evidenciados na porção noroeste da ilha formada pelos bairros de São Pedro, Resistência e Condusa, e na porção central da Ilha de Vitória, formada pelos bairros São Benedito, Consolação, Bairro da Penha e Horto. Nas adjacências do conglomerado central, os bairros Santos Dumont e Maruípe também apresentaram elevadas taxas de CLCP por 1.000 habitantes.

Expansão urbana, segregação e violência

SEGREGAÇÃO X VIOLÊNCIA URBANA

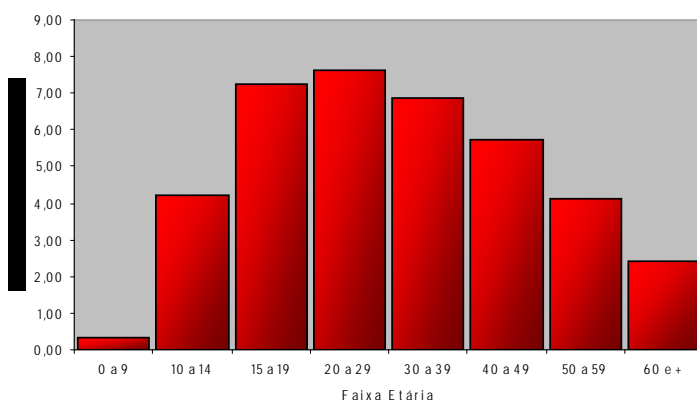
Com base nos dados e análises realizadas, constata-se que o processo de expansão desordenada da RMGV resultou no surgimento de bairros periféricos. Nesses grande parte da população encontra-se numa situação de desemprego ou de subemprego, como consequência do perfil da população dos mesmos, oriunda das atividades agrárias e de migrantes, constituída por trabalhadores com baixa qualificação, que atuam prioritariamente nas atividades dos grupos operário e popular, compostos pelas categorias de prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros.

A importância da qualificação profissional para a inserção no mercado de trabalho, já discutida anteriormente, traz à tona a questão da escolaridade da população da RMGV. Como no Brasil, a RMGV reproduz a baixa escolaridade da sua população, em que a média de anos de estudos é de 5,79, o que representa uma baixa proporcionalidade do percentual da população que possui o ensino fundamental – 8 anos. Esses dados são ainda mais preocupantes quando analisamos os Gráficos 5, 6, 7, 8, 9 e 10, que representam a relação entre a média de anos de estudo e a escolaridade por município da região.

No município de Cariacica, a média de anos de estudos é ainda mais baixa (4,89), a média dos adolescentes (10 a 14 anos) é ainda menor (4,03), bem como a das pessoas com idade entre 50 e 59 (4,11) e acima de 60

anos (2,43), o que torna a realidade nesse município alarmante em relação à qualificação profissional dos seus habitantes, principalmente adolescentes e idosos (Gráfico 5), dificultando a inserção desses grupos no mercado de trabalho formal e acirrando o processo de exclusão.

Gráfico 5
Relação entre média de anos de estudos e faixa etária no município de Cariacica – 2000

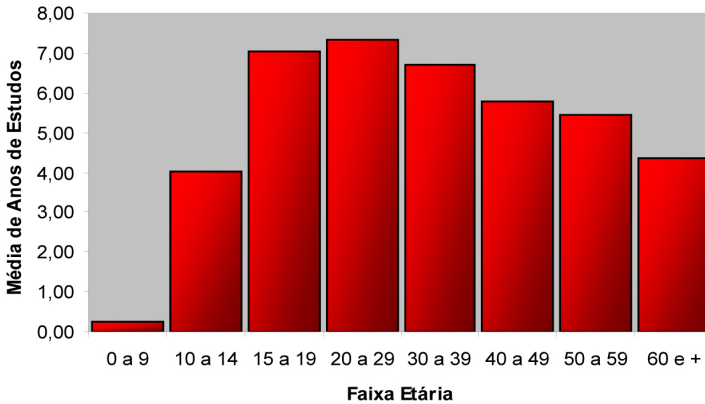


Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Pablo Lira

No município de Guarapari, conforme Gráfico 6, a média de anos de estudos também é mais baixa de que a da RMGV (4,99) e a média dos adolescentes (10 a 14 anos) é a menor da região (4,03). Entretanto, a das pessoas com idade entre 50 e 59 (5,43) e acima de 60 anos (4,36) só é menor que as dos municípios de Vila Velha e Vitória. Esses dados mostram, principalmente, a precariedade da qualificação profissional dos adolescentes e evidenciam a dificuldade de inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Gráfico 6
Relação entre média de anos de estudos e faixa etária no
município de Guarapari – 2000

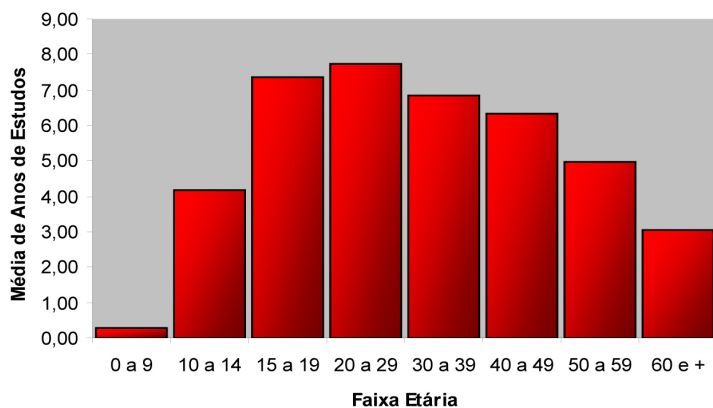


Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000
 Elaboração: Pablo Lira

Serra e Viana possuem variação pouco significativa em relação às proporcionalidades de Cariacica. Nesses municípios, a média de anos de estudos é de 5,09 e 4,67, a média dos adolescentes (10 a 14 anos), de 4,19 e 4,22, a das pessoas com idade entre 50 e 59, de 4,99 e 3,64 e acima de 60 anos, de 3,04 e 2,32, respectivamente.

O que eleva um pouco a média geral da Serra, em relação à Cariacica e Viana, é a média da faixa etária de 40 a 49 anos (6,31). Entretanto, assim como em Cariacica, esses números não tornam a realidade desses municípios menos alarmante em relação à qualificação profissional dos seus habitantes, principalmente dos adolescentes e idosos (Gráficos 7 e 8).

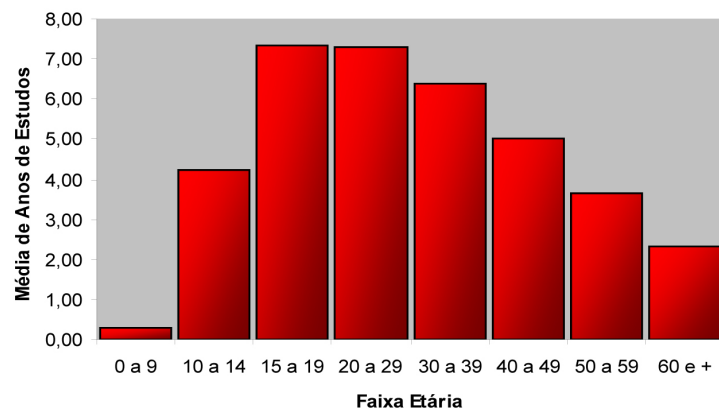
Gráfico 7
Relação entre média de anos de estudos e faixa etária no município de Serra – 2000



Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Pablo Lira

Gráfico 8
Relação entre média de anos de estudos e faixa etária no município de Viana – 2000

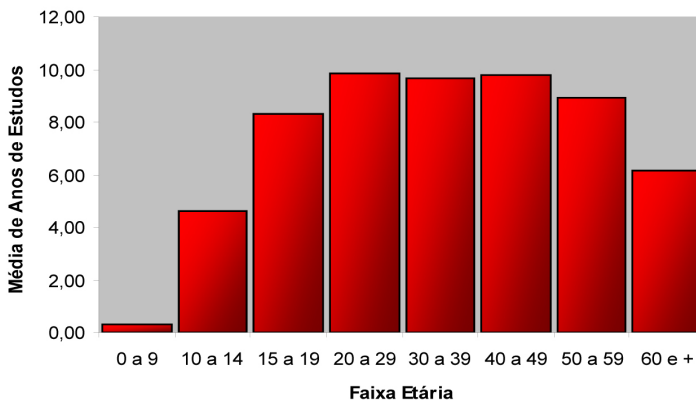


Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Pablo Lira

Vila Velha e Vitória apresentam as maiores médias de anos de estudos da RMGV, com 6,39 e 7,13, respectivamente. Nesses municípios, apenas a média de anos de estudos dos adolescentes (10 a 14 anos) se mantém proporcional à dos outros municípios da RMGV, com 4,43 e 4,60, respectivamente. Em todas as outras faixas etárias, as médias de Vila Velha e Vitória apresentam-se com uma proporcionalidade bem maior (Gráficos 9 e 10).

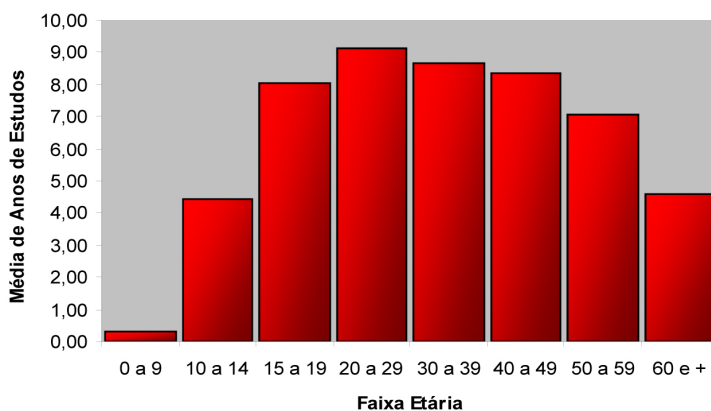
Gráfico 9
Relação entre média de anos de estudos e faixa etária no município de Vila Velha – 2000



Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000

Elaboração: Pablo Lira

Gráfico 10
Relação entre média de anos de estudos e faixa etária no município de Vitória – 2000



Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000
Elaboração: Pablo Lira

Esses dados corroboram a importância da escola no processo de socialização dos jovens, conforme apontado por Zaluar e Leal (2001) e já discutido aqui no capítulo 3, e a fragilidade dos jovens que, ao não se capacitarem, e conseqüentemente não possuírem condições de inserção no mercado formal de trabalho, acabam se tornando as maiores vítimas da sedução do mercado ilegal de trabalho e da violência urbana na RMGV. Nesse quadro de elevada precariedade da vida urbana de uma camada da população, um alto e crescente número de jovens desses municípios se encontra em situação de risco social. A ausência de políticas públicas, direcionadas para a inclusão desses jovens, numa faixa etária entre 14 e 25 anos, que apresentam uma reprodução social abaixo do nível socialmente necessário, agrava o quadro de violência nos municípios citados, conforme demonstrado a seguir.

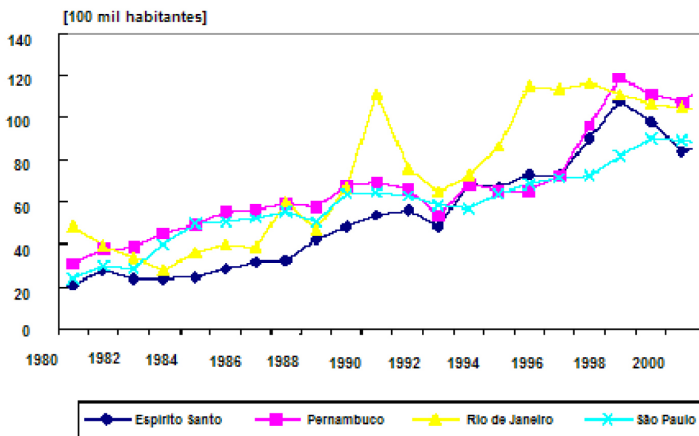
A exacerbação da criminalidade comum violenta nas

regiões metropolitanas é uma questão crucial da realidade brasileira e capixaba. O IPEA, com base no cruzamento de dados do Censo IBGE de 2000 com os registros de óbito do Ministério da Saúde, de 2003, calculou a probabilidade de um cidadão ser assassinado em cada um dos 5.507 municípios brasileiros. O estudo mostra que entre 1980 e 2000 a taxa de mortalidade por homicídio no país cresceu 130%, passando de 11,7 para 27 em cada 100 mil habitantes. Dentre os 127 municípios com taxa de homicídios superior a 50 por 100 mil habitantes, em 2003, 51 pertencem a regiões metropolitanas (MIR, 2004).

Essa questão é particularmente trágica em relação aos homicídios de jovens, principalmente nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em que, de acordo com Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005, p.6), a vitimização de jovens por homicídios “[...] tem se transformado numa questão de saúde pública extremamente dramática, cuja proporção de óbitos por homicídios ultrapassou 50%”, conforme Gráfico 11.

Gráfico 11

Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos – ES, PE, RJ, SP



Fonte: Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005, p.7).

Além disso, a pesquisa do IPEA, de 2000, demonstra que a Serra se encontra, na classificação dos 23 municípios brasileiros mais violentos, como a cidade mais violenta do país; Cariacica é a terceira mais violenta; Vitória, a segunda capital mais violenta e a décima sexta cidade mais violenta. No ranking dos 23 municípios menos violentos, a RMGV não teve nenhum classificado. Para completar o cenário devastador, a RMGV aparece como a mais violenta do país, conforme Tabela 12.

Tabela 12
Taxa de homicídios por mil habitantes 1980 – 2002

Região Metropolitana	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	Média 1995-1999	Média 2000-2002	Variação %
Vitória	18,0	26,3	49,5	77,0	73,8	311,0
Salvador	4,2	8,5	17,3	23,4	16,9	300,2
Petrolina/Juazeiro	13,1	20,6	32,7	42,7	50,7	285,9
Porto Alegre	7,2	11,9	21,8	23,1	26,8	274,5
Campinas	11,5	12,5	18,3	32,4	37,9	230,7
Belo Horizonte	11,0	9,8	12,1	18,3	32,4	193,1
Recife	25,8	34,9	44,2	59,8	72,5	181,4
Florianópolis	4,7	5,7	5,6	7,9	13,1	178,7
Baixada Santista	18,1	22,1	24,5	45,3	50,2	178,0
Curitiba	9,2	10,9	15,4	21,2	25,6	177,9
Foz do Rio Itajaí	5,5	5,1	8,1	11,0	14,8	168,8
Rio de Janeiro	20,2	23,1	40,7	57,2	52,4	159,9
Goânia	10,8	13,5	20,5	19,7	27,0	150,9
Brasil (médias das RMs)	17,8	22,7	29,8	39,3	40,7	128,8
São Luís	7,5	13,2	19,7	17,3	17,1	128,3
Teresina	7,7	8,9	9,5	11,1	17,5	126,8
Entorno de Brasília	15,0	19,7	29,4	31,1	34,0	126,7
Londrina	11,2	9,7	8,5	12,8	24,3	116,7
São Paulo	26,9	38,4	42,9	57,8	56,7	110,7
Norte/Nordeste SC	4,7	6,1	8,9	9,0	9,3	99,0
Vale do Aço	6,6	8,5	2,4	2,5	11,7	77,5
Vale do Itajaí	2,6	2,6	5,2	5,8	4,4	71,0
Maceió	27,7	39,7	35,5	32,2	43,4	56,7
Belém	14,5	16,0	23,1	19,5	20,3	39,7
Tubarão	3,0	3,2	2,7	2,9	4,2	38,5
Fortaleza	19,1	16,5	15,9	21,4	24,8	29,6
Natal	13,0	9,9	11,7	12,3	11,5	-11,1
Maringá	10,1	8,4	11,1	10,2	8,4	-16,7

Fonte: Cerqueira, Lobão e Carvalho, (2005, p.5).

Considerando o exposto, e figurando os indicadores de desenvolvimento humano municipal da RMGV (Tabela

13), entre os mais altos do Brasil, bem como o IDH, segundo dados do IBGE – 2000, “contraditoriamente” os dados relacionados à violência na RMGV apresentam-se como um dos mais altos do país, conforme apresentado anteriormente.

Tabela 13
Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM
1991 – 2000

Município	1991	2000
Cariacica	0,67	0,75
Guarapari	0,69	0,75
Serra	0,69	0,76
Viana	0,66	0,74
Vila Velha	0,76	0,82
Vitória	0,80	0,86

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Por outro lado, se considerarmos a lógica econômica, que cria uma dinâmica que permeia não só o mundo econômico, mas também o pessoal, lógica essa centrada na competitividade e no consumo excessivo. Nesse contexto, as pessoas são responsabilizadas por sua condição de desempregado, que os transforma de vítimas em responsáveis por sua condição, ao mesmo tempo em que os marginaliza, exclui e oculta as reais causas desse processo, conforme constatação de Forrester (1997, p.11) a seguir:

Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de ‘solicitantes de emprego’ que, ironia, pelo próprio fato de se terem tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não é admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho, a tal ponto que estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos naturais.

É nessa perspectiva que a análise do contexto histórico, econômico, social e espacial se torna crucial para uma melhor compreensão do fenômeno da violência na RMGV, em que as aparentes “contradições” entre os indicadores na verdade revelam as causas reais dos fenômenos da exclusão e da violência. É nesse contexto que Zanotelli (2003, p.246), ao analisar as taxas de homicídios na região, independentemente da fonte utilizada (Tabela 14), observa que Vitória e Serra, em 1998, atingiram “[...] taxas somente ultrapassadas na América Latina por, em primeiro lugar Medellín, na Colômbia, Diadema, em São Paulo, em segundo lugar; Cali, também na Colômbia, em terceiro lugar”.

Tabela 14
Evolução dos homicídios na Aglomeração da Grande Vitória entre 1993 – 2000 Homicídios por 1.000.000 habitantes

Polícia Militar	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Cariacica / Viana	61,41	61,58	60,91	61,37	72,60	81,70	68,05	67,86
Serra	43,11	53,61	55,93	76,19	92,42	112,13	97,80	78,76
Vila Velha	26,69	48,09	58,92	49,42	67,79	67,29	66,51	50,88
Vitória	30,29	33,84	41,64	38,74	53,43	50,53	55,80	36,31
Polícia Civil ⁴⁴								
Cariacica					91,28	96,99	72,72	93,74
Serra					125,00	135,30	126,50	100,4
Viana					75,60	109,70	97,40	104,9
Vila Velha					93,8	87,10	83,10	68,1
Vitória					91,5	91,40	106,40	52,41
MNDH ⁴⁵								
Cariacica					82,18	95,39	69,1	75,65
Serra					106,58	129,90	98,2	80,00
Viana					77,69	105,78	103,00	84,31
Vila Velha					83,50	90,04	64,64	58,68
Vitória					64,63	63,53	60,09	43,84

Fonte: Zanotelli (2003, p.245).

Nesse contexto, é importante entender a violência como “[...] um modo específico de afirmação do indivíduo sob a vigência de determinadas formas de sociabilidade” (FRAGA, 2002, p.46).

Assim, a questão da violência urbana, característica marcante das grandes cidades brasileiras, principalmente a partir da virada dos anos 80, quando passou a ter como referência o crescimento quantitativo dos crimes, num diversificado universo da criminalidade urbana, passou também a se colocar na percepção social como um dos maiores problemas nas cidades.

44 “[...] A base de dados da Polícia Civil começou em 1997, por isso não dispomos de dados para os anos anteriores” (ZANOTELLI, 2003, p.246).

45 Quanto aos dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH, “[...] apesar de se ter uma base desde 1994, somente nos foi possível transcrever os dados a partir de 1997” (ZANOTELLI, 2003, p.246).

Expansão urbana, segregação e violência

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acirramento da desigualdade socioespacial a partir da década de 1980 aprofundou o processo de concentração da riqueza no núcleo da RMGV. O número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, concentrados de forma intensa na periferia, a alta concentração das categorias superiores na capital, a elevada concentração do percentual de pobres nas periferias e a alta concentração de alta renda no município de Vitória e no litoral do município de Vila Velha evidenciam o aumento da distância social entre o centro e a periferia. Nesse contexto, verifica-se o aprofundamento das desigualdades socioespaciais na RMGV, como consequência dos efeitos restritivos da reestruturação econômica sobre a qualidade e a quantidade de postos de trabalho na região e das condições monetárias de reprodução da população, particularmente da residente na periferia.

Os processos de urbanização de favelas convivem com os de remoção e se somam aos projetos de controle dos espaços públicos. Em nome da ordem social e urbana, indispensável para os investimentos externos, limpa-se o espaço ocupado pela elite econômica e intelectual, liberando a periferia para os pobres.

Nessa perspectiva, a desigualdade afeta a qualidade de vida de enorme contingente populacional, principalmente dos segmentos pauperizados e de baixa renda, e também diminui a capacidade do Estado em garantir a segurança da população na região. Essa

constatação nos remete ao Capítulo 1, no qual chegamos a algumas conclusões sobre o debate da reestruturação econômica e segregação socioespacial.

O esgotamento do modelo de substituição da economia agrário-exportadora para a industrial, na década de 1980, e a abertura da economia brasileira, como mecanismo de integração da economia nacional ao mercado global, tornaram o setor terciário o principal gerador dos novos postos de trabalho, e a terceirização ampliou o espaço do setor informal. Com isso, surgem novos padrões de produtividade que resultaram na precarização do assalariamento. Essas alterações no mercado de trabalho urbano no Brasil geraram um recrudescimento da população miserável e aumento da pobreza metropolitana. As alterações na estrutura produtiva têm impactos não apenas na configuração espacial, mas, fundamentalmente, na sua estrutura social.

Assim, no debate sobre a segregação no contexto da globalização e da reestruturação econômica em curso, evidencia-se, no país, a partir dos anos 90, um maior distanciamento entre ricos e pobres, como resultado da postura minimalista assumida pelo estado na busca de justiça social. Nesse contexto, os enclaves expressam a nova lógica da segregação, em que os espaços delimitados fisicamente expõem as práticas sociais em curso, em que o direito à livre circulação é cerceado. É a privatização dos espaços públicos como forma de garantir a segurança, uma vez que as instituições públicas não têm conseguido manter a ordem.

A dinâmica demográfica é marcada pelos movimentos populacionais em que há uma mobilidade, predominantemente, para áreas carentes e um fluxo que configurou um movimento do centro para a periferia, em processo de crescente segregação e distanciamento social. Temos, assim, de um lado, as

periferias, caracterizadas como espaço dos excluídos ou sobrantes, e, do outro, os condomínios fechados, enclaves fortificados, espaço da classe superior.

Se, por um lado, ampliam-se os padrões de consumo, mesmo nos segmentos mais excluídos, por outro, permanecem acentuadas as restrições de acesso às condições que permitam a esse segmento excluído a inserção às condições básicas de bem-estar e cidadania – inclusão no mercado de trabalho formal, formação profissional qualificada e acesso à infraestrutura urbana.

Como consequência desse distanciamento entre ricos e pobres, o Capítulo 2 aponta a possível relação entre os processos de segmentação e segregação em curso (os quais separam as classes e grupos sociais em espaços da abundância e em espaços de concentração da população carente) e a violência urbana.

Os jovens mais pobres são as maiores vítimas, em especial, do homicídio, cujas mais altas taxas se concentram nos bairros periféricos das grandes metrópoles. Essa violência manifestou-se através do aumento da “nova pobreza”, consequência da baixa escolaridade da população, o que dificulta a inserção principalmente dos jovens no mercado formal de trabalho, e amplia os espaços de sua socialização pelas quadrilhas de tráfico e das galerias.

Constata-se assim que, no Brasil, a miséria, aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, em que as maiores vítimas são os jovens, pobres e segregados – aumento esse evidenciado, por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem e por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico.

Na RMGV, o Capítulo 3 demonstra que o processo de urbanização acelerado, a partir da década de 1970, resultante do movimento migratório, intensificou e gerou novas formas de desigualdade social na medida em que a economia urbana não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração.

A adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamento a longo prazo, adotados pelo governo estadual, se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando uma substituição do modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização da Grande Vitória, por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advinda do campo, num primeiro momento inserida nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais, e, com a conclusão dos mesmos, colocada fora do mercado de trabalho formal.

Esse cenário acirrou o processo de segregação socioespacial, em que, conforme análise realizada no Capítulo 4, se evidencia:

- grande concentração de população sem rendimentos, na quase totalidade dos municípios de Cariacica, Serra, Guarapari e Viana, que concentram as periferias mais carentes da RMGV, o que sinaliza para uma alta proporcionalidade de pessoas desempregadas ou em trabalhos informais;
- grande concentração de população sem rendimentos na porção oeste de Vitória, espaço caracterizado por invasões ilegais da ilha, e

nos morros e favelas. Já na porção leste, estão concentrados os menores índices de pessoas sem rendimentos da RMGV;

- grande concentração de população sem rendimentos na porção sudoeste de Vila Velha, conhecida como Grande Terra Vermelha, que foi constituída por invasões no início da década de 1970. Por outro lado, na faixa litorânea noroeste, espaço da classe média alta e alta, estão concentrados os menores índices de pessoas sem rendimentos do município.

Esses dados, aliados à distribuição espacial das categorias ocupacionais, em que se observa que o grupo dos dirigentes e dos profissionais de nível superior (que representa apenas 4,11% da população economicamente ativa da RMGV) está concentrado em Vitória e Vila Velha, exatamente nas mesmas regiões onde se constatou a menor concentração da população sem rendimentos. Nos demais municípios, prevalecem as categorias ocupacionais de trabalhadores do terciário e do terciário não especializado, expressando o padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região.

Esse cenário evidencia a forte correlação entre a desigualdade socioespacial e a violência urbana, na RMGV, pois conforme se constatou, apesar de possuir um dos mais altos IDH do país, a região é, também, a mais violenta do Brasil.

Assim, podemos constatar que a violência está incorporada no tecido social da RMGV, em que as maiores vítimas são as populações marginalizadas econômica e socialmente, comumente suspeitas e alvos da intolerância, tanto por parte de grande parcela da população quanto dos aparelhos do Estado,

principalmente os jovens dos bairros periféricos, produtos de uma sociedade excludente, em decorrência das mudanças na região, entre as décadas de 1970 e 1980, que culminaram em transformações na estrutura de empregos gerando desagregação e transformações dos laços culturais e sociais da população em questão.

REFERÊNCIAS

ABE, André Tomoyuki. Grande Vitória, E.S.: crescimento e metropolização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez, 2002.

_____. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio – São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados*, São Paulo, v. 45, n. 4, 2002.

BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

BÓGUS, Lucia; PASTERNAK TASCHNER, Suzana. Dinâmica intra-metropolitana e organização social dos territórios na Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31., 2007, Caxambu. *Anais do 31º ENANPOCS*, [Caxambu]: Anpocs, 2007, p.1-25.

_____. São Paulo, uma metrópole desigual. *Eure, Santiago do Chile*, v. 27, n. 80, 2001.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projeto de um Novo Arrabalde*. Fac-símile de: Vitória, Comissão de Melhoramentos da Capital, 1896. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil; Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34 / Edusp, 2000.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

_____. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Floricultura, 2002.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita, BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org). *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004, p.17-50.

_____. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre X. de. *O jogo dos sete mitos e a miséria da*

- segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.
- COSTA, Maria Regina da; PIMENTA, Carlos A. M. *A violência: natural ou sociocultural?* São Paulo: Paulus, 2006.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 70, 2002.
- IANNI, Octavio. *Teoria da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KOGA, Dirce. *Medidas das cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOLTAI, Caterina (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta: Fapesp, 1998.
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 51, v. 18, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- LIRA, Pablo. *Geografia do Crime: construção e geoprocessamento do Índice de Criminalidade Violenta – IVC no município de Vitória-ES*. 2007. 124 f. Pesquisa Acadêmica. Vitória: Ufes, 2007.
- MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos não: a segregação e o estado. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, jan/jul, 2004.
- _____. Dual city: a muddy metaphor for a quartered

city. *International Journal of Urban and Regional Research*, West Sussex, v. 14, n. 4, 1989.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

MARINATO, Cristina Fiorin. *Aterros em Vitória: uma história para ser lembrada. Projeto de Graduação (Departamento de Arquitetura). Vitória: UFES, 2004.* Disponível em: <http://www.car.ufes.br/aterros_vitoria/default.asp?arq=conteudo/cidade_vitoria#> Acesso em: 22 de out. 2007.

MENJOT, Denis; BOUCHERON, Patrick. *O florescimento das cidades: o século XIII na história do mundo urbano.* In: CARVALHO, Margarida Maria de Carvalho et. al. (Orgs). *As cidades no tempo.* Franca: Unesp, São Paulo: Olho d'Água, 2005.

MIR, Luiz. *Guerra civil, estado e trauma.* São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil.* In: *Violência e participação política no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 91, agosto de 1995, Série Estudos.

MUNIZ, M. I. P. *O centro histórico de Vitória: imagem urbana em dois momentos.* In: *465 anos de colonização do Espírito Santo nos 500 anos de Brasil.* Vitória: Revista Imagem Urbana, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *O estado do urbano no Brasil. Espaços e Debates*, São Paulo, v. 6, jun/set, 1982.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.* São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PERALVA, Angelina. *Democracia e violência: a modernização por baixo.* *Lua Nova*, n. 40/41, 1997, p. 217-240.

RIBEIRO, Luiz Cesar Q. Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas. In: MOYSÉS, Aristides (Coord). *Cidade segregação urbana e planejamento*. Goiânia: UCG, 2005.

_____. *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

_____. Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. *Eure*, Santiago do Chile, vol. XXIX, n. 88, 2003.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura & grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955 – 1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

ROLIM, Marcos. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROLNICK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel : Fapesp, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/Edusp, 1974.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo: (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projecto de um*

novo arrabalde. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil; Vitória: Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, 1996.

SASSEN, Saskia. *The global city*: New Yorque, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SAUL, Renato P. Comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Fernando Siqueira da. *"Justiceiros" e violência urbana*. São Paulo: Cortez, 2004.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do porto de Vitória: 1870-1940*. Vitória: FCAA/Ufes/Codesa, 1984.

_____. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980*. Vitória: Edufes, 2001.

STIGLITZ, Joseph E. *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TATAGIBA, José. *Vitória cidade presépio*. Vitória: Multiplicidade, 2005.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita, BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org). *Desigualdade e a questão social*. 2 ed. São Paulo: Educ, 2004, p. 51-161.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina Leal. Violência extra e intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 16, n. 45, fev., 2001.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*,

São Paulo, v. 13, n. 3, jul/set, 1999.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; RAIZER, Eugênia Célia; CASTRO, Mário de. *Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais entre 1994-2002*. Relatório de homicídios no Espírito Santo. Projeto Banco de Dados Sobre Violência Criminalizada – BDV/MNDH/NEVI, Espírito Santo, 2002.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. In: CAMACHO, Thimóteo (Org). *Ensaio sobre violência*. Vitória: Edufes, 2003.

(Footnotes)

- 1 1 fase: junho de 1968 a agosto de 1966.
- 2 2 fase: agosto de 1966 a maio de 1967.
- 3 1ª. fase: estimativa de Laura Corrêa Guarnieri, Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento da cafeicultura, p.123.
- 4 2ª. fase: Estimativa dos autores com base nos Quadros III.9 a III.13 do citado trabalho de Laura Corrêa Guarnieri.
- 5 “[...] A base de dados da Polícia Civil começou em 1997, por isso não dispomos de dados para os anos anteriores” (ZANOTELLI, 2003, p.246).
- 6 Quanto aos dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH, “[...] apesar de se ter uma base desde 1994, somente nos foi possível transcrever os dados a partir de 1997” (ZANOTELLI, 2003, p.246).